

Rogério Natal Afonso

A dimensão política do pensamento de José de Alencar
(1865-1868)
Liberalismo e escravidão nas cartas de Erasmo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social na Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Márcia Barros Ferreira Rodrigues.

Vitória
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Afonso, Rogério Natal, 1969-
A257d A dimensão política do pensamento de José de Alencar
(1865-1868). Liberalismo e escravidão nas cartas de Erasmo /
Rogério Natal Afonso. – 2013.
153 f. : il.

Orientadora: Márcia Barros Ferreira Rodrigues.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Alencar, José de, 1829-1877. 2. Escravidão – Brasil. 3.
Brasil - História - Império, 1822-1889. I. Rodrigues, Márcia
Barros Ferreira. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Rogério Natal Afonso

A dimensão política do pensamento de José de Alencar (1865-1868)

Liberalismo e escravidão nas cartas de Erasmo

Dissertação apresentada ao Mestrado em História Social das Relações Políticas na Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para Obtenção do Grau de Mestre em História Social.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Universidade Federal do Espírito Santo (orientadora)

Profa. Dra. Maria Cristina Dadalto

Universidade Federal do Espírito Santo (membro titular)

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo

Universidade Federal do Espírito Santo (membro titular)

Prof. Dr. Jorge Luiz do Nascimento

Universidade federal do espírito Santo (membro externo)

Vitória, _____ de _____ de 2013.

Agradeço a todos que me ajudaram na construção deste trabalho.

A minha família.

Aos professores; todos.

A minha orientadora, em particular.

Aos amigos que me fizeram sugestões e críticas.

Àqueles que dedicaram um pouco de seu tempo me ajudando.

E a Deus...

RESUMO

Partindo dos textos que compõem uma série de “cartas abertas” de José de Alencar, endereçadas ao Imperador D. Pedro II e a alguns entes políticos da administração do Estado, escritas entre 1865 e 1868, busca-se discutir a defesa paradoxal entre a formação de uma sociedade liberal dentro de um país de economia agroexportadora sustentada pela mão de obra escrava.

Tomaremos o texto de Alencar como um discurso político ideológico das elites presentes na corte imperial. Entendemos a dimensão ideológica do discurso político de Alencar no sentido marxista de corte gramsciano, ou seja, como uma concepção de mundo que perpassa desde o discurso comum até formas mais elaboradas de discurso filosófico. A partir daí, buscaremos compreender o modo de vida, as representações políticas e as formas de dominação presentes no período sob a ótica do pensamento político conservador de José de Alencar, dando ênfase a análise de sua defesa do liberalismo e da escravidão.

PALAVRAS CHAVE: Política, discurso, liberalismo, escravidão.

ABSTRACT

Based on the texts that make up a series of open letters addressed to José de Alencar to Emperor D. Pedro II and some political entities of state administration and written between 1865 and 1868 seek to discuss the defense of the paradox between a liberal society within a country agro-export economy sustained by slave labor.

We will take the text of a speech Alencar as ideological political elites present at the imperial court. We understand the ideological dimension of political discourse of José de Alencar in the sense of cutting Gramscian Marxist; as a world view that permeates from the common speech even more elaborate forms of philosophical discourse. From there, we will seek to understand the way of life, political representations and forms of domination present in the period from the perspective of political speech of José de Alencar, emphasizing the analysis of his defense of liberalism and slavery.

KEYWORDS: politics, speech, liberalism, slavery.

LISTA DE IMAGENS

- FIGURA 1** – Fac-símile da segunda edição das cartas ao Imperador.....183
- FIGURA 2** – Fac-símile da primeira edição das Cartas os povo.....184
- FIGURA 3** – Folha de rosto da edição das Cartas ao Marquês de Olinda.....185
- FIGURA 4** – Página do Diário do Rio de Janeiro registrando a abolição.....186

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ALENCAR	22
1.1 PRIMEIROS ANOS.....	24
1.2 VIDA NA CORTE.....	27
1.3 MILITÂNCIA POLÍTICA.....	34
1.4. ÚLTIMOS ANOS.....	49
2. CONJUNTURA POLÍTICA DO II REINADO	55
2.1 UMA VISÃO GERAL.....	56
2.2 O ESTADO DA ARTE DA IMPRENSA NO OITOCENTOS.....	64
2.3 SOBRE AS ELITES NO PODER.....	70
2.4 INTELECTUAIS E OPINIÃO PÚBLICA.....	77
3. LIBERALISMO E ESCRAVIDÃO NAS CARTAS DE ERASMO	82
3.1 LIBERALISMO E ESCRAVIDÃO.....	82
3.2 LIBERALISMO E ESCRAVIDÃO: O MODELO BRASILEIRO.....	86
3.3 AS CARTAS DE ERASMO.....	95
3.3.1 AO IMPERADOR.....	103
3.3.2 AO POVO; AO REDATOR DO DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO.....	121
3.3.3 AO MARQUÊS DE OLINDA; AO VISCONDE DE ITABORAHY.....	133
3.3.4 NOVAS CARTAS AO IMPERADOR.....	138
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	162

5. BIBLIOGRAFIA.....	174
6. ANEXOS.....	183

INTRODUÇÃO

O Brasil do século XIX, com a chegada da família real nos primeiros anos até, e particularmente, o período imperial, é caracterizado por um desenvolvimento econômico, social e político intenso e relativamente acelerado, se comparado a outras nações da América Latina (COSTA, 1999). Tal desenvolvimento se deve a construção de um projeto político para o país que, deixando de ser uma colônia de Portugal, necessitava afirmar sua nova identidade - agora como uma nação independente - tanto interna quanto externamente. O processo tem início com a transferência para a cidade do Rio de Janeiro do Príncipe Regente D. João VI, a família real portuguesa e sua Corte em 1808, gerando um considerável aumento na população residente e a conseqüente transformação da cidade, com a construção de escolas, museus, teatros, faculdades e, dentre outras novidades, a imprensa.

A emancipação política em 1822 mantém o sistema monárquico – ainda sob a casa de Bragança, com D. Pedro I – agora pelo modelo constitucional, tendo por base as ideias liberais importadas da Europa iluminista. A presumida liberdade que o país vem a construir, garantida na constituição outorgada pelo governante, já encontra um terreno político e econômico bastante diverso daquele onde surgiu o liberalismo europeu, tendo por base a agricultura de produtos de exportação assentada na escravidão - tanto a lavoura tradicional açucareira do nordeste como as novas e prósperas plantações de café do Vale do Paraíba dependiam do escravo. O Brasil, logo depois da emancipação política em 1822, possui uma das maiores populações escravas da América e também a maior população de afrodescendentes livres no continente (MATTOS, H., 2000), a quem não eram concedidos os direitos políticos de cidadão. E uma minoria, tida como aristocrática, dominava, assentados seus privilégios nas relações que possuíam com a coroa – uma administração do Estado de modelo conservador, com D. Pedro e a herança do absolutismo português. Liberalismo e conservadorismo convivem então na sociedade brasileira em formação como os dois lados de uma realidade complexa e contraditória. Liberal, no sentido de que as lideranças que surgem se mobilizaram nesse sentido para

justificar a separação da metrópole, e ao mesmo tempo conservador, por precisar manter a escravidão e a dominação do senhorio (NOVAIS, 1996).

Para a manutenção da organização do Estado, a monarquia reforça os laços já seculares do estamento português presentes desde a colônia, criando – também inspirado na tradição portuguesa – o modelo brasileiro de nobreza, *de gentleman*; este emerge como um segmento, que se solidifica na figura do intelectual: morador da cidade, bacharel em direito (também alguns poucos médicos, raros engenheiros e matemáticos), filho do fazendeiro ou do comerciante enriquecido, filho do funcionário português fixado no Brasil, neto e bisneto dos donos da terra, e representante último das famílias que viriam compor esta “elite” da terra, garantindo uma continuidade na estabilidade política. Observa-se assim, com a absorção destes elementos pelo Estado, um crescimento de algumas cidades portuárias e principalmente no Rio de Janeiro onde se instala a Corte, e o consequente desenvolvimento de uma burocracia especializada, necessária à administração do reino. Um conjunto de instituições, baseadas no modelo português – quando não copiadas integralmente de seus pares em Lisboa – de funcionalismo público, para uma monarquia de moldes absolutistas que recebe poucas adaptações no Brasil (FAORO, 2004).

Boris Fausto, em sua História do Brasil (FAUSTO, 2001) defende certa estabilidade no período, sustentada pelo desenvolvimento das cidades e o aumento de pessoas com nível superior. Costa (1999) afirma que os núcleos urbanos mais importantes, em sua maioria, estavam ao longo da costa brasileira, coincidindo com os principais portos exportadores, e o desenvolvimento destes tem – por conta de sua localização – características específicas das ideias trazidas da Europa pelos jornais e livros que chegam pelos portos. Nas demais áreas o crescimento urbano era limitado, prevalecendo a grande propriedade rural. Mas, com as faculdades de direito em São Paulo e Recife sendo construídas na primeira metade do oitocentos, o processo de composição de uma intelectualidade local já tem início tendo como palco os núcleos urbanos. Tal período é marcado também pelo desenvolvimento da imprensa, onde as ideias liberais são proclamadas aos quatro ventos pelos diversos jornais e pasquins, que surgem e desaparecem todos os dias (BAHIA, 1990); os homens que se formam – de uma maneira integral, é certo - naquele novo cotidiano irão,

inspirados em um período recente de administração – já dissemos, moldado no estamento português - desenvolver certa predileção pelo cargo público e pelas letras. Segundo Faoro (2004), o funcionário público que se forma é um dos responsáveis diretos – senão o único tecnocrata – pela reorganização (reinvenção) do antigo modelo no novo país. Leitores dos jornais e ao mesmo tempo formadores de opinião, estes homens são os comentadores e partícipes do desenvolvimento político e econômico das cidades, enquanto inspirados pelas ideias liberais que já tomam corpo por aqui. Estes homens, que tem acesso à informação e fazem de sua práxis um elemento transformador da sociedade (GRAMSCI, 1976), alguns sendo sustentados pelo abraço do cargo público, outros escrevendo para os jornais, onde apresentam e defendem suas ideias (liberais ou não) para os outros homens - que vem a constituir uma opinião pública, representada pelos àvidos leitores desses mesmos jornais.

Isto posto, destacamos que essa dissertação que tem como tema o liberalismo no Brasil e sua relação com a escravidão no período do segundo reinado, apresenta como seu objetivo geral discutir as dificuldades de implantação deste sistema político - o liberalismo - em uma sociedade dominada por uma elite assentada na economia agroexportadora, baseada na mão de obra do escravo, percebendo como paradoxal esta relação, entendendo ser o liberalismo uma doutrina política que tem por base a defesa da liberdade individual nos campos político, econômico religioso e intelectual, conquistada por meio de lutas da sociedade civil contra o absolutismo do Estado característico do Antigo regime na Europa. Acreditamos, com Gramsci (1989), que o discurso que sustenta tal relação e tenta justificá-la é mediado entre as elites e o povo por meio dos intelectuais. Portanto, cabem aqui mais algumas questões: qual era a visão dos intelectuais sobre a relação entre liberalismo e escravidão no Brasil? Os intelectuais comungariam com tais ideias? Elas estão presentes em seu discurso?

Nossa dúvida fundamental, a qual a pesquisa busca explicar é: será que estes intelectuais, que se formam nas primeiras faculdades de direito do Brasil, filhos de fazendeiros, comerciantes, muitos dos quais ligados direta ou indiretamente à economia agroexportadora baseada no trabalho escravo, assumiram o discurso liberal? Estaria este discurso presente em suas representações e em seus textos?

Para tanto, nosso objetivo específico será analisar o trabalho de um intelectual do período e uma parte de sua produção: José de Alencar.

Dessa forma, partimos da seguinte hipótese: é por meio de um discurso político conservador vinculado as propostas ideológicas das elites escravocratas, disseminado pelos jornais e panfletos do período, que os intelectuais construíram uma imagem paradoxal do liberalismo para o Brasil no segundo reinado.

Para construirmos nossa narrativa histórica, tomamos como fonte para analisarmos nossa hipótese, as “cartas de Erasmo”: Um conjunto de cartas abertas, publicadas sob a forma de folhetins no período de 1865 a 1868, dirigidas ao Imperador e a vários outros entes políticos. Nossa hipótese é de que, neste texto, possamos identificar a tentativa de Alencar sustentar uma visão liberal para o desenvolvimento político e econômico da nação, ao mesmo tempo em que faz uma defesa da manutenção do sistema escravista no Brasil, o que nos faz crer que exista uma postura liberal/conservadora como modelo ideológico a ser construído pelas elites através de alguns setores da imprensa. Buscaremos nas cartas políticas de Alencar indícios da sustentação de um discurso liberal que também apresenta características conservadoras, e admite (e reafirma) a manutenção da escravidão no Brasil. Para tanto, nos propomos a uma análise de todo o texto das cartas, em uma perspectiva hermenêutica, baseada nos princípios da análise do discurso. Como sustenta Iñiguez (2005) a análise de discurso, como aparentemente possa parecer, não é uma área restrita da linguística, e comporta contribuições de várias áreas de estudo. Ao mesmo tempo, considerando que uma das características da história política renovada, segundo Remond (2003), é ser um ponto de convergência de diversas disciplinas como a sociologia, a linguística, o direito, dentre várias outras, o que lhe possibilita um ganho analítico consistente e consolida sua natureza interdisciplinar, a análise de discurso apresenta-se como um caminho consistente para a abordagem de textos políticos do período. Neste caso, nossa pesquisa busca entender a relação do modelo de liberalismo político implantado no Brasil com a escravidão, e se a justificção para tal discurso está presente nos textos de intelectuais do período, tendo como fonte o texto das Cartas Políticas de José de Alencar.

Nossa pesquisa se justifica pela necessidade de entender a dimensão política do

segundo reinado por meio de uma fonte impressa que teve grande circulação no período de nosso recorte, e que pode criar uma inter-relação entre os pontos descritos. Na análise do texto de um dos mais importantes intelectuais do período, José de Alencar - político atuante, jornalista, romancista e dramaturgo - conseguimos um elo entre intelectuais, imprensa e elites, e a confluência desses “partidos” no projeto ideológico de construção da nação (GRAMSCI, 1989). Tais elementos são comumente tomados em separado. Com Alencar, nas cartas de Erasmo temos um intelectual que usa do seu texto literário/jornalístico¹ em uma mídia alternativa no momento, para se dirigir a segmentos da elite política e econômica na Corte no Rio de Janeiro. Essa confluência, portanto, é a própria “ação” do objeto enquanto veículo de comunicação.

A discussão historiográfica sobre nosso tema apresenta estudos por vezes coincidentes, por vezes conflitantes. Bosi (1988) afirma que o paradoxo entre liberalismo e escravidão não existiu no Brasil “no período que se segue à Independência e vai até os anos centrais do Segundo Reinado” (BOSI, 1998, p. 05). O autor também afirma que para entender a articulação do liberalismo pregado – e assumido – no Brasil com o regime escravagista é necessário compreender o modo de pensar das classes políticas dominantes no império a partir da independência.

Neves (2001) sustenta que o liberalismo no Brasil se alavanca a partir da revolução “vintista” em Portugal, que vem propondo reformas que pudessem garantir ao indivíduo direitos de cidadania e liberdade de expressão, e buscando o fim do despotismo como uma solução para o império. O movimento, segundo a autora, é assimilado sem dificuldade pelos elementos das elites política e intelectuais no Brasil. A proposta era buscar o novo, mas sem abrir mão dos antigos privilégios econômicos.

Para Gorender (2002) os princípios liberais levados adiante pelos comerciantes e plantadores visava o direito de ter uma representação no estado, fora das limitações impostas pela política colonial que terminaria com o processo de independência. Tal

¹ Antônio Cândido (1999) sustenta ser uma das características do período (segundo reinado) a influência do texto literário nos jornais, que temos vários exemplos em Machado de Assis, José de Alencar, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, para citar alguns.

processo, segundo ele, tem início com a abdicação em 1831. Este autor afirma que o liberalismo europeu defende o trabalho livre, mas lembra também que o próprio Adam Smith não era contra a escravidão nas colônias. Ou seja, o liberalismo europeu, segundo um de seus mais importantes representantes, já nasce sob esta contradição. O autor lembra que, mesmo com a Revolução Francesa tendo decretado a libertação dos escravos em suas colônias francesas, Napoleão restabelece a escravidão oito anos depois. Apesar da pregação pela liberdade na Europa, nas colônias a política praticada não era a mesma. O que nos leva a entender melhor a relação liberalismo/escravidão no Brasil.

Entendemos então que no processo de formação do Estado Imperial Brasileiro, havia diferentes leituras e objetivos para o uso do liberalismo, ligadas a interesses específicos. Por um lado, como enfatiza Mattos (1987), a ação do grupo conservador no império seguia no sentido da construção de monopólios, uma continuidade do praticado no período colonial, enfatizando as relações de dominação sustentadas pela coroa. Costa (1999) identifica certa originalidade no movimento político liberal brasileiro do período, tentando interpretá-lo como uma figura híbrida, onde os elementos conservadores permanecem e são amalgamados com as práticas liberais aceitas, estruturando as instituições e a visão de mundo pelas elites dominantes, sustentados pelas classes intermediárias que se desenvolvia nas cidades mas que, ao mesmo tempo, viam no sistema agroexportador baseado na escravidão uma dificuldade para o desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, Carvalho (2007) chega a subestimar o aspecto liberal, sustentando haver um pensamento conservador dominante, sendo a conciliação entre as correntes de pensamento e os partidos a política da coroa, com o intuito de administrar interesses e evitar conflitos. Bosi (1988) sustenta ainda que o tráfico se apoia, por vezes, nas próprias autoridades a quem cabia fazer cessar o tráfico. São homens ligados a administração e a política que mantêm o controle terras, do café e dos escravos, o que faz com que uma defesa da escravidão seja a proposta corrente. Nesse aspecto, Prado (2001) concorda que com a produção organizada sob a exploração do trabalho escravo, sendo muito lucrativa até então, dificilmente teria por parte da elite qualquer movimento estimulando o seu término.

O liberalismo político proposto para o Brasil apresenta assim características diversas, conforme os interesses dos diversos grupos das elites políticas e econômicas no poder. Mattos (1987) enxerga no grupo conservador, representado pelos senhores, traficantes de escravos e grandes comerciantes, um pensamento contrário às ideias liberais e a favor da centralização política. A análise do sistema econômico agroexportador brasileiro no período Imperial também nos revela as muitas contradições da sociedade escravista do século XIX: o liberalismo econômico e o aumento do fluxo de escravos para o Brasil, a defesa da liberdade e o incremento da escravidão, o desenvolvimento do consumo e a pobreza. Tâmis Parron (2008) sustenta que durante o séc. XIX toda a defesa do tráfico e da própria escravidão como uma instituição se sustentaram em ideias liberais. À medida que, na Europa, o sistema econômico pregava um livre mercado com o trabalho livre, nas Américas a escravidão permanecia forte em países como os Estados Unidos, em Cuba e no Brasil. Emilia Viotti (1999) sustenta para o período uma visão híbrida, onde os elementos conservadores presentes no Brasil servem como um equilíbrio a práticas e ideias liberais que poderiam tomar formas mais radicais se acaso atingissem grupos da população; estruturando dessa forma as instituições e a visão de mundo dos principais agentes políticos no poder no período, dando ao liberalismo aqui sua característica “cor local”. Dessa feita, entendemos que o liberalismo representa distintos interesses da sociedade brasileira e caracteriza-se diversamente nas diferentes regiões do país, e um dos agentes mais importantes na divulgação de tais ideias e práticas é justamente a imprensa, que muito se desenvolve no período como arena de debates de políticos e intelectuais.

Concordando com Bosi (1988), que afirma que o paradoxo entre liberalismo e escravidão foi somente verbal, que o liberalismo simplesmente não existiu enquanto uma ideologia dominante. Segundo ele, o que dominou em todo esse período no Brasil foi um ideário de fundo conservador. Um conjunto de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e a escravidão negra até o seu limite. E em nosso entender, essa ideologia era difundida por meio dos intelectuais, nos veículos de comunicação do período como os panfletos, pasquins e jornais em geral.

Portanto, nosso objetivo aqui, para testar nossa hipótese, é estudar as formas do discurso político em meados do século XIX, analisando o texto jornalístico/literário de José de Alencar nas Cartas de Erasmo. Acreditamos que Alencar usava seu texto como um meio para difundir, fortalecer e consolidar a ideologia das elites presentes na corte imperial, suas representações e as formas de dominação presentes no período. Alencar toma do discurso liberal alguns princípios para sustentar a ideologia de grupos vinculados a uma proposta de conservadorismo político, em que a manutenção dos privilégios desta “aristocracia” bem como a continuidade da escravidão no Brasil são seus pontos principais.

A pesquisa se fundamenta, também, na premissa de que a proposta de Alencar era a de criar um modelo (segundo ele, melhor) para a sociedade. De tal maneira, podemos designá-lo – o texto, as cartas de Erasmo - como um discurso ideológico. Um conceito formulado por Chauí (revendo Gramsci) nos ajuda de forma elucidativa:

Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos 'ensinam' a conhecer e a agir. A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante.” (CHAUI, 1997. p. 03)

Dessa feita, entendemos a dimensão ideológica do discurso político, construído por meio das cartas de Erasmo, no sentido marxista de corte gramsciano, ou seja, como uma concepção de mundo que perpassa desde o discurso comum até formas mais elaboradas de discurso filosófico. Nesse sentido, as cartas de Erasmo serão tomadas como peça de análise enquanto uma dimensão do discurso de Alencar como ator político de seu tempo, para uma discussão sobre a relação entre liberalismo e escravidão no Brasil. Gramsci (1989) nos mostra que os intelectuais se formaram historicamente em associação com as elites econômicas. Seu papel, dentro dos diversos partidos² é a de organização e disseminação da ideologia. Alencar, por meio de seu texto, busca criticar a administração vigente e sua relação

² Entendendo “partido” no sentido mesmo que Gramsci o determinou. **GRAMSCI**, Antônio. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

com a coroa, por meio de recriminações a política econômica, a administração da guerra do Paraguai, ao descaso dos políticos, e – em nosso caso – quanto às propostas para o fim da escravidão.

Buscamos nos textos de Gramsci o referencial teórico que – acreditamos – nos apresenta uma melhor adequação a proposta metodológica aplicada, de uma discussão hipotético-dedutiva dos textos que se seguem. Gramsci nos fornece um material teórico que - como ele mesmo comenta em sua organização inicial para a escritura dos cadernos - são apontamentos, sem uma ligação serial linear, mas que podem nos fornecer uma base teórica rica conquanto estejam mesmo permitindo-se uma interpretação mais heterodoxa das fontes.

Gramsci propõe uma visão ampliada do conceito de Estado em que a relação entre sociedade civil e sociedade política é dialética. A sociedade civil é o lugar da luta de classes pela hegemonia, e junto com a sociedade política é um dos fatores que a constituem. O Estado é um elemento aglutinador e, como tal, formado pela diversidade de instituições da sociedade civil. É uma combinação de força e consenso, fazendo parecer que os caminhos traçados pelo Estado sejam vistos como consensuais pela maioria, expressos pela opinião pública em seus diversos órgãos (GRAMSCI, 1999). Neste conceito ampliado de Estado, a sociedade política é a definição de uma esfera na qual se situam os mecanismos de coerção e dominação como o aparato policial-militar e a burocracia, e a sociedade civil, que é formada pelas organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, como a escola, a igreja, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais e a mídia. A cultura, para Gramsci, está relacionada com a transformação da realidade, através de uma busca e conseqüente conquista de uma consciência superior, onde cada indivíduo precisa conseguir compreender o seu valor na sociedade (GRAMSCI, 1976). É dessa forma que se dá a passagem do momento corporativo ao momento ético-político, da estrutura à superestrutura. Isto é expresso por Gramsci através do seu conceito ampliado de política, a "catarse". O momento em que a esfera dos interesses corporativos e particulares eleva-se ao nível da consciência universal, e as classes conseguem elaborar um projeto para toda a sociedade através de uma ação coletiva. Assim, sair da passividade, para Gramsci, é deixar de aceitar a subordinação que o sistema capitalista impõe a

alguns estratos da população. Nesse processo, que é dialético, podemos observar um Alencar, em sua posição de aristocrata, mas ao mesmo tempo como um intelectual - um elo para a divulgação das ideias da elite e a sociedade como um todo – que opta pela reafirmação de valores tradicionalmente aceitos, reafirmando um modelo adequado que deve perpetuar-se, tanto para a família como para a administração pública, por meio da divulgação de suas ideias em um veículo de comunicação, em detrimento das transformações que acusa como degradadoras dos valores; temos aqui a própria constituição do bloco histórico. É a partir destes conceitos, formulados por Gramsci, que buscamos encontrar uma melhor compreensão do texto de Alencar.

No primeiro capítulo, nosso trabalho apresenta uma sucinta biografia de José de Alencar, tentando situar em sua trajetória os interesses e as escolhas políticas nas quais estava inserido e o contexto a que se referia e – de certa forma – pretendia criar.

No segundo capítulo, buscamos mostrar a conjuntura política do segundo reinado, junto ao processo de formação das elites e intelectuais, bem como da imprensa no Brasil. A divisão, aparentemente estanque, tem como elemento agregador a própria biografia de Alencar. Ali, se buscam esmiuçar os elementos formadores do intelectual Alencar apresentados anteriormente, e como ele se apresenta em seu campo de batalha:

- . A conjuntura política do período, junto a alguns elementos relevantes que são tomados pela crítica feroz de Alencar.
- . A imprensa -, seus primeiros anos no Brasil - na qual Alencar milita como crítico e jornalista, sendo este o seu veículo principal de divulgação de ideias.
- . As elites que disputam o poder no período e tem nos intelectuais seu ponto de ligação com as camadas populares.
- . E os intelectuais em si, que começam a se formar nesse período no país, influenciados pelas ideias liberais vindas da Europa, e mesmo em parte compartilhada com os grupos no poder. Alencar se apresenta como um intelectual surgido em uma das primeiras escolas de direito do país, no Largo de São Francisco, portanto compartilhando de uma relação direta com os outros elementos

da elite local que estava se formando.

Estes elementos apresentados, a opinião pública, a imprensa e as elites formam, em um conjunto, o arcabouço do que seria o campo de atuação do intelectual Alencar, e a proposta de pontuar o “estado da arte” em que se apresentam tais segmentos pode nos auxiliar na construção de um retrato mais nítido da superestrutura (GRAMSCI, 1999) no recorte.

No terceiro capítulo, analisaremos as Cartas de Erasmo, dando ênfase às propostas de Alencar sobre o problema da escravidão no período. Não é nosso objetivo debater (ou defender) as questões do tráfico, do abolicionismo e das reações em oposição dos diversos grupos envolvidos nas questões, mas, a partir da investigação da fonte apresentar a questão sob uma ótica específica, a de José de Alencar como um ator político do período, e seu modelo de representação político e ideológico para o Brasil, se é ou não influenciado pelos ideais do liberalismo. Para tanto, apresentamos uma breve exposição do pensamento de seus principais representantes na Europa, com o intuito de comparar uma possível similaridade com o texto das cartas.

No quarto e último capítulo nos reservamos a um conjunto de considerações finais, com vistas a uma compreensão do que foi apresentado.

As fontes usadas na pesquisa são: As cartas de Erasmo, publicadas semanalmente no período de 1865 a 1868 e vendidas pelas ruas da Corte do Rio de Janeiro. A publicação³ com a qual trabalhamos foi organizada por José Murillo de Carvalho e contém as seguintes edições:

- . Ao Imperador, Cartas de Erasmo, de 1865; no caso, a segunda edição, de 1866;
- . Uma carta Ao Redator do Diário (do Rio de Janeiro) de 1865;
- . Ao Povo, Cartas Políticas de Erasmo de 1866, acompanhadas das cartas “Ao Marquês de Olinda”, 1866 e “Ao Visconde de Itaboraí, Carta de Erasmo Sobre a

³ **ALENCAR**, José de, **Cartas de Erasmo / José de Alencar** ; organizador, José Murilo de Carvalho. – Rio de Janeiro : ABL, 2009.

Crise Financeira”, também de 1866;

. Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo, de 1867-68.

Também foram de grande auxílio às biografias⁴ pesquisadas e a bibliografia composta de obras especializadas, e baseadas em recentes pesquisas e em textos de consolidado valor. Uma das finalidades da história é conhecer melhor os sistemas de representação das sociedades, passando pela literatura e filosofia, e sempre atentando para a produção intelectual (REMOND, 2003). Com as cartas de Erasmo nos apropriamos de um texto criativo, coerente e esteticamente belo, o que só vem facilitar o trabalho interpretativo. Frente a isto, aqui temos o Alencar no começo da vida pública, se consolidando tanto como artista como um político atuante na Corte - um intelectual. Um Alencar que tem muito a nos dizer sobre o período.

⁴ **MENEZES**, Raimundo de. **José de Alencar: literato e político**. 2a. Ed. Rio de Janeiro, livros técnicos e científicos, 1965. **NETO**, Lira. **O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil**. São Paulo. Globo, 2006. **RODRIGUES**, Antônio Edmilson Martins. **José de Alencar: O poeta armado do Século XIX**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

1. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ALENCAR

É um homem de valor,
porém, muito mal educado!

D. Pedro II, referindo-se ao Alencar.

Partindo para um esboço sobre a vida de Alencar, preferimos trabalhar com uma biografia crítica, buscando enfatizar o agente político em detrimento do artista. Mas não podemos deixar de ressaltar ser o político José de Alencar também um dos maiores representantes das letras do Brasil no oitocentos. Ele, ao lado de Machado de Assis, Castro Alves, Gonçalves Dias e alguns outros não tão notórios, tem seu trabalho caracterizado pela construção de um projeto de modernização e a constituição de uma identidade para o Brasil. O desenvolvimento tecnológico, científico, intelectual promovido na Europa era, em seu entender, um modelo para o mundo civilizado, e o Brasil não poderia ficar fora de tão significativo projeto.

A proposta de nossa biografia se dá na medida em que a pesquisa busca enfatizar José de Alencar enquanto político. O escritor consagrado é deixado por um momento de lado, em detrimento dos rumos a que as questões relativas à história política são colocados. No caso aqui, a história da literatura é somente um apêndice.

Tendo também em mente as advertências deixadas por Remond (2003) sobre o uso da narrativa factual e subjetivista, eminente na biografia de notáveis, que cruzavam o perigoso caminho de avaliar um período pelos olhos de um homem apenas – característica da história política recriminada já pela Escola dos “Annales” – buscamos pelo caminho biográfico integrar o Alencar aos diversos agentes políticos, a fim de desenhar um retrato mais consistente do período, mas sempre nos acautelando quanto a direção seguida. Neto (2006) e Menezes (1965) sustentam tal

proposta, afirmando que o temperamento reservado de Alencar é fator determinante para a análise de seu texto que, no caso das Cartas de Erasmo, apresenta características que transitam entre o romantismo literário e um jornalismo crítico, como poderemos ver mais adiante. Pocock (2003), justificando uma proposta biográfica, comenta que “se [temos de ter] uma história do pensamento político construída sobre princípios autenticamente históricos, precisamos ter meios de saber o que um autor “estava fazendo” quando escrevia, ou publicava um texto “(POCOCK, 2003, p.28). Ainda na corrente citação, explica que “em inglês coloquial perguntar o que um autor “estava fazendo” é o mesmo que perguntar “o que ele pretendia”, ou seja, o que “estava tramando” ou o que “pretendia obter”. Quais seriam as intenções de tal autor quando da escritura de seu texto? Quais as suas pretensões com tal trabalho?” (POCOCK, 2003, p.28). Philippe Levilain (2003) indica o fim da década de 1980 como o momento do florescer da biografia na França, havendo esta sendo reabilitada no meio universitário ainda na década de 1960 e já na década de 1980 ultrapassa as fronteiras do país. Michael Winock (2003) nos lembra da emergência de pesquisas sobre os intelectuais e suas ideias no século XX, bem como a sua importância para a difusão de modelos políticos, que tem atraído à atenção de inúmeros pesquisadores. Com José de Alencar, ampliamos o horizonte da pesquisa dos intelectuais no Brasil até meados só século XIX, onde está nosso recorte temporal.

Já existem biografias consistentes sobre o Alencar. Destaco o trabalho beneditino de Raimundo de Menezes (1965), “José de Alencar, literato e político”, que recolheu desde documentos pessoais até fotografias e caricaturas do período, mas que tenta não traçar uma crítica ao trabalho de Alencar, sendo um texto predominantemente factual. É para aonde me remeto, como uma fonte básica do estudo, e que determina a linha mestra da descrição, mas me apoiando também em alguns outros textos⁵. Ressaltamos aqui que nosso recorte irá enfatizar também o contexto das relações sociais que são (ou podem ser) determinadas pelo texto.

⁵Outras biografias são: MAGALHÃES, Raimundo Jr. José de Alencar e sua época. São Paulo. Ed. Lisa, 1971. ; FILHO, Luiz Viana. A vida de José de Alencar. São Paulo: Ed. UNESP/Salvador: Edufba, 2008 e NETO, Lira. O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil. São Paulo. Globo, 2006.

1.1 PRIMEIROS ANOS

No dia 1º de Maio de 1829, em uma pequena casa no sítio Alagadiço Novo, na vila de Nossa Senhora da Conceição de Messejana, periferia de Fortaleza, província do Ceará, nasce José Martiniano de Alencar Filho. Seu pai, um padre que há pouco deixara a batina para se envolver na política⁶, junto com D. Bárbara de Alencar, sua mãe, o irmão Tristão de Alencar e o tio Leonel Pereira de Alencar, foi figura de destaque na revolução pernambucana. Um revolucionário liberal “exaltado” pró-república, que posteriormente foi eleito deputado constituinte para o congresso lusitano⁷. Alencar mantinha relações próximas com os liberais de Minas Gerais e de São Paulo, como o Padre José Bento e com Custódio Dias.

Os (chamados) rebeldes de Pernambuco eram militares de alta patente, comerciantes, senhores de engenho e, sobretudo, padres (calcula-se em 45 o número de padres envolvidos). Apesar de ter em suas linhas elementos do povo e escravos, não era uma revolução que pudesse ser chamada de popular. Antes, tentava afirmar a dominação de alguns grupos de elite local. Sobe forte influência da maçonaria, que disseminava as ideias liberais entre seus grupos, os rebeldes proclamaram uma república independente que incluía, além de Pernambuco, as capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte, chegando com Alencar até o Ceará. O movimento chega a controlar o governo durante dois meses. Alguns de seus líderes, inclusive padres, foram fuzilados; Alencar consegue o perdão. (CARVALHO, 2002)

Com a abdicação, havendo o Senador pelo Ceará, João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravenburg, marquês de Aracati, acompanhado D. Pedro I em sua volta a Portugal, declara o senado a vacância de sua cadeira. O nome de José Martiniano, o pai, é indicado em lista tríplice entregue a apreciação da Regência-

⁶ Um padre longe da igreja. Menezes (1965) cita em nota que não foram encontrados os registros de Alencar na arquidiocese de Fortaleza.

⁷ O pai de Alencar, político ativo e um dos participantes do movimento republicano proclamado no Ceará em 1817, já forneceria uma sedutora monografia. Preferimos aqui, em função da metodologia exigida e dos limites da pesquisa, buscar uma análise coerente apesar de firmada em caminhos mais sintéticos.

trina. Aprovado, toma posse em 02 de Maio de 1832. A vida na corte do Rio de Janeiro o esperava, mas não por muito tempo. Em 23 de agosto de 1834 é nomeado presidente da província do Ceará, e retorna à terra natal com a família. Passados alguns anos de uma administração exemplar, com a renúncia do Regente Feijó – com quem mantinha agora relações próximas - foi exonerado do cargo. Alencar e Feijó, desde o golpe de estado de 1832, em que se reuniam nas sessões do Partido Moderado, já admitiam certa cumplicidade de ideias.

A família deixa o Ceará e rumo novamente à corte em meados de 1838, onde o Alencar reassume sua cadeira no senado. O pequeno José de Alencar, então com 11 anos, passa a frequentar o colégio elementar.

O pai de José de Alencar, o senador José Martiniano de Alencar, é figura chave no processo de maioridade de D. Pedro II. Enquanto orador oficial do Senado faz um discurso, durante a coroação e sagração do imperador no Paço da cidade, clamando ao povo e a divina providência para que iluminem o futuro monarca (SCHWARCZ, 1998). Com a posse de D. Pedro II é nomeado, logo a seguir, presidente do Ceará. Toma a administração da província por alguns meses, mas depois de enfrentar algumas revoltas populares, deixa o governo e retorna à Corte em 1841. Neste ponto, o senador Alencar - agora cooptado pelo Estado - provavelmente já estava bem distante das ideias que proclamava nos movimentos revolucionários.

José de Alencar, o filho, tem no Ceará - d'onde passa a infância nessas idas e vindas - a vida tranquila do interior. Ali encontra as imagens que o seguiram pela vida inteira e ajudarão a criar as representações para uma nação nova, esplêndida, como tudo o mais que havia a sua volta naquele momento.

Alencar desembarca em São Paulo em maio de 1843. “Um mirrado rapazola de catorze anos. Vem completar os exames preparatórios.” (MENEZES, 1965, p.49). A falta de livrarias e gabinetes de leitura e a dificuldade de comunicações com a Europa torna o acesso aos livros uma dificuldade, já naquela época. Os livreiros, em sua maioria, se estabelecem no Rio de Janeiro, e vendem majoritariamente títulos em inglês – visto a quantidade de residentes ingleses - e francês, e alguns romances adaptados e traduzidos, mas ainda pouco material (RENAULT, 1976)

Alencar é uma figura que passaria despercebida em qualquer local. Alto, magro, moreno, de óculos. De jeito acanhado; até mesmo silencioso. Não frequentava as tabernas ou salões, o que produzia certo estranhamento não só dos colegas da república, mas nos estudantes em geral. Durante o Império, como os cursos regulares de medicina, direito e engenharia ainda não se proliferassem no período, tais escolas não se configuravam apenas como um centro de produção de uma cultura intelectual no Brasil. Eram, antes, espaços para uma consolidação do poder nas mãos de uma elite cidadina que começava a se sobressair (COSTA, 1999). A frequência às escolas de Direito era a antessala necessária ao jovem que buscava a ocupação em algum cargo público. A criação de cursos de nível superior também busca a criação de um funcionalismo que possa assumir os cargos da burocracia do Estado. Também uma parte da formação da Corte, e uma carreira possível dentro de um escasso mercado de trabalho.

Durante o período do curso os estudantes bagunçavam a cidade promovendo reuniões, serenatas e bebedeiras, num tributo a Lord Byron⁸, em noitadas “satanistas”. Quando Alencar se transfere para São Paulo esse Byronismo está na moda (MENEZES, 1977, p. 50); os estudantes saem pelas ruas blasfemando contra a vida e o amor, de “capa e cabeleira”⁹, virando a vida de pernas para o ar. Alencar nunca foi dado a esses arroubos da juventude, preferindo levar uma vida mais absorta em seus pensamentos.

Em 1846 Alencar se matricula na Academia. Ali tem suas primeiras experiências jornalístico-literárias onde funda, junto a alguns colegas primeiranistas, a revista semanal *Ensaio Literários*. Em começos de 48, depois de tirar férias em Fortaleza e no sítio Messejana, embarca para a cidade de Olinda, onde se matricula no 3º ano do curso Jurídico. A companhia de Alencar ali são os passeios pelas ruas solitárias e a biblioteca do mosteiro de São Bento, onde funcionava o curso, e aonde tem acesso a exemplares dos cronistas coloniais. Não fica ali por muito tempo, voltando

8 Poeta romântico inglês que veio a morrer na primeira metade do séc. XIX.

9 A expressão, recolhida por Menezes de um comentário de Brito Broca, está indefinida. Parece remeter aos juristas ingleses e americanos – modelos para esta juventude da elite da corte, portanto – de usarem perucas como um símbolo de poder. Renault (1976) indica – a partir de uma fonte de 1816 - que cada profissão recorre a determinado tipo de cabeleira, como forma de distinção.

posteriormente para São Paulo. Alencar começa já a sentir os primeiros sintomas da doença que o acompanharia até o fim da vida, e o clima do Nordeste possivelmente seria um alívio para a tuberculose.

Por fim, consegue se formar em Direito em 1849 (na turma de 50) na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. São Paulo é uma “cidadezinha de terceira ordem, tristonha e brumosa: não possui cerca de 12 a 14 mil almas, se tanto” (MENEZES, 1965, p. 60). O espaço é dividido entre os estudantes, grupo então numerosíssimo, “e o resto”, como diziam. Meretrizes, gente pobre nos cortiços, alguns emigrantes que vinham tentar a vida fora do campo e artistas mambembes que buscavam levar alegria para ali. Carvalho (2007) sustenta que a escolha por São Paulo e Olinda para o estabelecimento dos cursos de Direito foi uma maneira de unificar os laços entre as elites dispersas pelas várias regiões, para posteriormente associa-las a Corte. Alencar não foge a regra e muda-se para o Rio de Janeiro, cidade mais promissora economicamente, onde começa a trabalhar como praticante no escritório de advocacia do Dr. Caetano Alberto Soares, um dos mais procurados, chegando a representar em certas ocasiões a Casa Imperial. Alencar trabalha ali por quatro anos, onde se inicia nos estudos mais áridos do Direito, mas não esquece o jornalismo.

1.2 VIDA NA CORTE

Em 09 de agosto de 1853 Alencar começa a trabalhar, a convite de um amigo, na redação do jornal Correio Mercantil - chamado “o grande jornal das ideias liberais” - com a obrigação de promover mudanças em sua estrutura que viessem a torná-lo um pouco mais popular. Era tido como um abrigo dos letrados e o mais importante dos diários da Corte a época. Até 1852, o Correio Mercantil era um dos jornais cariocas com eventual tiragem em francês (MENEZES, 1965). Alencar passará a analisar os acontecimentos da semana no rodapé da primeira página da revista hebdomadária “Página Menor”, publicada sempre aos domingos. No século XIX, tais revistas - em formato de folhetins - já são comuns na imprensa nacional.

O trabalho de Alencar era reunir diversos assuntos, com uma escrita leve e que chamasse a atenção do público. Agora, mesmo avesso a festas e salões de baile - como o do Cassino Fluminense, famoso ponto de encontro onde fluíam amizades e intrigas, liberais e conservadores conversavam serenamente; com seu jeito sisudo, o jovem e acanhado jornalista começa a frequentar a sociedade a procura de ideias e, também, de amigos.

Alencar sabia, como bom jornalista, que por vezes seria preciso não só relatar os fatos, mas também criá-los; é o caso do desfile de carnaval. Desde 1854 a polícia proíbe a prática do entrudo¹⁰ no carnaval. Em 1855, um grupo de foliões animados por jornalistas do Correio Mercantil, em sua maioria, resolve por na rua um carnaval diferente, com desfile de banda de música, carros alegóricos e cavaleiros, nos moldes do carnaval de Veneza. A moda de óperas italianas pelos teatros da cidade faz com que o estranhamento seja menor pela população, já familiarizada com os tipos da comédia italiana como arlequins e colombinas. Alencar, acompanhando o então coronel Polidoro da Fonseca¹¹ e Muniz Barreto, proprietário do Correio Mercantil, vai ao Paço da Quinta da Boa Vista convidar a família imperial para o desfile, que viria a passar também no Largo do Paço. Seria o primeiro destes desfiles a se apresentar no Rio de Janeiro. O imperador comparece e aprecia o espetáculo. D. Pedro II, poucos anos mais velho que Alencar, reconhece naquele “filho de padre” um pouco da convicção e do ativismo do velho senador Alencar. Porém, o fato de Alencar assumir-se “a favor do império” não quer dizer que morria de amores por D. Pedro II.

Em 1855, devido a alguns desentendimentos com a direção do jornal, abandona o Correio Mercantil e sua coluna “Ao correr da pena”, que é um sucesso na época, voltando a militar na advocacia por algum tempo. Em outubro do mesmo ano assume os cargos de gerente e redator-chefe do Diário do Rio de Janeiro com a

10 O entrudo era uma festa popular oriunda de Portugal. Significa literalmente “introdução” e remonta antigas práticas pagãs. Carnaval de rua que, desde os tempos da colônia, vem sendo proibido pelas autoridades constituídas devido aos constantes excessos do povo. Ver, por exemplo, **DAMATTA**, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro. Rocco, 1997.

11 Os “Fonseca” eram uma família, além de influente, vasta nos quadros do exército. Podemos citar desde alguns heróis da guerra do Paraguai até o grupo que sustenta Deodoro na proclamação da república. Ver, para um melhor esclarecimento, nota em **CARVALHO**, José Murilo de, **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo, companhia das letras, 1990. p. 144.

tarefa de reerguer o então decadente jornal (o primeiro jornal diário surgido no Rio de Janeiro¹²) alavancando suas vendas. Já era, naquele momento, um jornalista com certo renome e seus textos sugerem influências de autores europeus. O modelo civilizacional francês - e isto de comum acordo com a grande maioria dos bacharéis que frequentavam a corte - eram de seu agrado e como muitos outros redatores do período, foi dele também um divulgador. É o “afrancesamento” da sociedade carioca, que se manifestava também no uso da linguagem pelos jornais. Alencar é grande apreciador de Lamartine, e leitor de Balzac e Voltaire desde os tempos da academia em que passava as tardes junto ao dicionário de francês.

Nos fins de 1854 vem ao Rio de Janeiro, em férias das funções de cônsul geral na região da Sardenha, na atual Itália, o poeta Domingos José Gonçalves de Magalhães - futuro visconde de Araguaia. Traz consigo os originais do poema “A confederação dos Tamoios”; obra que, dizia ele, revolucionaria as letras nacionais. Grande amigo de D. Pedro II, este manda imprimir uma edição do poema na conhecida tipografia de Paula Brito¹³, em rica encadernação, o que já era um motivo para que o proclamado poema fosse lido. O assunto gira em torno das lutas dos Tamoios com portugueses em meados do século XVI no litoral fluminense e paulista, exaltando o quanto podia as figuras históricas do período. As críticas foram unânimes, o poema era – segundo comentadores do período, como Alexandre Herculano e Gonçalves Dias – uma grande decepção. Alencar, oculto pelo pseudônimo Ig¹⁴, investe criticamente sobre o poema classificando-o de medíocre, em uma série de oito cartas publicadas em sua coluna no Jornal. Seria este o primeiro debate substancial sobre literatura travado no Brasil, e, de certa forma, a primeira querela envolvendo o artista e o imperador.

¹² Interessante lembrar que o Diário do Rio de Janeiro chega a ser apontado como subversivo por José Bonifácio, que manda averiguar o teor do “escritos incendiários” ali publicados em 1822(COSTA, 1999. p.71). No *Diário* seriam publicados artigos contrários à monarquia constitucional. Alencar era assumidamente um conservador.

¹³ Paula Brito é editor e dono de tipografia, um conhecido ponto de encontro de intelectuais e políticos do período. Mulato, de origem pobre assim como Machado de Assis, é mais um indicativo de que nas letras nacionais a política de segmentação racial era mais amena.

¹⁴ Menezes comenta em uma nota que, tendo o Imperador 'esquecido' de convidar o Alencar para a leitura da “Confederação dos Tamoios” em seção no gabinete imperial, este viria a se tornar um crítico ferrenho de Magalhães. Nos parece um reducionismo; a implicância do Alencar não chega a tanto e sua capacidade como escritor e político mostra bem sua capacidade.

A carta aberta é comum na imprensa do período. Um comentador coloca suas opiniões, de maneira direta e sóbria, com o intuito de publicitar um assunto. Um debate aberto; por vezes uma provocação. E o direito de resposta era concedido prontamente. O assunto, se tornado interessante, era esperado pelos leitores.

A maior parte das críticas se refere à gramática e a metrificacão. O poeta Araújo Porto-Alegre, cognominado “O amigo do poeta”, sai em defesa de Magalhães. Alencar rebate e, a esta altura, *lg* não seria mais um desconhecido. Porto-Alegre chega a transparecer que a peleja do Alencar não seria contra o preterido poeta, mas um ataque indireto ao seu protetor: D. Pedro II. Alguns outros aparecem pelas páginas do jornal, apoiando tropegamente poema e poeta. Alencar segue firme e o imperador assume a pena sob o codinome de “Outro amigo do poeta”. Escreve seis artigos que Alencar responde com airocidade. O imperador pede a opinião favorável de alguns amigos sobre o poema, mas nem as críticas encaminhadas por Gonçalves Dias e Alexandre Herculano conseguem convencer D. Pedro II do contrário, que Magalhães não era tão bom assim. Torna-se então uma guerra pública de teimosos. Alencar, no mesmo ano, reúne em livro as cartas publicadas sobre *A confederação dos tamoios*. No ano seguinte, Magalhães publica uma segunda edição do poema que D. Pedro II promove, agora chegando a pagar a publicação de duas traduções para o idioma italiano da obra. O imperador incentiva a pesquisa e publicitação de trabalhos que enfatizam essa mitologia romântica do indigenismo, mas não significa que esteja preocupado com a estética literária. Suas razões estão mais próximas do campo político, como também o seria com sua relação com o instituto histórico e geográfico, ao qual era o maior patrocinador. Era o momento de solidificar os símbolos da nova nação e o indigenismo, além de tudo, se caracteriza por ser um movimento antilusitano (ROMANCINI, 2007).

Sobre o texto de Magalhães, o público aparentemente se cansa da peleja, e Alencar, como redator do jornal, precisa procurar matéria mais interessante e a contenda se dissipa no tempo. Mas esta seria a primeira de uma série de desavenças envolvendo o Imperador e Alencar.

Em dezembro de 1856 Alencar termina seu primeiro livro, distribuído para os leitores do Diário do Rio de Janeiro como um presente no Natal. No ano seguinte publica o

primeiro folhetim¹⁵ de *O guarani*, no Diário, e depois em livro, organizado em quatro volumes; e os primeiros capítulos de *A viúva* em folhetim. O sucesso de *O guarani* é tamanho que várias portas são abertas para o escritor. É neste ano que Alencar ingressa no teatro, com sua peça: “*O Rio de Janeiro, verso e reverso*”; em novembro estreia com “*O demônio familiar*” e, ainda em dezembro do mesmo ano, a comédia “*O crédito*”. A sociedade apresentada nos palcos do Rio de Janeiro, para Alencar, não seria aquela que ele via nas ruas. Seu modelo era a “sociedade” francesa. Comenta assim em uma crônica:

(...) a verdadeira comédia, a reprodução exata e natural dos costumes de uma época, a vida em ação não existe no teatro brasileiro. Não achando pois em nossa literatura um modelo, fui buscá-lo no país mais adiantado em civilização, e cujo espírito tanto se harmoniza com a sociedade brasileira; na França. Fui feliz; o público ilustrado foi mais benévolo do que eu esperava e merecia; *O Demônio Familiar*, escrito conforme a escola de Dumas Filho, sem lances cediços, sem gritos, sem pretensão teatral, agradou”. (MENEZES, 1977. p. 135)

No exposto, entendemos que Alencar buscava um modelo “melhor”, segundo ele, para a sociedade carioca. O modelo francês, de certa forma já impregnado na sociedade da Corte, é agora validado pela arte e aplaudido pelo grupo. Tal modelo, como afirma, não estava na literatura dramática nacional. A vida em ação não existe no teatro. A questão é: qual seria essa vida que Alencar buscava? A das ruas imundas do Rio de Janeiro, dos escravos que recolhiam os dejetos na cidade, da incipiente indústria nacional? Certamente não.

A peça de maior aceitação pública é “*O demônio familiar*”, e a mais divulgada de suas comédias. Machado de Assis em um artigo qualifica a peça “*O demônio familiar*” como um retrato da família brasileira no período, com sua característica – segundo ele – paz doméstica. O texto circula também em versão impressa, com uma dedicatória à imperatriz D. Teresa Cristina, o que chega a ser considerado uma gafe de Alencar, sendo a personagem principal o referido demônio familiar, um moleque chamado Pedro, assim como D. Pedro II (e também D. Pedro I ?). Na estreia do espetáculo no Teatro do Ginásio comparecem D. Teresa e D. Pedro II, que chega a se irritar com os olhares maliciosos e risadas do público a cada travessura do

¹⁵ Alencar estava - de certa forma - na vanguarda da mídia. O folhetim foi uma invenção de Gustave Planche, no decênio de 1820 na França, introduzindo uma forma diferenciada à narrativa do romance. Era um modelo que agradou e ajudou a construir popularidade para Alencar. Ver **CÂNDIDO**, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 9ª. Ed. Rio de Janeiro. Ouro sobre Azul. 2006. p. 43.

escravo no palco. Segundo esse autor, se origina daí, e não do episódio da Confederação dos Tamoios, as diferenças entre o imperador e Alencar. De qualquer forma, não se pode deixar de ver José de Alencar como um implicante.

Em 30 de maio de 1858, no teatro do Ginásio Dramático, estreia a comédia “As asas de um anjo”. Depois da terceira apresentação pública, o texto é proibido pelo chefe de polícia. Alencar vem a público, através do Diário, questionar a arbitrariedade e apresentar sua defesa. Questiona como um espetáculo aprovado anteriormente pela censura (apresenta-las anteriormente aos censores era o procedimento padrão) poderia ser logo depois proibido. Diz o autor ter se baseado em uma peça de Alexandre Dumás Filho sobre uma prostituta; já tendo sido o espetáculo apresentado no mesmo teatro semanas a fio, sendo assim bem conhecida do público. Apresenta ali seus argumentos e motivos, repetindo que não entende como um texto que, ele mesmo admite, é adaptado de um romance europeu – a dama das camélias - que apresenta já a época relativo sucesso de público no teatro, pôde ser censurado. É ali que Alencar entende, da pior maneira, que a sociedade carioca de então não aceita ser confrontada com uma caracterização tão realista de seus costumes. Havia assuntos ainda difíceis de discutir. É interessante nos determos um pouco aqui, para analisar o confronto do autor com a censura. Alencar se sente intimamente ofendido com a proibição, e parte para sua defesa pública, fazendo o que sabe fazer: mobilizar a opinião pública através do jornal...

Em 28 de junho de 1858, Alencar pública no Diário do Rio de Janeiro um artigo que viria a ser uma espécie de “direito de defesa” a censura do espetáculo¹⁶. É interessante no sentido de que podemos ter uma visão ampla da censura praticada pelas instituições públicas no período imperial. É – inicia a carta indicando – o seu direito e dever como escritor. Alencar se diz indiferente a “punição” e explica que tal somente servirá para “excitar a curiosidade pública”, por isso vem a público defender-se apenas por que se diz um defensor da moral e não quer manchar sua imagem aceitando passivamente a (afirma) injustiça. Não pretende fugir a punição e afirma que “se quiser dar-lhe maior publicidade, tenho ainda um meio, a imprensa,

¹⁶ Artigo transcrito na seção “ensaios literários” em ALENCAR, José de. **Teatro completo**. Rio de Janeiro. Serviço Nacional de Teatro, 1977. As referências entre aspas são todas do artigo

que não está sujeita à censura policial”. A peça, conta, havia sido liberada por meio de despacho específico pela polícia em 25 de maio e pelo Conservatório Dramático ainda em janeiro, o que já indica uma contradição. Dentre as causas estipuladas pela lei para a proibição de espetáculo teatral estavam: o ataque às autoridades constituídas, o desrespeito à religião, e a ofensa à moral pública que, no entender do jornalista, seria o motivo da proibição.

Alencar afirma ter pensado bastante na reação que o público teria sobre o tema, e afiança ter se baseado em obras dramáticas filhas da chamada “escola realista” que vem de Paris e que têm sido representadas em nossos teatros, sendo ele mesmo um dos espectadores. Mas, sustenta, “esqueci-me que o véu que para certas pessoas encobre a chaga da sociedade estrangeira, rompia-se quando se tratava de esboçar a nossa própria sociedade” (ALENCAR, 1977, p. 227). Afirma que o público da Corte, assistindo a “A dama das Camélias” ou às “Mulheres de Mármore”, cada um toma Margarida Gauthier e Marce são apenas duas moças um pouco extravagantes, mas quando se transpõe a questão para o Brasil em *As asas de um anjo*, o espectador encontra a realidade diante de seus olhos, e espanta-se sem razão de ver no teatro, sobre a cena, o que vê todos os dias na rua e nos passeios. Mas, o que seria imoral? O que motivaria tal ato da polícia? Alencar explica que é imoralidade o ato que a moral reprova. Alencar se defende dizendo que sua intenção era a pretensão de mostrar uma lição para os pais de família sobre a necessidade de cuidarem da educação moral de seus filhos, de constituírem-se enquanto famílias. Sustenta que em sua tese não há aí uma só personagem que não represente uma ideia social, que não tenha uma missão moralizadora. Não é ele quem nos apresenta, diz, é a própria sociedade. E as instituições públicas criam um impedimento para que o grupo possa confrontar sua realidade; é mais uma barreira construída, como podemos observar, entre o povo (rebelde, inculto, imoral) e a elite, que só observa isso de sua cadeira ou camarote, estando distante de tudo.

Alencar se desgosta com aquilo e abandona, logo depois, o *Diário do Rio de Janeiro* e a dramaturgia (pelo menos, por enquanto), voltando a se dedicar ao Direito e a seu trabalho como advogado no escritório do Dr. Caetano Alberto. E agora com clientela vasta. Ao longo do período imperial, com a estabilidade da economia e um maior

(ainda pouco) desenvolvimentos das cidades aparecem outros caminhos para o trabalho que não somente a burocracia, mas a grande maioria dos profissionais liberais não consegue manter-se. Apesar do desenvolvimento da advocacia, do magistério, da medicina, do jornalismo, muitos destes profissionais liberais – o caso de Alencar – encampam duas profissões ao mesmo tempo como forma de sobrevivência ou de esperar ser alcançado pelo braço sedutor do emprego público.

Para Neto (2006) a produção literária de Alencar não está desvinculada de sua personalidade, um tanto depressiva, e afastada da vida noturna da capital, lugar comum para políticos e jornalistas - vários deles conhecidos por Alencar, que preferia a tranquilidade de sua propriedade na periferia onde recebia alguns poucos amigos. Ali entre seus livros, dedicava-se a leitura de cronistas e historiadores e a pesquisa sobre a história política dos séculos XVIII e XIX. Tais leituras teriam levado Alencar a um aprofundamento de sua reflexão crítica sobre a realidade brasileira e os padrões de comportamento da sociedade e das instituições que a constituem, e da família burguesa em particular.

1.3 MILITÂNCIA POLÍTICA

Em dezembro de 1858, quando Nabuco de Araújo assume o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça trata logo de promover uma reforma interna neste, e o nome de Alencar é lembrado para uma diretoria de Seção na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Depois de alguns meses no cargo, solicita a um amigo do partido conservador, o então conselheiro Eusébio de Queiroz, uma melhoria em seu cargo. Em maio de 1859 seu pedido é aceito e, agora como consultor, recebe o título de conselheiro com seus 30 anos. Começa o gosto pela política que estava desde sempre, segundo Alencar, em sua família. No mesmo ano que entra para o ministério é nomeado professor de direito mercantil do Instituto Mercantil no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, publica vários trabalhos jurídicos de reconhecido valor que alcançam segundas e terceiras edições, o que prova que o texto de Alencar era procurado e lido; que conseguiu sucesso como autor ainda em sua juventude (algo dificilmente alcançado mesmo hoje).

A política, assim dizia o Alencar, era como uma religião em sua família, e o desejo por uma cadeira na Assembleia já é latente. Mas em sua primeira candidatura, em 1856, para uma cadeira de deputado geral pela província do Ceará, na primeira eleição por distritos, não é eleito na ocasião (ALENCAR, 2009). Em 15 de março de 1860 tem outro desgosto, falece o velho senador Alencar, seu pai. Talvez a última chance de associação aos quadros do Partido liberal. No mês seguinte, começa uma correspondência com amigos no Ceará já no intuito de buscar uma candidatura para deputado. Em novembro, e ainda trajando luto¹⁷, embarca para Fortaleza onde busca amigos e correligionários para iniciar sua campanha pelo partido conservador nas periferias da capital cearense. Com a quantidade limitada de eleitores pela legislação vigente, em poucos dias consegue-se conversar com um significativo percentual de eleitores. Apesar de seu pai ser um grande nome do partido liberal e mesmo Alencar sendo o redator-chefe do Diário do Rio de Janeiro, folha declaradamente liberal, o partido não sugeriu uma filiação ou a possibilidade de concorrer a algum cargo público, fato que será lembrado posteriormente com certa amargura. Talvez, com os liberais, Alencar pudesse exercitar melhor sua ojeriza por D. Pedro II, que já era manifesta a época. Talvez, pelo mesmo motivo, o partido não o desejasse em suas linhas. A tão falada homogeneidade de pensamento entre liberais e conservadores se aplica aqui, onde alguém que pudesse desagradar o imperador seria um filho sem pai. O que Alencar já sabia era que se não conseguisse apoio de alguma liderança política – de um lado ou de outro - provavelmente não seria eleito. Foi o que aconteceu no primeiro pleito. Alencar então se “apadrinha” de Eusébio de Queiroz e, com o apoio deste e do grupo conservador, é eleito para a Câmara em 1861.

Os principais partidos do período, o liberal e o conservador, apresentavam algumas diferenças importantes. O professor Bonavides consegue uma caracterização abrangente para o período de nosso recorte:

17 O traje de luto para meados do século XIX era conservado por um tempo relativamente grande, quando se tratava de um familiar próximo. Porém, pode ter funcionado como uma ferramenta importante na construção de um personagem para sua campanha política. Ele é praticamente um desconhecido no Ceará. É preciso mostrar-se como cristão, bom filho, etc.

Os liberais do Império exprimiam na sociedade do tempo os interesses urbanos da burguesia comercial, o idealismo dos bacharéis, o reformismo progressista das classes sem compromissos diretos com a escravidão e o feudo.

Os conservadores, pelo contrário, formava o partido da ordem, o núcleo das elites satisfeitas e reacionárias, a fortaleza dos grupos econômicos mais poderosos da época, os da lavoura e pecuária, compreendendo plantadores de cana-de-açúcar, cafeicultores e criadores de gado. (BONAVIDES, 2000, p.491)

Também Ilmar Mattos (1987) afirma que a diferença entre “Luzias e Saquaremas” já estava demarcada desde as revoltas liberais do período regencial. Porém, como os partidos políticos ainda não havia desenvolvido suficiente força enquanto instituição e ainda não haviam desenvolvido sua configuração atual, geralmente os interesses pessoais (e as ideias) determinavam as ações dos políticos. José Murillo de Carvalho (2007) sustenta a posição dos magistrados tipicamente centrados no partido conservador, tanto quanto o clero no partido liberal, tendo o grupo dos militares preferido manter certa neutralidade e, por fim, um “grupo ascendente de profissionais liberais formando a ala ideológica do Partido Liberal e o núcleo do Partido Republicano do Rio de Janeiro” (CARVALHO, 2007, p. 225). Nas cartas, Alencar sustenta que “era do comércio português e aderências que o partido conservador tirava principalmente sua força e os recursos com que sustentava a luta.” e mais adiante afirma que “o partido conservador servia-se da indústria para subir (...)” (ALENCAR, 2011, p.63). Em sua quase totalidade estes homens eram representantes de uma sociedade patriarcal, europeizada, escravagista e machista. Tais homens partilhavam desse universo cultural que, inclusive, os caracterizava independente do partido a que estavam filiados. E quantas vezes tais interesses não se confundiam com a vontade do imperador - figura maior, que muitos queriam agradar e poucos tinham coragem de desagradar. Bonavides (2000), citando Rui Barbosa, diz que os dois partidos, na prática, se resumiriam em um só: o partido do poder. Faoro (2004) também sustenta que, no segundo reinado, a partir de 1836, a história política brasileira se resumiria aos dois grandes partidos: o liberal e o conservador. . A conciliação foi algo como uma orientação, um acordo intrapartidário ou mesmo uma coligação, e não outro partido. A liga, que é tida como a associação geradora do partido progressista, foi uma organização primária dessa liderança, que tem seu término com a deposição de Zacarias de Góis em 1868, tendo seus filiados

se rearranjado entre liberais e conservadores. As discussões entre as diferenças ideológicas dentro dos partidos excedem a pretensão deste trabalho. O que modestamente se sustenta aqui é que a filiação partidária se dava, a princípio, não como resultado de um aceite pelo ator político da base ideológica do partido – se é que houvesse uma. O partido conservador, por exemplo, nunca chegou a escrever um manifesto ou coisa que o valha – mas a suas necessidades pessoais, suas pretensões sociais e para seu favorecimento econômico. Para efeito geral, acompanharemos a análise de Carvalho:

A complexidade dos partidos se refletia naturalmente na ideologia e no comportamento político de seus membros, dando às vezes ao observador desatento a impressão de ausência de distinção entre eles. Um exame, embora sumário, de alguns problemas cruciais enfrentados pelos políticos do Império pode, no entanto, mostrar tanto as divergências interpartidárias como intrapartidárias. (CARVALHO, 2007, p. 219)

Em Janeiro, ao se realizarem as eleições secundárias, José Martiniano de Alencar Filho é eleito pelo 1º distrito (tendo, segundo um comentário seu, obtido também 30 votos dos cerca de 220 eleitores liberais) no Ceará, junto a outros seis candidatos de seu partido. Em 23 de maio inicia seus trabalhos na corte. O cargo de deputado é um importante começo para a vida pública:

Apesar de eleitos por um período de quatro anos, frequentemente conseguiam ser reeleitos para várias legislaturas ou detinham importantes cargos administrativos. Muitos encontraram na Câmara um caminho fácil para o Senado e o Conselho de Estado. Assim como os conselheiros de Estado e os senadores, os deputados pertenciam a uma rede política de clientela e patronagem, que utilizavam tanto em seu próprio benefício quanto no de seus amigos e protegidos. (COSTA, 1999, p. 141)

Ainda sobre o assunto, uma interessante anotação de Tavares Bastos em seu diário pessoal nos ilustra bem a posição de “clientela” a que os deputados estavam submetidos. Referindo-se ao fim de setembro 1869, comenta sobre uma reunião dos senadores liberais autorizando Zacarias de Góis a prosseguir negociações sobre o orçamento com Cotegipe, ministro da Marinha. Ao redigir a informação, refere-se aos senadores que compõe uma fração do partido denominada progressista – critica ou ceticamente - como “os nossos chefes” (ABREU, 2007, p.122). Disto podemos deduzir, e ainda segundo o depoimento de Costa, que Alencar também não é

nenhum “herói” do Brasil. Quer o cargo público como uma segurança, que garanta uma rede de relacionamentos necessária a permanência nesta periferia da elite, com vistas a uma posterior promoção.

Quando do início dos trabalhos, todos os olhares estavam postos sobre Alencar. Romancista e dramaturgo já famoso, jornalista respeitado, filho de importante Senador que chegara a orador do Senado na coroação do Imperador; a casa estava cheia de expectativa para a fala inicial. No calor da hora a emoção lhe sobe a cabeça. O discurso proferido, tão aguardado, foi um grande fiasco, com momentos de indecisão e certa disfemia. É aos poucos que a palavra lhe vai acontecendo, vai achando seu lugar na tribuna durante o mandato. Os argumentos, a réplica sempre pronta, o exercício parlamentar vai construindo o personagem político José de Alencar que chega a ser um dos mais respeitados oradores da câmara. A humilhação nos primeiros dias arranha um pouco do orgulho e da habitual arrogância do escritor, para depois se constituir em um aprendizado decisivo do político.

Em 13 de maio de 1863 é dissolvida a Câmara. Alencar, sentindo a doença, faz algumas viagens de repouso fora do Rio de Janeiro. De volta à Corte, passa a morar na Tijuca e diminui o ritmo da produção literária, atendendo a conselhos médicos. Ali conhece aquele que viria a ser um grande amigo, o médico Dr. Thomaz Cochrane¹⁸, de quem posteriormente toma a filha em casamento, Georgiana Augusta Cochrane. Em 1865 nasce seu primeiro filho, Augusto.

De temperamento arredio, dado mesmo a solidão, com a dedicação ao trabalho redobrada agora pela necessidade de sustentar uma casa; não sendo um associado do Instituto Histórico e Geográfico, não sendo frequentador assíduo de salões ou da livraria do Paula Brito como outros literatos, vai desligar-se ainda das poucas relações sociais que tem. Fecha-se na família e para si. É o ano em que publica as primeiras cartas de Erasmo, dirigidas ao Imperador.

¹⁸ Que não é o Almirante Cochrane; militar contratado por D. Pedro I para “massacrar” rebeldes revolucionários pelo Brasil afora.

Em novembro de 1865 começam a aparecer nas livrarias do Rio de Janeiro uma série de “cartas abertas”, publicadas sempre as terças-feiras, endereçadas ao D. Pedro II e assinadas com o pseudônimo de Erasmo, mas logo se soube que o autor era o deputado Alencar. A procura pelos folhetins era imensa. Havia quem esperasse a chegada de um vendedor pelas ruas para adquirir seu exemplar¹⁹. O próprio imperador não deixava de estar atento a cada nova carta; era como mais um sucesso literário. Publica também, em 1866, “Os partidos”, em formato de livro, mas discutindo as mesmas questões e de forma menos informal.

As cartas continham um conjunto de denúncias sobre as irregularidades na política e no procedimento ético dos políticos. Falam do poder moderador, da situação financeira do país; não há assunto que escape ao jornalista. Posteriormente, endereça outra carta, esta ao Visconde de Itaboraí, ex-Ministro dos Negócios e da Fazenda, uma carta sobre a crise financeira, em que tece vários elogios a este, e mais uma, endereçada ao Marquês de Olinda. De julho a agosto publica uma série de cartas *ao povo*²⁰. Alencar se coloca sempre, e antes, como um pensador da política. Alguém que observa e indica um caminho para a nação, e sua condição de jornalista é decisiva passa isso. Deve-se ter em conta que um pensador político é alguém que observa contextos, comportamentos e instituições e a partir de disputas retóricas em torno de tais conceitos, e que busca criticar o poder instituído e as justificativas que este toma para continuar no poder.

Alguns fatos são modelares para mostrar o desinteresse de Alencar pela sua valorização enquanto uma personagem social, preferindo ser identificado enquanto escritor. Prefere as letras e a tranquilidade de seu recanto à vida social que poderia ter na Corte. Um exemplo disto é o episódio da condecoração. Em 1867 o Alencar, por decreto imperial, é agraciado com o oficialato da Ordem da Rosa, pelos relevantes serviços prestados às letras no país. Um agrado da parte de D. Pedro II, feito sem que houvesse uma solicitação ou concurso. A política de condecorações é

19 É o depoimento de Barros Pimentel, que demonstra como o o folhetim foi um meio importante de divulgação no período.

20 As cartas serão analisadas em capítulo a parte.

basicamente a mesma dos títulos nobiliárquicos brasileiros: formas de cooptação de elementos da elite para o “partido” do Imperador. Nos anos finais do império, D. Pedro II agraciaria vários fazendeiros com a ordem da Rosa pela iniciativa destes em libertar seus escravos (NOVAIS, 1997). Alencar, sem um motivo aparente, recusa a condecoração publicamente, solicitando ao redator do Jornal do Comércio que publicite sua decisão. É mais uma alfinetada em D. Pedro II que, a princípio, busca trazer Alencar para seu grupo mais próximo. A caminhada na carreira política vai se tornando “complicada” com tais atitudes de intransigência, pelo menos para alguém dentro do partido conservador que almeja seguir adiante.

Em 1868 está à frente do governo o gabinete liberal presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos. Por conta de alguns desentendimentos entre Zacarias e o marquês de Caxias, já tomado como um herói por sua atuação na guerra do Paraguai, D. Pedro II é impelido pela imprensa a tomar algum lado na rinha, e cai o gabinete. Sobem então os conservadores, sob a chefia do visconde de Itaboraí. O nome de Alencar é proposto para o Ministério da Justiça e, sob o espanto de muitos, aprovado pelo imperador. D. Pedro estaria tentando amarrar uma ponta da corda que tinha às mãos no pescoço do teimoso literato? Alencar reluta num primeiro momento, mas depois de seu ego ter sido acariciado por algumas visitas de partidários, como o barão de Muritiba e o Conselheiro Paulino de Souza - falando em nome do Futuro presidente do Conselho -, resolve por bem aceitar o cargo. O ministério, apelidado “gabinete-bomba”, toma posse em 16 de julho. É composto por, além da figura do Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda o Visconde de Itaboraí, Joaquim Rodrigues Torres; Paulino José Soares de Souza como Ministro do Império; José de Alencar, Ministro da Justiça; José Maria Paranhos, o visconde do Rio Branco, Ministro dos Estrangeiros; João Maurício Mariani Wanderley, o barão de Cotegipe, Ministro da Marinha; Manoel Vieira Tosta, o visconde de Muritiba, Ministro da Guerra e Joaquim Antão Fernandes Leão, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A ascensão dos conservadores é um fato consumado. Alencar é, além de tudo, o ministro mais jovem do gabinete, mas aos olhos do Imperador não era um inexperiente. D. Pedro II parece não se importar com a presença do autor das Cartas de Erasmo; antes, se comporta como um admirador da obra de Alencar. Mudanças há, mas nem tanto. As figuras de Rodrigues Torres e Paulino que –

segundo Ilmar Mattos (1987) seriam o braço forte da chamada “trindade saquarema” - por tanto tempo estiveram a frente do poder, retornam agora com a responsabilidade de reorganizar a casa. Ao mesmo tempo, e até como uma forma de equilíbrio de forças, D. Pedro II também tinha seu jeito de se resguardar das pressões exercidas pelas elites no poder e da influência de seus associados e apadrinhados. Em muitos momentos, leva a liderança do gabinete homens sem propriedades, líderes com ascendência humilde, portanto não diretamente atrelados aos interesses de grupos poderosos, desatados dos laços familiares ou “patronagem” com fazendeiros e comerciantes ligados ao tráfico e a exportação, como Saraiva, Zacarias, o Visconde de Ouro Preto, o marquês de Paraná, entre outros. Eles, que estariam mais próximos ao imperador, seriam também uma última barreira de contenção dos movimentos em prol da diminuição dos poderes da monarquia (COSTA, 1999). O movimento republicano só toma corpo em 1873 e adiante, mas as rugas que o poder moderador incita no parlamento já se fazem presentes. Alencar no ministério trabalha com o afinco que sempre dá a seus afazeres. Isso não é uma novidade. No ano de 1868 publica também “O systema representativo”, obra em que discute o processo eleitoral como a base de um governo representativo. Nem seria também uma novidade o ministro colecionar desafetos no período em que está no cargo. Deputados, colegas ministros, oficiais não estão livres do temperamento singular de Alencar.

As relações do imperador com seu ministro da justiça são cordiais, porém complicadas. Alencar reclama que D. Pedro II em tudo se intromete – mais tarde dirá que é um hábito deste e também dos outros ministros – nos assuntos do Estado. Às vezes, como um menino curioso que de tudo quer saber, outras vezes, como um pai zeloso que se preocupa com seus filhos sendo “maltratados” pelo ministro, chegado em alguns casos extremos a lembrar de que ele é o imperador, e é quem manda na casa (MENESES, 1977). Um dos hábitos de D. Pedro é o envio de bilhetes para o ministro. São comentários, questões relevantes (ou não), indiscrições e apontamentos que constantemente acompanham os despachos de Alencar. Algumas vezes se diz preocupado com a imprensa e os assuntos gerais, em outras solicita informações sobre processos de funcionários públicos e sobre o andamento das eleições. Alencar não faz por menos, redigindo também os seus bilhetes, em

tom cordial e respeitoso, mas sempre como um embate de forças, tentando demarcar seu campo de atuação ou impor limites ao outro. Não é esta uma prática do restante do grupo, que na acomodação burocrática a que o partido conservador se acostuma acaba deixando reverter uma fórmula antiga para o imperador, que recostado na condição que lhe permitia o poder moderador, apesar de dizer que “deixa a máquina andar”, ainda reina, governa e administra (FAORO, 2004). A também o fato de que D. Pedro II prefere morar no paço de São Cristóvão ao Paço da cidade, e os ministros precisavam cavalgam até lá duas vezes na semana para os despachos, coisa que Alencar abomina - considera uma perda de tempo - além de reclamar das “futilidades” que são obrigados a discutir no lugar de tomar o tempo com alguma providência importante para o país, como os rumos da Guerra do Paraguai.

Certa feita o imperador encaminha, preocupado, um bilhete pedindo esclarecimentos de notícias vinculadas nos jornais sobre o recrutamento de (in)voluntários para a guerra do Paraguai pelo país afora. A prisão para recrutamento era uma realidade e por vezes usada como uma forma do partido da situação “desaparecer” com elementos da oposição. Com tal pretexto, são escolhidos no período propositalmente os indivíduos simpatizantes do partido liberal. Alencar, dias depois, encaminha circular tentando normalizar as coisas e coibir abusos por parte dos presidentes das províncias e autoridades policiais que usavam de tal artifício para uma “faxina” política no eleitorado. As preocupações do imperador se fundamentavam nestas ações correntes, como bem sugeria em outro bilhete onde dizia: “(...) eu sei infelizmente o que são as eleições entre nós.”, buscando sempre providências para que houvesse alguma melhora, dentro do possível, e também buscando “(...) inteira liberdade de voto conforme nossos maus hábitos o permitem por hora; mas dando a autoridade o bom exemplo.” (MENEZES, 1965, p.133). Mas o imperador não desconhecia que as eleições pouco refletem a vontade do povo oprimido do interior que ainda é refém do poder político local nas mãos dos senhores de terras no interior – em sua maioria apoiados pelo partido liberal (CARVALHO, 2007). A prática do voto já previamente indicado, com a cédula “chapa

de caixão”²¹ ainda garantia o pão para o sustento das famílias (FAORO, 2004). Várias mudanças são tentadas no decorrer dos anos com pouco resultado; mesmo uma drástica mudança nas regras eleitorais – como o foi o caso do gabinete da conciliação (1853-57) com o marquês de Paraná, em que foram vetadas as participações de vários elementos representantes da polícia, justiça e da administração pública – sempre entevia um espaço para burlar-se a lei, o que já vinha se constituindo como parte da “cultura” política nacional.

Austero com os deputados, distante dos outros ministros, longe das recepções oficiais, Alencar, apesar de extremamente competente, assegura seu lugar como o homem “mais chato” da Corte. Essa visão era compartilhada até entre alguns colegas ministros, como no caso de Cotegipe, que não admitia “o artista” no meio das altas relações políticas. E isso debaixo de um ciúme não declarado, pelo fato de D. Pedro II insistir em entregar ao ministro da Justiça a maior parte das atenções. Atenção que o grupo buscava e que Alencar repelia com seu temperamento complicado. Houve ocasiões em que, descumprindo os deveres dados pelo decoro, impõe ao imperador a papelada de sua exoneração em cerimônia pública, conquanto este não assinasse os decretos que Alencar lhe propunha. D. Pedro II, em seus despachos, tinha o hábito de não deixar nada sem assinar, porém, postergava. Dizia sobre o que não lhe conviesse (ou não quisesse) dar encaminhamento, que deixaria “para a próxima semana”. Os outros ministros, conhecendo tal procedimento, tido até como educado, tratavam de arquivar a papelada referente. Alencar voltava semana após semana com os mesmos papéis, não se dando por vencido. Esticava os braços a exaustão até que o imperador reconsiderasse seu ato. Não é de se estranhar que D. Pedro torcesse o nariz para uma candidatura de José de Alencar para o senado, então um cargo vitalício, evitando assim ter de aguentar o homem perto de si por tanto tempo.

Alencar sente pressões de várias formas por seu mau jeito como articulador político. O “dedo” de Cotegipe, como ele mesmo chegou a dizer, estava em grande parte daquilo. João Maurício Mariani Wanderley, o barão de Cotegipe, era um homem

21 A cédula era marcada com uma cruz, indicando o voto a ser dado. Caso a cédula não aparecesse na urna, o candidato ou chefe político poderia procurar o eleitor para “tomar providências”.

prestigiado, que sabia emprestar seu prestígio ao Ministério. Encarregado da Marinha, este tinha a predileção pela Justiça, o que o fazia criar situações de constrangimento para Alencar. Com a legislação vigente, o império está centralizado na figura do “(...) Ministro da Justiça, generalíssimo da polícia, dando-lhe por agentes um exército de funcionários hierárquicos, desde o presidente da província e o chefe de polícia até o inspetor do quartelão” (FAORO, 2004, p. 369), e também os juízes, funcionários públicos de carreira, todos ao alcance do longo braço da dominação do Estado. Qualquer deslize, e Cotegipe fornecia o material aos jornais sobre o Ministro (e o ministério) da Justiça; nas reuniões com o imperador fazia valer seus pontos de vistas sobre a pasta do adversário. Zombava, alfinetava, enfim, politicava... Alencar reclama com o presidente, que tenta contornar as coisas, e apresenta um pedido de demissão, mas este não é aceito. Dias depois, Fernandes Leão, titular da pasta da agricultura, por motivos pessoais também pede demissão. Na ocasião o Alencar reapresenta sua solicitação. Itaboraí tenta segurar o gabinete como pode, evitando que este tombe para cá ou para lá. De olho nesta indecisão a alta câmara aumenta a vigilância; são os olhos de Zacarias, Saraiva, Nabuco, Ottoni, Silveira Lobo, Monte Alegre, Abrantes e Itanhaém que os acompanham. Os ataques ao ministro-escritor continuam dia a dia, cada um com o seu motivo, cada qual com o seu aparte e nem todos direcionados à boa ou má administração da pasta da Justiça, mas ao próprio jeito de ser do Ministro, chegando ao ponto de Cotegipe criar e difundir (a pior parte...) um apelido para Alencar, que para a infelicidade deste, é aceito pelo grupo no ato: era ele: o “pirracento” !

Mas nem tudo está relacionado com as brigas internas. Ainda enquanto ministro da Justiça Alencar visita a região do Valongo²², no Rio de Janeiro, conhecido como antigo mercado dos “pretos novos”, e se aterroriza com a situação ao mesmo tempo aviltante e promíscua a qual aquelas pessoas estavam expostas. Alencar não era um abolicionista, acreditava que a escravidão no Brasil deveria terminar por um processo lento e que não incorresse em ônus para os proprietários. Tinha uma posição conservadora, mas também não era um incentivador do comércio de escravos. Em 15 de setembro de 1869 é publicado um decreto seu que proíbe a

²² O antigo Valongo (rua Camerino) era um depósito e armazém de escravos que funcionou de 1779 a 1831. No período, o comércio se transfere para a rua Direita, atual 1º de Março. Os escravos ficavam expostos na rua (RENAULT, 1976).

exposição pública de escravos no mercado e a sua venda sob a forma de pregão, e é aplaudido por grande parte da população. Por esse tempo (senão mesmo antes) é que começa uma sondagem com seus correligionários com o intuito de concorrer a uma vaga no senado. Com a morte em 1865 do marquês de Abrantes e do conselheiro Cândido Batista de Oliveira, senadores pela província do Ceará, a vacância das cadeiras estimulam a cabeça de Alencar a trabalhar com tal perspectiva. Chega a fundar com seu irmão uma folha, a “Dezesseis de Julho” para divulgar – segundo uma carta-circular enviada aos membros do Partido Conservador - os “interesses do nosso partido e defender a ideia conservadora no Brasil” (MENEZES, 1975, p.252). As eleições vão sendo adiadas devido às brigas entre partidos e as denúncias constantes de fraude eleitoral. E há quem diga que a demora é alimentada pelo ministro da Justiça, já cobiçando uma sua cadeira no Senado.

Em junho de 1869 Alencar escreve a Itaboraí comentando seu interesse em concorrer a uma cadeira no senado. Explica que já havia submetido à questão aos colegas do gabinete e tinha o apoio destes. O caso se dá quando apresenta a proposição ao imperador, chegando a solicitar a demissão do cargo de ministro para que se candidatasse sem nenhum impedimento ou favorecimento que seu cargo como ministro pudesse criar. D. Pedro II sugere (pede) que Alencar reavalie a decisão, pois acreditava que sua situação pudesse influir nos rumos da eleição, chegando a sugerir que a atitude não seria ética. Alencar se rebela e escreve, logo a seguir, a Paulino Nogueira no Ceará, apresentando-se como candidato pela província e é aceito. Esse incidente revela algo interessante, visto que Paulino Nogueira como todas as lideranças partidárias que Alencar podia alcançar, sabiam dos motivos do desentendimento e da opinião do Imperador, relatada pelo próprio missivista. E Paulino aceita a candidatura! Podemos deduzir que as lideranças locais ainda não estavam dispostas a acatar todas as decisões do centralismo do Estado, mesmo que fossem vindas de uma vontade expressa do imperador. As resistências locais ainda estavam vivas e prontas para reclamar seus direitos!

A eleição se realiza em 12 de dezembro e os liberais, seguindo orientações do

partido na corte²³, não apresentam candidatos. Alencar é o mais votado em uma lista sêxtupla, tendo no segundo lugar o nome de Domingos José Jaguaribe. O resultado vai então para D. Pedro II que escolheria, entre os mais votados, qual deveria ser o próximo senador. Ao saber do resultado, tendo em mãos a lista, o Imperador se irrita e permanece irredutível em sua opinião. Manda chamar o Alencar para uma entrevista e pergunta sobre o entendimento que tiveram sobre a eleição; o clima entre os dois só piorava. Há várias versões sobre o acontecido, todas parecidas, mas o fato é que Alencar consegue o que quer: sua exoneração. É substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, conselheiro Joaquim Otávio Nébias. Retorna o Alencar a Câmara e à redação do *Dezesseis de Julho*.

No fim de abril começa o cochicho em São Cristóvão sobre a escolha para as duas vagas de senador pelo Ceará. Ao fim a doutrina que os conservadores - inclusive o Alencar - pregam nos jornais, é seguida pelo imperador: de que somente a este pertence, sem audiência de nenhum ministro, a escolha dos nomes para o Senado. Em uma passagem das cartas ao Imperador, Alencar sugere que “os atos do poder moderador são de exclusiva competência vossa [do Imperador]: para exercê-los não dependeis de agentes e atualmente nem de conselho.” (ALENCAR, 2011, p. 81)

No dia 27, por carta imperial, são escolhidos os nomes de Domingos José Jaguaribe e do conselheiro José de Melo. Alencar nunca se recuperaria de tal golpe. Agora, seu caminho na Câmara de deputados, é o da oposição ao governo.

Em maio de 1871, já tomada certa distância a guerra do Paraguai, o imperador solicita a Câmara o necessário consentimento para uma viagem a Europa. Alencar se apressa nos protestos, lembrando o dinheiro esbanjado pelo Estado com as comemorações públicas pelo fim da guerra. Chega a dizer que uma viagem pela Europa naquele momento seria uma demonstração de “absolutismo” e ao mesmo tempo uma tentativa de se afastar das discussões sobre a questão da mão de obra escrava e o abolicionismo, que o fim da guerra do Paraguai tornou mais urgentes e

23 A influencia local na escolha de candidatos para as eleições só volta a crescer a partir de 1881, com a Lei Saraiva.

que D. Pedro II havia se comprometido em buscar uma solução.

Alencar é deputado combativo, aguerrido, mas não logra muitas vitórias. Na imprensa, chega a ser acusado de incoerência no confronto do conteúdo das cartas de Erasmo e a sua atual situação de rompimento com o imperador, seus ataques constantes ao trono e a administração. Da vida política até a literatura tudo é motivo para denegrir a imagem do ex-ministro. É assim com Zacarias, depois com Cotegipe, depois com Rio Branco, depois com Silveira Martins. As ideias de Alencar, sempre sustentadas por seu conhecimento do Direito (como vimos, as proposições mais carregadas de complexidade, como as cartas, geralmente vinham acompanhadas de estudos publicados pelo Alencar), afligiam vários grupos. Não o grande coro dos homens da assembleia, que em muitos “vivas” e “bravos” sequer ouviam a pauta das reuniões. O partido que detinha a maioria dos deputados conseguia aprovar o que propunha na maior das vezes, tendo em suas relações de “apadrinhamento” construído vários laços de dependências entre deputados e senadores (CARVALHO, 2007). Mas eram geralmente as lideranças que viam em Alencar um problema (NETO, 2006). Alguém que poderia ter forças (e competência) para propor mudanças dentro da estrutura. Gramsci coloca essa questão quando fala da educação dos “jovens”. Todas as gerações educam seus jovens. Pode haver – e sempre há – atritos, questões, divergências de opinião, mas tudo isto faz parte do processo educativo. Mas alguns “jovens” da classe dirigente podem se revelar e buscar alternativas na classe progressista, com o intuito de tomar o poder. É o momento em que os “velhos” de outras camadas passam a direção para tais jovens (GRAMSCI, 1989). É certo que para que a ideologia se constitua eficazmente, o discurso assumido por um grupo deve se manter o mesmo, ignorando as mudanças históricas que possam vir a acontecer (e efetivamente acontecem) garantindo a continuidade das representações sociais e políticas pré-determinadas pela classe dominante (CHAUI, 1997). O temor da ideologia é o discurso fundador de novas ideias e não os grupos que as detém, porque estes estão associados às classes dominantes, no caso aqui a burguesia e pequena burguesia cidadina da Corte, com seus intelectuais atuantes constituindo uma camada periférica a elite, representada não apenas pelo partido conservador, mas em vários casos também pelos liberais. Numa citação de Faoro à Bernardo de Vasconcellos, o sistema representativo que

então os partidos – conservadores e liberais – desejavam construir com sua gama de funcionários, bacharéis e juízes “não significava a vontade popular, mas o governo dos melhores, dos mais esclarecidos, dos mais virtuosos. Entre o país real e o país legal, só o segundo estaria apto a destilar a elite, o poder capaz de modernizar, civilizar e elevar o povo” (FAORO, 2004. p. 371), o que garantiria uma modernização dos quadros mas não o fim das oligarquias. O que vinha acontecendo é a solidificação de um processo de deslocamento do poder dos chefes locais do interior para a burocracia estatal sediada na capital; para a Corte, e auxiliada pelo recente processo de construção de uma elite intelectual local. A concepção de um país dividido em povo e plebe, que distinguia os chamados “homens bons”, cidadãos ativos detentores de plenos direitos políticos, proprietários, profissionais liberais, produtores, enfim, alguém que fosse possuidor de certa renda, da massa pobre, sem alfabetização e dependente (BASILE, 2006). As ideias migram, se modificam um pouco e se acomodam em lados diversos, e as lideranças partidárias assinaladas (e outras tantas), que conhecem tal fenômeno e nele se sustentam, fariam de tudo para evitar que aquele político “fanadinho” e mal-educado se transformasse também em uma nova liderança.

Alencar, nos anos que seguem ao trabalho no ministério, sente a saúde lhe escapar. É uma época em que a doença novamente o alcança e o refúgio de sua casa na Tijuca, mais as caminhadas até a vista chinesa junto com Machado de Assis, se tornam a melhor opção para recuperar-se. A época, ele retoma um projeto deixado de lado a pouco: a Guerra dos Mascates. Romance histórico, mas é denominado pelo autor de “comédia histórica”, em que satirizava seus companheiros de gabinete – Alencar comenta em uma nota que não faria tal coisa – os colegas deputados e (não poderia faltar em sua lista) D. Pedro II. Aproveitando-se de partes do episódio, que é bastante documentado no período, cria uma caricatura da corte e suas ilustres figuras, um arremedo da política contemporânea. Algo como uma vingança particular a que ninguém poderia impetra-lhe culpa.

Como uma forma de terapia, embarca com a família em junho de 1873 para uma viagem até o Ceará, onde encontra amigos e um clima revigorante. Fica ali por alguns meses, longe dos trabalhos na Corte, mas sempre encontrando e

conversando com lideranças políticas locais diversas, sem que “a cor partidária” criasse algum empecilho. Era, para todos ali, o conselheiro Alencar, um filho da terra. Conhece durante esse tempo o jovem Capistrano de Abreu, com quem começa uma grande amizade, e aonde já profetiza seu sucesso nas letras no Rio de Janeiro. Volta para casa em novembro, e para o trabalho. A doença o acompanha sempre.

Alencar retorna a Câmara em julho para os debates da reforma eleitoral. Apesar do cansaço e da constante fraqueza muscular, é ainda um orador fervoroso. Combate veementemente a eleição direta e sustenta que as reformas políticas e sociais cabem a uma iniciativa do ministério, sempre visando um centralismo administrativo. Alencar nunca deixa de guiar-se pelas metas do partido conservador, e sabe do crescimento dos liberais no interior onde a massa votante está nas mãos dos proprietários de terra, em sua maioria adeptos do liberalismo e da descentralização do poder. Alencar é um político moderado, alguém que confia em uma monarquia constitucional que possa garantir a ordem dentro da heterogeneidade de um país de enormes dimensões que é o Brasil, desacreditando assim de qualquer forma republicana que tendesse a uma descentralização de poder e fortalecesse os chefes locais dispersos pelo território do país.

1.4 ÚLTIMOS ANOS

No ano de 1875 Alencar sofre as primeiras hemoptises. Planeja uma viagem para a Europa, na busca de uma cura para sua saúde já bastante debilitada. É neste mesmo ano que retorna à Corte, vindo de Paris, Joaquim Nabuco. Jovem, bem educado, filho do Senador Nabuco. Sua primeira ação política é iniciar-se na imprensa. E, assim como Alencar o fez em seu início de carreira, insurgir contra uma personalidade consolidada no cenário literário e político com paus e pedras na mão – no caso, o nosso biografado - em busca de algum reconhecimento. Traz da Europa um livro de poemas, publicado em francês, que consegue certa consideração. Assume a redação dos folhetins do jornal “O Globo”, tecendo críticas mais centradas nos literatos que à literatura “dos brasileiros”. Joaquim Nabuco

tomava para si o lugar do novo, da modernidade, da esperança e das ideias novas. O lugar que pertencera ao Alencar por algumas décadas e que havia, segundo Nabuco, ficado no passado.

A polêmica que se deu veio da necessidade de Nabuco se afirmar no cenário da Corte a partir de um modelo intelectual e artístico que se confrontaria com o romantismo, um realismo baseado nas ideias positivistas e evolucionistas. Modelo não assumido somente por ele, mas por toda uma geração que estava se estabelecendo. Pesavento nos mostra o cenário:

Imbuída das teorias europeias de Darwin, Spencer, Comte, Taine, Renan, esta geração buscava o universal de forma explícita, assumindo um cosmopolitismo declarado: o Brasil deveria acertar o passo com a história, ingressando na modernidade de seu tempo. A Europa fornecia o padrão de refinamento civilizatório e de patamar cultural. Dela vinham as ideias, a moda, as novas técnicas, e o Brasil precisava acompanhar o trem da história, nem que fosse no último vagão... (PESAVENTO, 1998. p. 27)

Assumir um modelo europeu não era uma novidade. Mas, como tal modelo se renova, as ideias são “assumidas” pelas novas gerações, como a pouco nos referimos, sustentando uma continuidade do sistema sem que uma mudança radical seja conseguida (ou pretendida).

O tema central do debate era a ideia de Nabuco de que a literatura de Alencar estava superada. Começa com o fracasso de público da peça “o jesuíta”, apresentada ainda naquele ano. Alencar rebate e segue na peleja, como era de seu gosto. Não é nossa intenção aprofundar aqui uma discussão sobre a literatura do período; para nós importa a questão: qual modelo de sociedade era sustentado por Alencar, e qual era defendido por Nabuco e dos grupos que se instalavam, ditos a *geração de 1870*? Foi um momento em que vínculos foram criados entre intelectuais brasileiros e europeus. Podemos apresentar uma caracterização do período na análise de Antônio Cândido, mostrando que:

(...)o movimento das novas ideias filosóficas e literárias que começou mais ou menos em 1870 e se estendeu até o começo do século XX, tendo como

núcleo inicial a cidade do Recife, capital de Pernambuco, e sua Faculdade de Direito. Lá e em outros centros, como o Ceará e sobretudo o Rio de Janeiro, desenvolveu-se um agudo espírito crítico, voltado para analisar de maneira moderna a sociedade, a política, a cultura do Brasil, com inspiração, primeiro no Positivismo, de Augusto Comte; em seguida, nas diversas modalidades de Evolucionismo, das quais teve aqui maior voga a filosofia de Herbert Spencer. Acrescente-se a divulgação das novas ciências como Biologia, Linguística, Etnografia, Antropologia, Física (CÂNDIDO, 1999. p. 51).

Não só Nabuco, mas também escritores como Franklin Távora e Feliciano de Castilho protagonizaram ataques ao Alencar, e suas ideias em favor da escravidão estavam totalmente distantes do modelo sociais e científicos apresentados. Alencar era a pedra da vez, e seu estado de saúde debilitado provavelmente contribuiu pra piorar o humor do genioso deputado. A literatura precisava deixar o reino do simbólico e chegar-se para a realidade, representada pelo cientificismo. Alencar refuta as acusações porque acredita no que escreve; não é um cientista e nem pretende ser. O que tem em mente não é tão somente a análise do real, mas uma possibilidade de “melhorar” o real, moralizando-o. Influenciar a sociedade, em busca sempre de um caminho de purificação do social.

O debate aberto interessa aos dois: Alencar, um pouco desgastado pelos recentes arranhões da política, e Nabuco buscando ainda o reconhecimento do público. Precisam do jornal. Precisam de um veículo que os fortaleça frente à opinião pública, construindo ali sua arena de luta. É no jornal que as ideias alcançam um público variado e seletivo, visto que a alfabetização do povo não era um fato; mas também não podemos cair no mito do analfabetismo “total” da população, em que ainda não seja possível atingir um grupo tamanho que há de se considerar enquanto uma opinião pública; como prova disso temos a venda de livros – romances de folhetim em sua maioria, para o período – e a presença de salas de leitura e bibliotecas onde já se cativava um público fiel entre mulheres e estudantes²⁴, e o próprio Alencar admite ter na infância lido para grupos. Era comum, em estabelecimentos comerciais e mesmo em casa de família, uma leitura coletiva de

24 É interessante uma consulta a o trabalho de Sandra G. Vasconcelos sobre a formação do romance no Brasil e o levantamento sobre os romances ingleses em circulação no Brasil no XIX.

jornais, informando as notícias aos que não são alfabetizados, o que possibilitava que as informações e opiniões chegassem a grupos maiores (SCHWARCZ, 1999).

A guerra que deixa de ser particular e toma à imprensa, Nabuco representa a proposta de um novo liberalismo que vai ganhando corpo a partir do final da década de 1860, que se contrapõe ao nacionalismo conservador concebido na obra de Alencar. Depois de dois meses, o debate termina, sem necessariamente abalar quaisquer dos lados. Nabuco se retira para tentar a política e Alencar deixa-se estar até maio seguinte, quando embarca com a família para a Europa. Sofrendo de depressão, a viagem o angustia. Paris, Londres, Portugal. Alencar está velho, consumido pela doença pulmonar. Só melhora um pouco com a volta ao Rio de Janeiro. À Tijuca.

Alencar ainda combate na Câmara. É eleito para um quarto mandato como Deputado. Com a saúde já muito debilitada, não comparece a todas as sessões e diminui as saídas de sua casa para os costumeiros passeios. Uma descrição construída por Lira Neto nos dá uma clara visão de Alencar nesse momento em que a tuberculose já chegara à situação terminal:

(...) era impressionante como o homem definhara nos últimos meses. Virara uma garatuja.

Os olhos miúdos haviam perdido o brilho característico e agora praticamente sumiam em meio as negras olheiras. Na outrora vasta cabeleira, uma entrada pronunciada alongava-lhe a testa e ajudava a conferir-lhe o ar de velhice precoce. A barba tomava conta do rosto magro e descera abundante sobre o peito, a ponto de os fios desgrehados esconderem-lhe o nó da gravata. Tinha apenas 48 anos de idade. Parecia ter, no mínimo, vinte a mais (NETO, 2006, p.13)

Já não é mais o mesmo político agressivo, mas ainda encontra fôlego para se arranhar com Caxias – então chefe do executivo – e mais uma vez com Cotegipe, arrancando aplausos e risos do plenário sempre com suas críticas bem vivas a família real. Há de se admitir que houvesse um pouco de rancor pela sua não indicação para o senado, que lhe acompanharia até os últimos dias de vida, aguçando sua “implicância” e por vezes chegando a contradições, como quando

ataca seu próprio partido, enquanto o Imperador passeava pelo mundo com parte da família. A regente, Isabel, também não lhe enchia os olhos. Se não era alvo constante de suas críticas é porque pouca importância lhe dava o deputado.

Em abril de 1877 chega à capital notícia da seca que castiga a províncias do Ceará e vizinhas, como não acontecia a décadas. Vai à tribuna o Alencar para pedir esclarecimentos aos Ministros sobre a situação real da região e cobrar providências. Os jornais de Fortaleza acusam o conselheiro de descaso, ao mesmo tempo em que este se propõe a recolher, junto a uma comissão, donativos para as vítimas. Também algumas folhas do Rio de Janeiro, que divulgam litografias sobre os retirantes, chamam a responsabilidade. Vale lembrar que, José do Patrocínio, um dos jornalistas responsáveis pela divulgação do problema da seca no Ceará, é um abolicionista ferrenho. É notório que Alencar piora dia a dia, sentindo-se desprezado até por seus colegas do partido. Não se propõe mais ao debate público e deixa por menos as provocações dirigidas a ele. Sua preocupação é com a família, com o desamparo que pode vir a ocorrer em função de sua morte. Vai definhando lentamente; abandona de vez a caminhada pelo passeio público e também se distancia dos amigos é quando a doença finalmente o alcança. Aos 12 dias de dezembro de 1877 falece José de Alencar. Às 10 horas da manhã do seguinte dia seu corpo é levado em cortejo até o cemitério de São Francisco Xavier, aonde vem a ser sepultado por um pequeno grupo de jornalistas e amigos próximos. O imperador, se dirigindo à Petrópolis na ocasião – como o fazia habitualmente - do falecimento, ao ser comunicado reage com uma expressão ressentida: “Homem de valor... Porém, muito mal-educado” (MENEZES, 1965).

O necrológio é escrito por Capistrano de Abreu, e estampado na primeira página da “Gazeta de Notícias”, mas sem a assinatura do autor. É o primeiro trabalho publicado por Capistrano de Abreu na imprensa carioca. O novo jornalista viria a fazer o sucesso que Alencar profetizara, e ainda mais, como escritor. Política é assim: Mesmo com sua morte, o deputado elege um “filhote”²⁵.

25 Na gíria eleitoral do período, filhote era o candidato apadrinhado por algum líder político.

2. CONJUNTURA POLÍTICA DO II REINADO

Os infelizes não andam na rua do Ouvidor...

De um Editorial da “Gazeta da tarde”

Depois de conhecermos, por meio de sua biografia, o Alencar, é importante que possamos nos deter nos campos de atuação de Alencar enquanto político e enquanto um intelectual que pretende atingir a opinião pública com suas ideias. Lembramos aqui que, nos baseando nos textos de Gramsci (1989), entendemos o intelectual como a figura que faz a ligação entre a da elite com o povo. Na verdade, é o intelectual que irá construir uma relação de confiança com os vários segmentos sociais na sociedade, para a divulgação e manutenção da ideologia dos grupos que formam essa elite no poder. Para tanto, cabe o exame de tais pontos: as elites, a imprensa, os intelectuais e a opinião pública, em uma relação dialética, que necessariamente apresenta um discurso em forma de tese e, a partir de uma antítese observada, recreia seu discurso, na forma de síntese. Os elementos acima descritos existem de forma separada, o que os agrega é, tão somente, o trabalho de Alencar. Portanto, funcionam como em uma pintura feita na forma de um políptico, onde os de os elementos que a compõem tem uma existência individual, isolada, mas quando unidas ou justapostas, criam um novo conjunto de significações. É o âmbito da esfera pública. Cabe lembrar que a esfera pública burguesa é uma categoria típica de uma época, caracterizada como sociedade burguesa. A esfera pública deve ser entendida como categoria histórica, d’onde seu uso na sociedade da corte no Rio de Janeiro no segundo reinado. A burguesia é o fulcro deste público, caracterizado fundamentalmente como o público que tem condições de ler, tem uma educação, tem direitos e deveres na sociedade, bem como consegue ser reconhecido como um igual entre seus pares. E é este reconhecimento que permite com que haja alguma alteridade, e suas vozes sejam reconhecidas. Para Habermas

alguém só faz parte de uma esfera pública enquanto portador de uma “opinião pública” (HABERMAS, 2003).

Para um entendimento mais consistente do período de nosso recorte, iniciaremos aqui apresentando uma visão geral sobre o segundo reinado e os acontecimentos que formam o complexo cotidiano apresentado por José de Alencar em suas cartas políticas.

2.1 UMA VISÃO GERAL

O segundo reinado, considerando o período regencial, se estende de 1831 até 1889. D. Pedro II é entronado com o golpe da maioria promovido pelos liberais, da qual o senador Alencar – pai de José de Alencar - fez parte, em julho de 1840. Uma característica marcante, que talvez ajude a compreender melhor esse período, é o fato de o Imperador nunca ter aberto mão do poder moderador – um adendo incluído por seu pai na constituição liberal de 1824.

A alternância de partidos no poder foi uma constante. Durante os cinquenta anos em que governa D. Pedro II se sucederam 36 gabinetes ministeriais. Nas crises de governabilidade entre interesses partidários e as determinações do imperador, os ministérios eram alternados e o partido opositor tornava-se situação. Porém, é válido ressaltar que as diferenças entre liberais e conservadores não representavam os anseios da população, mas os interesses de elites que disputavam o poder. As eleições para o legislativo eram manipuladas pelo grupo da situação de acordo com seus interesses particulares, e em geral marcadas por fraudes (FAORO, 2004).

O partido liberal fica poucos meses na administração após o golpe e, logo em 1841, temos a primeira vitória dos conservadores: a restituição do Conselho de Estado. Abolido pelo Ato Adicional de 1834, este retorna para ampliar mais ainda os poderes do Executivo em detrimento da autonomia política das províncias. Em retaliação, os

liberais organizam algumas revoltas contra o governo em São Paulo, Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Em 1844, ordens imperiais afastam os Conservadores do poder, e retornam os Liberais a compor com Pedro II. Em 1847 é criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, que teria a tarefa de nomear os demais ministros. É a instituição do parlamentarismo brasileiro. Porém, o modelo parlamentar adotado no Brasil era atípico, justamente pela ação do imperador (o poder moderador) de também nomear ministros – ou desautoriza-los – a sua vontade. D. Pedro II escolhia o presidente do conselho e este, por sua vez, escolhia os ministros: É o chamado “Parlamentarismo às Avessas”: a consolidação de uma nova fase de centralização política. Mas não deixa de ser um progresso, na medida em que no período anterior o imperador simplesmente nomeava todos eles. Com o ministério composto, restava a aprovação dos parlamentares na Câmara dos Deputados. Porém, detendo o imperador a prerrogativa de dissolver os gabinetes ministeriais como condição para formação de outro ministério, dependendo da ocasião e da conjuntura política e, como o fez D. Pedro I, até de dissolver a câmara, tudo era negociado com muita cautela. As reformas buscavam agradar os diversos grupos existentes em um sistema de troca de favores, onde o imperador usava da distribuição de cargos públicos e a cooptação de lideranças da oposição, o que acaba por criar uma aparência de legalidade ao processo eleitoral e manter certa ordem, evitando excessos como do episódio das “eleições do cacete” logo no início de sua administração, onde a violência toma forma de pressão sobre o eleitorado (GRAHAM, 1997). A proposta era inserir o País no conjunto das nações civilizadas e adeptas da democracia representativa, mas não é bem assim que acontecia. O presidente da província era uma figura fundamental no processo eleitoral, cabendo a ele garantir a vitória do governo no pleito. Alguns eram trocados estrategicamente pouco tempo antes das eleições, com o poder de afastar, substituir e até determinar a aposentadoria antecipada de juízes, anular resultado das apurações e preencher atas eleitorais com nomes de sua preferência. Era comum listarem-se eleitores falecidos ou não aparecerem eleitores do partido opositor. Esse comportamento decorre das perturbações experimentadas durante o Período Regencial, onde diversos conflitos regionais se espalharam pelo país em oposição às decisões tomadas pelo governo central. Enquanto isso, a solução era dissolver e reorganizar o gabinete, dando uma

impressão de que as coisas iriam ser “diferentes”. Geralmente, o conselho de ministros não chegava a ficar mais de dois anos no poder. Ao longo de todo o governo de D. Pedro II, os conservadores estiveram à frente do gabinete por vinte e nove anos, e os liberais, por dezenove anos (CARVALHO, 2007), garantindo uma aparência democrática para um governo conservador. Em 1853 Carneiro Leão estabelece o Ministério da Conciliação, com a finalidade de ampliar a interação dos dois partidos no governo brasileiro. O “conluio” durou até 1858.

Mas o país é pacificado. Cessaram as rebeliões provinciais que tiveram início na regência e ameaçavam a consolidação do Estado brasileiro. Duas dessas rebeliões eclodiram ainda no período regencial e tiveram seu termo com D. Pedro II; a Balaiada em 1841, e a farroupilha em 1845. A única grande revolução posterior foi a praieira, em 1848 na província de Pernambuco, mas durou até 1849. A paz conseguida favoreceu a consolidação dos interesses da classe dominante representada pelos grandes proprietários rurais, dos quais dependia o império. Tais grupos defendiam a manutenção da escravidão e a ausência da participação popular nas decisões políticas. Suas divergências estavam centradas mais nos interesses econômicos e políticos locais.

Durante o Segundo Reinado, o Brasil se envolveu em três conflitos armados com países fronteiriços da região Platina. Em 1851 teve início a Guerra contra Oribe e Rosas. Esse conflito envolveu a Argentina e o Uruguai (país que pertenceu ao Brasil até 1828). Em 1851, Oribe, líder do Partido Blanco, tomou o poder no Uruguai, e com o apoio de Rosas, ditador argentino, bloqueou o porto de Montevideú prejudicando o comércio brasileiro na bacia Platina. As tropas brasileiras comandadas por Caxias aliaram-se ao exército liderado por políticos rivais a Oribe e Rosas. O Brasil sai, por fim, como vitorioso da Guerra; o ano é o de 1852.

Em 1864 desponta a Guerra contra Aguirre, líder do Partido Blanco e governante do Uruguai. Tem início depois que os uruguaios promoveram várias invasões ao Rio Grande do Sul roubando o gado dos fazendeiros gaúchos. O ministério organiza o exército sob o comando de Tamandaré e do marechal Mena Barreto. Com o apoio de tropas opositoras do governo de Aguirre, o Brasil consegue a vitória e transfere o governo para o líder do Partido Colorado, Venâncio Flores. O conflito armado mais

longo e violento do período foi a Guerra do Paraguai, indo de 1864 até 1870. O Paraguai era o país mais próspero da região. Contava ainda com uma moeda forte e uma economia industrial como bases para um bem-sucedido desenvolvimento nacional.

Quando o ditador Solano López chegou ao poder, colocou em prática uma política expansionista que pretendia ampliar o território do Paraguai tomando terras do Brasil, Argentina e Uruguai. Solano López tinha como objetivo formar o "Grande Paraguai". A guerra teve início quando tropas paraguaias invadiram o território brasileiro e argentino. Formou-se então a Tríplice Aliança, que unia militarmente o Brasil, Argentina e Uruguai para lutar contra o Paraguai. Para Fausto (2001) os interesses ingleses também estavam em pauta, com a necessidade de garantirem-se mais mercados e evitar o desenvolvimento de concorrentes a Inglaterra foi grande incentivadora do conflito. As lutas foram intensas, terminando somente em 1870 com a invasão de Assunção e a perseguição e morte de Solano López. Para o Paraguai as consequências da guerra foram desastrosas devido à destruição de sua economia industrial e a morte de cerca de 80% da população (FAUSTO, 2001). Mesmo vitorioso, o Brasil saiu com diversos problemas econômicos, pois teve que pedir grandes somas de dinheiro emprestadas para a Inglaterra, o que aumentou sua dívida externa. Também a política de manutenção da escravidão se viu em um paradoxo: como escravos podem ir para as fileiras lutar pela liberdade de uma nação se eles, individualmente, não possuem direito a liberdade. Muitos escravos foram alforriados para lutarem na guerra e tantos outros lutaram na esperança de receber uma posterior alforria – considerando que pela legislação, alguns cidadãos alistados, não querendo fugir de suas obrigações para com o país - poderiam mandar seus escravos para tomar “seu” lugar na guerra (MATTOS, 2000).

As dificuldades financeiras do Império e a necessidade de apresentar uma solução para o problema da escravidão apressaram a queda de D. Pedro II, visto que seu último pilar de sustentação estava no apoio dos fazendeiros que praticavam a agricultura de exportação baseada na mão-de-obra escrava.

Um dos momentos de crise mais aguda na política é sentido com a deposição do gabinete Zacarias de Góis pelo Imperador - atribuição garantida ao poder

moderador, mas não muito bem resolvida na ocasião: D. Pedro II vai ao conselho e os votos, depois de uma fala decisiva de Nabuco de Araújo, são favoráveis à deposição do gabinete²⁶. A conciliação, agrupando os partidos em torno do trono, fortalecia o centro do poder em detrimento do poder local nas províncias, e logo após a regência ela vai desaparecendo em função do personalismo descolado de algum programa partidário. Pode-se perceber que “o desenvolvimento econômico e as mudanças sociais que ocorreram no país a partir dos anos 1850 trouxeram para a arena política novos grupos de interesse, tornando impossível manter a aliança entre os dois partidos” (COSTA, 1999, p.162). A elite agrária que dirigia os rumos do país dá lugar, paulatinamente, a uma elite de letrados urbanos, uma nova geração que se forma lentamente no Brasil associada a uma classe média dissolvida nas camadas de um estamento burocrático que vem, segundo Faoro (2004), transplantado quase que integralmente para o Brasil, e que lhe dá o necessário suporte a existência. A queda do ministério liberal em 1868 e sua substituição por um gabinete conservador gera uma crise que culmina em um manifesto em favor de várias mudanças no sistema político, como a exigência da descentralização, de eleições diretas, contra a vitaliciedade do senado, a favor do sufrágio universal, da liberdade religiosa e de muitas outras mudanças pretendidas. É a fase áurea do império que vê seu declínio iniciar-se depois da guerra do Paraguai.

Observando a economia, um dos fatores da estabilidade econômica e política do país no período imperial foi o desenvolvimento do café, dando um novo impulso para a economia agroexportadora. Durante o primeiro reinado a elite agrária estava ainda concentrada no nordeste açucareiro, mas aos poucos, a produção em larga escala do café - que começou no Rio de Janeiro em 1930, em Angra dos Reis e Mangaratiba – vem mudando as posições no jogo. As plantações avançam para o vale do rio Paraíba possibilitando, pelo volume da produção que aumentaria gradualmente nos anos seguintes, partir para a exportação. Em meados de 1850, a lavoura cafeeira se expande para o Oeste paulista, favorecida pelas condições do solo (FAUSTO, 2001), mas o cultivo exigia a manutenção da mão de obra escrava que ainda era considerada como muito lucrativa. Sabe-se, porém, que

26 A questão colocada se refere (resumidamente) a um desentendimento de Caxias, no comando das tropas no Paraguai e Zacarias de Góis, então na chefia do gabinete. Faoro (2004) argumenta que, apesar de D. Pedro II ter consultado o conselho sobre o fato e ter seguido a diretriz recomendada, é acusado de usar arbitrariamente o Poder Moderador para a retirada dos liberais.

com a proibição do tráfico negreiro - já exigido pela Inglaterra ao governo brasileiro ainda no primeiro reinado como uma das condições para aceitação da independência - chegar-se-ia inevitavelmente ao fim o trabalho escravo no Brasil, mas a elite dominante adiou o quando pôde a abolição da escravidão no país. Para tanto, o império relutava em cumprir os acordos, leis e tratados firmados. Como forma de solucionar o problema da crescente escassez de mão de obra, os fazendeiros recorreram inicialmente ao tráfico interno de escravos. Quando do agravamento do problema, os fazendeiros paulistas começam uma política de incentivo à imigração de colonos europeus (havia outras opções, como chineses, aos quais Joaquim Nabuco tinha verdadeira ojeriza), que passariam a trabalhar sob o regime assalariado. A troca foi gradual, e lenta. Diversas leis foram aprovadas – sob pressão – no decurso do tempo, como a **Lei de 7 de novembro de 1831 – Lei Feijó**, a lei Eusébio de Queiroz, a Lei do Ventre livre e adiante até a abolição total em 1888. Mas o primeiro golpe sério é sentido em 1851, como resultado da pressão inglesa. Esta se sente de forma efetiva desde os acordos firmados com D. Pedro I para o reconhecimento da Nação até o início da vigilância dos mares pela marinha inglesa atrás de traficantes de escravos em navios de bandeira brasileira.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, o escravo era utilizado nas plantações de café e cana-de-açúcar; aqueles que possuíam ou aprendiam uma profissão, bem como tinham capacidade para desenvolver atividades comerciais eram utilizados nos chamados “trabalhos de ganho” e nos diversos trabalhos domésticos nas cidades. Mas seu trabalho na lavoura, no período de nosso recorte, ainda é imprescindível para a expansão da cafeicultura. O café viria a tornar-se o principal produto de exportação brasileiro, estimulando a industrialização e a urbanização. Fatores como a expansão do crédito, através de uma reforma bancária e – com o fim do tráfico – a aplicação dos capitais desse comércio em operações financeiras as mais diversas, a qual forneceu recursos para a formação de novas áreas de plantação e a ampliação das redes ferroviárias em São Paulo, que reduziram o custo de transporte para os proprietários no interior paulista, foram decisivos. Para os interesses dessa classe de ricos proprietários rurais paulistas que se forma a monarquia centralizadora - sediada no Rio de Janeiro e apoiada pelos senhores de engenhos nordestinos e cafeicultores do vale do Paraíba - já não era útil. Com isso, surgiram novos grupos e classes sociais, portadoras de novas demandas e interesses, e de muito dinheiro.

Na vida social, Renault (1976) sustenta que a invasão do luxo se consolida por volta da década de 1850. Cabeleireiros, alfaiates, modistas, perfumistas e floristas construía uma realidade de consumo até então desconhecida aqui. O endividamento também toma conta da cidade como forma de se integrar a vida social, o que vem a causar desequilíbrios no orçamento domésticos. Um anúncio, assinado por certo “Mr. Gadet” e publicado ainda na década de 1840 no Jornal do Comércio, prevenia os negociantes da Rua do Ouvidor que ele não se responsabilizaria pela vendas de objetos a crédito- possivelmente para sua esposa e familiares - sem seu consentimento (RENAULT, 1976).

A cidade se renovava, e as pessoas viviam o luxo vindo direto da Europa para as suas casas; na máquina a vapor, nas primeiras ferroviárias, na evolução social com os bondes e a integração maior das periferias, na iluminação a gás; além da moda em si, que traz novos hábitos. As viagens pela Europa para as famílias mais abastadas se torna algo possível e até comum. Mas o contraste é visível; Em crônicas dos jornais apresenta-se o melhor de Paris, mas escrito em um “péssimo francês” pelos jornalistas. As salas de leitura e as livrarias, recheadas de obras clássicas - algumas de elevado nível cultural e títulos em língua estrangeira - esbarram no alto índice de analfabetismo: são 10 livrarias só no Rio de Janeiro na década de 1850 (mas que também indica a quantidade de europeus – ingleses, espanhóis, franceses e outros – agora residindo no Brasil), e ao mesmo tempo as casas de família ainda não tem um sistema de água encanada.

Segmentos das elites, nas décadas de 60 e 70, passariam a contestar o regime monárquico através dos movimentos republicano e abolicionista. Mesmo alguns fazendeiros, que defenderam tenazmente a escravidão, progressivamente tornam-se adeptos dos princípios federalistas contidos nos ideais do movimento republicano, quando a situação lhes era mais favorável economicamente. Mesmo porque a oposição burguesia-aristocracia, setores urbanos versus setores rurais característica de outras sociedades, não se manifesta no Brasil com a mesma intensidade que em países europeus, visto que o antagonismo que se registrou na Europa e gerou alguns dos mais importantes movimentos revolucionários do período entre burguesia empresarial e aristocracia agrária, aqui era menos consistente. Pela metade do século dezenove já teríamos fazendeiros com uma visão mais progressista,

apostando na mão de obra livre, em melhorias no processo produtivo e, ao mesmo tempo, uma parcela da burguesia que passa a comprar terras e participar (associativamente, ou mesmo por laços familiares que viessem a ser criados) da vida e do trabalho na propriedade rural. Há uma tendência maior entre as elites a uma formação de laços de proteção mútuos (COSTA, 1999).

Lembramos também que o manifesto do Partido Liberal de 1868 previa a abolição, apesar de não haver um movimento organizado para isto. Já o Partido Conservador silenciou sobre o assunto, mas foi sob a administração de gabinetes conservadores que as leis abolicionistas vieram a acontecer (SKIDMORE, 1989).

Golpe a golpe, a monarquia vai perdendo sua legitimidade. Além disso, a partir da década de 1870, o regime monárquico entra em conflito com duas instituições importantes que formavam outras duas bases de sustentação do regime: o Exército e a Igreja Católica. Entre os militares, o positivismo pregava a liberdade e uma postura moral que não condizia com as antigas ideias escravocratas.

O movimento pró-república no Brasil, que cresceu ao longo do período, tomava proporções irreversíveis, mas para que a alteração na forma de governo se desse de forma democrática seria necessário uma Assembleia Geral majoritariamente republicana, o que não deveria ocorrer, posto que a população ainda apoiasse o imperador e, com a lei áurea, tinha-se medo do descontentamento dos escravos com o possível fim da monarquia, podendo acarretar uma revolta popular (SCHWARCH, 1999). Cientes desse problema, os republicanos viram-se obrigados a apelar para o ataque direto em associação com militares de alta patente. Em 15 de novembro de 1889, D. Pedro II foi deposto do trono e embarca para a Europa com a família no dia 17 de novembro, sem alardes e sem despedidas públicas que pudessem suscitar manifestações. É a partir desta aliança entre os proprietários rurais do oeste paulista e os quadros da elite militar do Exército que chega, no fim do século XIX, a República ao Brasil.

2.2 O ESTADO DA ARTE DA IMPRENSA NO OITOCENTOS

Mas o oitocentos, em meio a toda essa agitação, também é um período de consolidação da “proposta” de um país chamado Brasil: um país novo, não mais uma colônia; detentor de um ideal próprio que o substantiva em meio às outras nações como um “igual” entre elas. D. Pedro II, em seus melhores anos, vê e estimula a extrema agitação, onde se busca em algumas ideias ou programas políticos e culturais importados de outras nações e (só algumas vezes) devidamente adaptados para a “cor nacional”, uma identidade para o Brasil. Estamos mesmo, para usar uma expressão de Antony Giddens (1991), na periferia.

Apesar disso, a identidade que se busca deve estar concernente com os elementos os quais ela pretende representar, que são as elites que detém o poder a partir de 1822, composta por comerciantes, traficantes, fazendeiros e elementos a estes ligados, interessados na grande propriedade agroexportadora e no tráfico de escravos, e dos grupos de pressão que, com o tempo, iram se aproximando e afastando deste núcleo inicial (COSTA, 1999), buscando uma acomodação adequada durante todo o império. Schwarcz (1999) nos lembra de que na confecção da primeira bandeira do Brasil imperial, D. Pedro I já apostava nos ramos de café ladeando o brasão central como um símbolo nacional, mesmo antes do café se configurar como a riqueza que veio a ser.

Os primeiros prelos chegam ao Brasil com D. João VI, e não havia uma imprensa no Brasil no período anterior. Sodré (1999) registra uma pequena tipografia instalada no Recife em 1706 sob autorização do governador da Província, Francisco de Castro Morais, mas já em 08 de Junho do mesmo ano uma carta régia põe fim a empresa. Em 1746, novamente com autorização de um governador local – Gomes Freire – transfere-se de Lisboa o impressor Antônio Isidoro da Fonseca para o Rio de Janeiro e consegue, por um breve tempo, colocar em atividade pequena oficina tipográfica que, sob uma ordem régia, foi fechada e queimada. Portugal não queria uma propagação de ideias “impróprias” dentro da colônia, e tudo fazia para evitar que isto acontecesse. Em Portugal, as Ordenações Filipinas determinavam a proibição da impressão de qualquer obra que não passe pela censura dos desembargadores do Paço e dos oficiais do santo Ofício da Inquisição (SODRÉ, 1999). A partir do

segundo quartel do século XVII a igreja intensifica a fiscalização do conteúdo de obras impressas até que Pombal toma a frente e substitui a prática pela instituição da “Real Mesa Censória” que vigora de 1768 até 1787. Os livros de conteúdo classificado como proibido constituem bibliotecas particulares de alguns letrados e geralmente são impressas em outro país, entrando em Portugal da mesma forma que na colônia: por meio de navios ingleses e franceses em forma de contrabando. Papéis, jornais e livros eram vendidos no cais por marinheiros; a polícia fiscalizava livrarias e livreiros, mas talvez toda essa pressão acabasse por incentivar a criação de sociedades literárias (e também nas lojas maçônicas, onde a não se praticava um pânico por autores franceses) onde era possível procurar e encontrar títulos censurados. Com a abertura dos portos em 1808 o comércio ilegal se intensifica e a situação só melhora com a instalação efetiva da Imprensa Régia. O *Correio Braziliense*, o primeiro jornal a discutir o cotidiano político do Brasil e que tem seu primeiro número em junho de 1808, é produzido em Londres, onde os olhos da censura e da inquisição não alcançam o redator tão facilmente.

As razões do atraso no desenvolvimento de uma imprensa no Brasil ultrapassam os limites políticos descritos para esbarrar também no problema tecnológico e de uma cultura de censura prévia para os jornais. Mesmo em Portugal, nos conta Romancini (2007), o jornalismo foi precedido pela publicação sem periodicidade, de folhas impressas, chamadas relações ou notícias avulsas, no final do século XVI. Apesar das primeiras *Gazetas* de periodicidade mensal, circularem desde a metade do século XVII, dando início assim a uma periodicidade para a publicação de notícias impressas, até meados do século seguinte ainda se conviveria com gazetas manuscritas. O primeiro jornal diário em Portugal será o *Diário Lisbonense*, de 1809, portanto posterior a vinda da família real para o Brasil e a todo um conjunto de mudanças que isto viria a acarretar.

É sob a responsabilidade Antônio de Araújo, futuro Conde da Barca, que chega ao Brasil o material para uma oficina tipográfica – comprado na Inglaterra para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra e que não havia sido ainda instalado em Portugal devido ao período conturbado da transferência da Corte para o Brasil. D. João, ao saber do acontecido, manda abrir a empresa para atender as necessidades da coroa e possivelmente conseguir algum rendimento (a impressão de cartas de

baralho, para o divertimento das famílias, viria a trazer um bom lucro para a coroa). Em ato real, o príncipe determinava que uma junta apropriada examinasse os materiais que solicitassem a impressão e publicitação para que nada se produzisse de ofensivo contra a religião, o governo ou aos bons costumes (SODRÉ, 1999). Em 10 de setembro de 1808 sai o primeiro número da “Gazeta do Rio de Janeiro”. Um jornal oficial que, apesar de não ter um conteúdo inovador, marca o momento inicial dos jornais impressos aqui.

O ano de 1821 é relevante para a história da imprensa brasileira. Em 28 de agosto D. Pedro, então declarado príncipe-regente com o retorno de D. João VI a Portugal, decreta o fim da censura prévia a toda matéria escrita, tornando livre no Brasil a palavra impressa. É um ato decorrente das deliberações das Cortes Constitucionais de Lisboa em defesa das liberdades públicas, e marca uma etapa de liberdade de expressão do pensamento.

Com o passar dos anos, tem-se a necessidade de formular uma logística para a imprensa, devido às vendas e ao crescimento das cidades. Em 1844 o serviço de correios passa a entregar correspondências nos domicílios, o que possibilitava um sistema de assinaturas de impressos. A partir de 1858 no Rio de Janeiro tem-se a mobilização de negros forros e mulatos para o trabalho de entregadores mediante pagamento, para a venda avulsa regular nas ruas da cidade (BAHIA, 1990). A partir de então o sistema de distribuição só melhora e o jornal como veículo de comunicação toma conta do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A busca por uma identidade para o Brasil tem na imprensa um lugar privilegiado, onde as opiniões e doutrinas várias buscavam conquistar a opinião pública como forma de legitimação de cada projeto individual (BASILE, 2006). São as primeiras décadas de um veículo de comunicação que viria a se tornar poderoso no século seguinte como um agente de informação das massas. Segundo Hall,

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. (HALL, 1998, p. 50)

A imprensa, o jornal diário, é o meio por excelência da política. Lugar onde os discursos acontecem, os debates são esperados, as pelepas travadas e a construção dos sentidos vêm a acontecer. Mais do que no salão da Câmara de Deputados, é impresso no jornal que o discurso chega até o leitor que formará, em seu conjunto de propostas, críticas e reclames, a opinião pública. É a imprensa que faz chegar notícias e informações a uma plateias bem mais ampla, levantando questões do cotidiano, trazendo as informações que até então estavam em domínio privado para a esfera pública. Os folhetos e panfletos do período tem um caráter também didático, divulgando ideias – não só liberais, é certo – por meio de uma linguagem acessível. Muitas vezes, encadeando textos, respondendo a outros jornais ou publicitando debates. É esta literatura política que consolida palavras, ideias, expressões do liberalismo para a maior parte das pessoas (NEVES, 2001).

Hobsbawn (2010), falando do período compreendido entre 1848 e a década de 1860 na Europa, comenta a importância dos jornais na formação de um nacionalismo que se baseia na cultura partilhada pelo maior número de cidadãos. O autor afirma que a ideia nacional é construída pelos veículos de comunicação e os grupos a estes vinculados:

(...) o movimento "nacional" tendia a tornar-se político após sua fase sentimental e folclórica, com a emergência de grupos mais ou menos expressivos dedicados à "ideia nacional", publicando jornais e literatura nacionais, organizando sociedades nacionais, tentando estabelecer instituições educacionais e culturais, e engajando-se em várias atividades francamente políticas. Mas, de forma geral, neste ponto o movimento ainda era carente de um apoio decisivo por parte da massa da população. Consistia basicamente de um extrato social intermediário entre as massas e a burguesia ou a aristocracia existentes (se tanto), especialmente os literatos: professores, camadas inferiores do clero, alguns pequenos comerciantes e artesãos urbanos (HOBSBAWN, 2010, p. 105)

Segundo Romancini (2007) é a imprensa crítica, observadora e não comprometida com os interesses do Estado, que tem suas raízes no Correio Brasiliense²⁷, que irá contribuir para a formação de uma opinião pública no Brasil.

²⁷ Correio Braziliense ou Armazém Literário. Jornal mensal, editado por Hipólito José da Costa desde 1808 em Londres e importado para o Brasil, para fugir da censura da cora portuguesa. Apesar de Hipólito da Costa manter relações com a Corte e com o príncipe D. João, chegando mesmo a receber ajuda financeira deste para mantê-lo relativamente livre de sua redação crítica, o Correio foi um modelo para o jornalismo político a ser desenvolvido no Brasil (ROMANCINI, 2007).

O império foi o período da história brasileira em que a imprensa teve maior liberdade de expressão (CARVALHO, 2004), mas ela não era um poder independente. Em sua maior parte os jornais e panfletos estavam vinculados a organizações que visavam, como os partidos políticos, ao poder:

Havia folhas independentes, como o Jornal do Commercio e os jornais radicais. Mas eram poucos e com raras exceções não duravam muito. A grande maioria era vinculada a partidos ou a políticos. O governo tinha sempre seus jornais, o mesmo acontecendo com a posição. Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos. Muitos políticos, por seu lado, escreviam em jornais nos quais o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam na tribuna da Câmara ou do Senado (CARVALHO, 2007, p.78).

Liberais, conservadores, progressistas, históricos, puritanos, todos tem o seu “órgão” de comunicação. Todos tem um jornal seu, com o intuito de divulgar e defender seus ideais, propostas e tendências.

Rodrigues (2008) comenta que os jornais foram importantes para a divulgação do liberalismo moderado pelo Brasil, e dá ênfase ao “Aurora Fluminense” e ao “Sete de Abril” que tem a frente Bernardo Vasconcelos e Evaristo Ferreira da Veiga, respectivamente. Seus editoriais eram reimpressos em outros jornais do interior do Rio de Janeiro e de outras regiões do país, o que serviu como uma rede de divulgação para as ideias liberais.

Neves (2001) sustenta que, bem como os jornais, os panfletos e folhetos de caráter político tiveram papel importante para a divulgação, não somente de ideias, mas de um vocabulário específico, efetivamente didático, com uma linguagem acessível, para que uma parte maior da população pudesse entender o desenvolvimento do liberalismo, mesmo que este só tenha enfatizado um parte do arcabouço de ideias liberais. Toda essa estrutura de “mídia” acabava por propiciar o surgimento de uma opinião pública, que assimilava ideias, discutia propostas e tomava partido. O ideário que se pretendia construir era a crítica ao despotismo, como símbolo de um passado que já estava enterrado, e o liberalismo como o ideário político para os novos tempos (NEVES, 2001).

A imprensa do século XIX, de maneira geral, tem por característica ser constituída – em sua maioria – por jornais de vida curta, geralmente se ocupando de causas também momentâneas, e tem como proprietário um indivíduo ou um grupo pequeno de empresários (não necessariamente jornalistas) e é, por excelência, político (PINTO, 2003). O jornal é a representação de fato e dos fatos para a sociedade; um ente político dos mais importantes no momento. E junto a ele, dentro das possibilidades existentes no século XIX, folhetos, cartazes, livros e muitos outros suportes foram usados com o intuito de difundir discursos de teor ideológico. Isso já é uma percepção de que a participação de camadas cada vez maiores da população – e não somente da burguesia – se apresentavam como elementos emergentes para a política. Hobsbawn (2011) nesta passagem nos informa sobre a percepção das elites europeias da necessidade de um jornal que disseminasse suas ideias para o povo, após a série de revoluções de 1848:

Os defensores da ordem social precisaram aprender a política do povo. Esta foi a maior inovação trazida pelas revoluções de 1848. Mesmo os mais arqui-reacionários dos junkers prussianos descobriram, naquele ano, que precisavam de um jornal que pudesse influenciar a "opinião pública" – conceito em si próprio ligado ao liberalismo e incompatível com a hierarquia tradicional (HOBSBAWN, 2011, p.41)

Para a Corte no Brasil, assim como na Europa, já na segunda metade do século XIX os jornais do período passam a publicar obras literárias em folhetins. Autores como Manoel Antônio de Almeida, Machado de Assis e Alencar ficaram famosos por conta desse tipo de veiculação, e tal associação da imprensa com a literatura que vai se revelando no jornal impresso - já no período de nosso recorte – determina características próprias de um veículo de comunicação de massa (PINTO, 2003). Referir-nos-emos então a estes, para uma melhor compreensão da análise, com o vocábulo “mídia”.

Chartier (1991) nos alerta de que não existe um texto fora do suporte que lhe permita ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais ele atinge o leitor. O princípio do discurso ideológico é o de “alcance”. Quanto maior é o grupo atingido por uma proposta, maior é sua força. É uma percepção de base estatística, e não filosófica. Para que o discurso ideológico venha a surtir efeito é preciso que as ideias da classe

dominante se tornem as ideias de todos os membros da sociedade; que todos (ou sua maior parte) se identifiquem com elas. E ainda, para que a ideologia seja eficaz, o discurso deve se manter sempre o mesmo, ignorando as mudanças que possam vir a acontecer (CHAUI, 1997). Para tanto, também é necessário que a classe dominante, por meio de seus agentes e instrumentos e/ou instituições específicas tratem de, além de produzir suas ideias, possam distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação, da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis. As ideias mudam de lugar conforme a interpretação que os homens lhe dão, e no campo político, essas mudanças nas “orientações” dos homens ocorrem com certa frequência. É preciso confiança, como também partilhar as ideias com o grupo e, se possível, com quem mais aparecer.

2.3 SOBRE AS ELITES NO PODER

Apesar dos estudos sobre a burguesia e as elites não serem uma novidade entre nós, uma pergunta metodológica insiste em aparecer – como nos lembra Flávio Heinz (2006) : Onde começam e onde terminam as elites? - Este mesmo autor sugere que os limites tradicionais tendem a ficarem menos rígidos com o aparecimento de pesquisas mais recentes e a inclusão de novas categorias profissionais e de diferentes recortes que modificam a visão tradicional sobre o assunto, integrando outras fontes e apresentando possibilidades para a interpretação destas.

Temos em mente que, mesmo considerando tais limites para o segmento “elite” é preciso lembrar, como nos mostra Chauí, que a elite descrita a que nos referimos deve ser entendida como a “classe dominante” e não necessariamente os “melhores” homens e mulheres dentro de uma sociedade, como o termo pode sugerir (CHAUI, 1997. p. 48). Cabem aqui então algumas considerações às quais tomamos por base, a partir o modelo democrático de Schumpeter (1984), salientando que por se tratar de um modelo este nos permite uma gama maior de possibilidades de interpretação e uma flexibilidade em nossa análise, tentando abarcar um período que apresenta contrastes acentuados. Consideramos aqui que o

governo é exercido por elites políticas; não existe o chamado “bem comum” como uma meta de trabalho ou projeto de administração do Estado que vá agradar ou interessar a todos os segmentos da sociedade, pelo simples fato de que, para indivíduos, grupos e classes diferentes este bem comum significa coisas diferentes. Neste caso, consideramos a busca deste “bem comum” como um fator de subjetivação que acaba por deslocar a ideologia partidária das metas do agente político, o que termina dando a impressão de que os partidos (seus integrantes, no caso) liberais ou conservadores, democratas ou republicanos ou outros tantos são uma mesma coisa; o objetivo primordial dos partidos políticos é conquistar e manter o poder e a realização do “bem comum” é um meio para atingir este objetivo (SCHUMPETER, 1984); a soberania popular, embora não seja nula, é reduzida, visto que são as elites políticas que propõem candidatos e alternativas para o eleitor e, no caso das eleições no império, isso é bem marcante. E é preciso notar que um importante aspecto da política imperial é o de conseguir ter mantido a supremacia do poder civil. O exército e a marinha tiveram influência reduzida nas decisões da política nacional e, quando foi o caso, seus representantes eram antes políticos vinculados a algum dos partidos do que militares em cargos administrativos. Um caso singular é a figura de Caxias que, mesmo na posição de um herói de guerra, com o comando geral das tropas no Paraguai, teve de passar pelo crivo do conselho de Estado para que fossem resolvidas seus desentendimentos com Zacarias de Góis.

As decisões, vimos, partem de um grupo civil, e é para estes civis que Alencar dirige seu discurso. A elite política que chega ao poder depois da independência e se “enraíza” com o fim do período regencial, apresentando características de unidade ideológica, de treinamento administrativo e de educação. A Corte no Rio de Janeiro recebia representantes de todo o Brasil, pois a Câmara dos deputados e o Senado são instituições sediadas naquela cidade. Não estamos considerando tão somente a sociedade carioca, ou mesmo as oligarquias fluminenses do café que já dava seus frutos por ali, mas as elites do Brasil na qualidade de seus representantes. Deputados, senadores, conselheiros, altos funcionários da burocracia, magistrados, fazendeiros, traficantes de escravos, banqueiros e outros mais transitando pelas ruas estreitas do Rio de Janeiro, sem considerar os ricos comerciantes estrangeiros (alguns enriqueceram ali mesmo!) e alguns setores da monarquia espanhola que se

estabelecem no Brasil ainda no período das revoluções republicanas que se espalharam pelo restante da América Latina, encontrando no Rio de Janeiro o abrigo de uma monarquia constitucionalista.

Alfredo Bosi abre um capítulo de sua *Dialética da colonização*, onde se refere à formação do “novo liberalismo” com uma citação de uma crônica de Machado de Assis intitulada “História de quinze dias”, na qual o romancista dá lugar ao crítico cruel do sistema social e político do império. O recorte fala por si:

As instituições existem. Mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: “consultar a nação, os representantes da nação, os poderes da nação”; mas “consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%”. A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. (ASSIS, apud BOSI, 2003, p.222)

Cabe-nos demonstrar agora quantos e quais (estatisticamente, no caso) seriam os eleitores, os que podiam participar ativamente do processo eleitoral em nosso período de recorte temporal; notadamente, aqueles a quem Alencar se dirigia em suas cartas.

As primeiras eleições, para a composição das cortes em 1821, adotaram basicamente o voto universal masculino. Já nas eleições para a constituinte brasileira foi exigida a idade mínima de 20 anos, e a exclusão de estrangeiros e assalariados. Com a constituição outorgada por D. Pedro I elevam-se as restrições, com idade mínima de 25 anos, exclusão aos criados e adoção do critério de renda mínima. Em 1846 excluem-se os “praças-de-pré”, além de alterar o cálculo de renda mínima baseado na desvalorização da moeda em função da inflação. O formato determinava que, em um primeiro momento, designar-se-iam os votantes – com renda superior a 100 mil-réis anuais – que escolheriam os eleitores – com renda superior a 200 mil-réis anuais – que iriam escolher os deputados – com renda superior a 400-mil réis anuais. Mas a limitação de renda tinha pouca importância, a maioria da população trabalhadora ganhava mais de 100 mil-réis por ano. Em 1876, o menor salário registrado no serviço público era de 600 mil-réis (CARVALHO, 2002), mas era preciso que houvesse alguma comprovação.

Em 1881 temos algumas mudanças: a eliminação da eleição em dois turnos e é proibido o voto dos analfabetos, além de tornar o voto, em si, voluntário. Calcula-se a partir de tais restrições, para o período que estamos tratando, um percentual de 13% da população total com possibilidades de participação eleitoral, que diminui para quase 1% a partir da lei de 1881 (CARVALHO, 2007). Todas estas medidas foram tomadas com real intuito de diminuir a participação popular na votação, concentrando o sufrágio nas elites. Hebbe Mattos (2000) nos informa que, para ser eleitor – e para conseguir algumas vantagens que a condição lhe permitia – o cidadão não poderia ter nascido “ingênuo” (escravo). Mas analfabetos e ex-escravos poderiam habilitar-se a eleitores de segundo grau e até mesmo, serem eleitos para a vereança (NOVAIS, 1997).

Apesar de haverem algumas estratégias para modificar esse quadro e conseguir uma renovação maior dos parlamentares com vistas a uma representação popular, como a lei dos círculos e a adoção do voto distrital (que pouco tempo permaneceram em vigor, logo que começaram a proporcionar tais mudanças), as eleições em sua forma e dinâmica estavam cada vez mais sob o controle das elites econômicas que optavam por manter uma estabilidade no poder. A forma que a eleição se dava já era um complicador, com a necessidade de que o eleitor votasse em tantos nomes quantos houvesse cadeiras em sua assembleia. Isto geralmente favorecia ao candidato que pudesse ter uma representação além dos limites locais, o que era conseguido através das redes de relações que se compunham pelos demais representantes ou pelos “padrinhos” políticos de cada candidato, relação que geralmente era conseguida pelo partido, mesmo que estas fossem descontinuadas após a eleição. Para o pai de Alencar, corria uma anedota no Ceará entre partidários que anunciavam a falta de uma relação com o senador depois de sua partida para a Corte. Quando se recebia uma notícia da qual não se tinha muito crédito, uma interjeição de desconfiança prenunciava a frase: - Tal coisa vai acontecer (...) assim que o Alencar me escrever... – anunciavam, aludindo a algum acontecimento impossível por ali (MENEZES, 1965). Com tudo isso, acreditamos que Machado de Assis em sua crítica estava sendo bastante otimista com os 30% anunciados.

Sobre a formação intelectual da elite local é importante lembrar que a constituição de 1824, entregando o ensino fundamental e médio nas mãos da igreja, cria uma

educação de caráter religioso, centrada mais na tradição filosófica e com certa indiferença pela pesquisa científica, mas impregnada pelo estudo das letras, determinada pela tradição jesuíta (SKIDMORE, 1989). Portugal evitou criar em seus domínios ultramarinos faculdades ou universidades. Os textos disponíveis ficavam restritos às bibliotecas dos conventos e às poucas escolas mantidas também por religiosos, o que garantia certo controle sobre a divulgação das ideias “progressistas”. Não havendo jornais em circulação ou livros impressos, visto que os primeiros prelos chegam com a família real em 1808, os leitores se contentavam com a literatura produzida na Europa – traduzida ou não, o que já limitava o número de leitores - e que atravessava o Atlântico em sua maior parte por via clandestina. Aqueles que tinham condição econômica mandavam seus filhos para Portugal, onde faziam os estudos superiores na Universidade de Coimbra e adquiriam os valores ditados pela metrópole. Estes, em sua maioria, eram aproveitados para compor a burocracia do império em formação. Caiam, quase sempre, na política.

Em números, temos o percentual de Senadores com educação superior no período de 1853 a 1871 - portanto pertinente ao nosso recorte temporal - chegando a 80%, e o dos ministros dos diversos gabinetes a 96% do total. Considerando que a educação militar – exército e marinha, aos quais alguns políticos também pertenciam – recebida por um grupo desses parlamentares não entra nesta base para o cálculo final, o número de políticos que não recebeu instrução é praticamente nulo. Para os conselheiros de Estado, de 1840 a 1889, dos 72 homens que estiveram em seus quadros, apenas 02 não possuíam educação superior. O nível educacional dos deputados gerais se assemelha percentualmente ao dos senadores (CARVALHO, 2007).

Depois da elite de Coimbra dominar os primeiros anos do império, vem o começo da nacionalização, com os cursos de Direito, preferência nacional para o ingresso na elite política via cargo público. Tais cursos são criados no Brasil depois da independência, em 1827, e começando efetivamente em 1828. Um em São Paulo e outro em Olinda - transferindo-se o segundo posteriormente para a cidade do Recife. A presença no poder de egressos da escola de medicina e engenharia tem o peso relativo proporcional ao dos militares, é o diferencial estava mesmo na formação no

Direito. O curso superior era o pré-requisito para tentar um cargo no poder. Sobre o segundo e terceiro escalões da burocracia, como bem nos mostra José Murilo, são representados por diretores, chefes de seção e uma gama de funcionários especializados, em sua maioria vinculada a algum ministério e que buscava, nas cidades principalmente, o emprego público como forma de sobrevivência, visto a falta de postos de trabalho em outros setores. A elite brasileira era em sua quase totalidade letrada, o que a afastava mais ainda da grande massa do povo sem alfabetização.

Carvalho (2007) sustenta que a homogeneidade ideológica é um dos importantes fatores que iriam fornecer a possibilidade de constituir determinados modelos de dominação política. Uma elite homogênea tende a uma movimentação em uma mesma direção e garante ao menos a possibilidade de um projeto comum. E é essa homogeneidade que sugere que se possa conseguir certa estabilidade para administrar conflitos dentro destes grupos. O Brasil já dispunha de tal elite quando da independência (que, apesar de seguir os moldes portugueses, já apresentavam características distintas; mesmo por que seus grupos eram diversos, procedentes de muitas províncias do Brasil). A composição da elite vai se transformando lentamente, com o passar dos anos e com o crescimento do quantitativo de pessoas passíveis de acesso a esta, na grande maioria composta de funcionários públicos. É uma verdade a afirmação de que os representantes da sociedade, nesse período, são também representantes do Estado. Os estamentos, como sustenta Bauman (2001), lugares a que os indivíduos pertenciam por hereditariedade, aos poucos vão dando lugar as classes, onde o pertencimento é fabricado pelo esforço do indivíduo, por sua vontade de pertencimento. E, ao mesmo tempo, associadas as características que a sociedade brasileira consegue ter neste momento de uma dinâmica para a consolidação de um sistema liberal e ao mesmo tempo conservador de dominação.

Segundo Alencar, o país também é “conduzido” pelo Estado. Está em suas mãos, considerando que “empresas industriais, associações mercantis, bancos, obras públicas, operações financeiras, privilégios, fornecimentos, todas essas fontes abundantes de riquezas improvisadas emanam das alturas do poder” (ALENCAR, 2011, p.99). A centralização da elite garantia, ao mesmo tempo, um Estado forte e uma homeostase entre os grupos no poder, em que os conflitos mais sérios e os

movimentos contestatórios ficavam localizados nos municípios, onde era mais fácil uma solução (mesmo que em forma de ação militar, como no caso das revoltas no período regencial). Uma grande mudança se efetua entre 1855 e 1868, quando o partido liberal quase desaparece por completo, depois de dominar o cenário político por aproximadamente 10 anos. É um período de ascensão de liberais históricos e conservadores dissidentes, jovens lideranças que aparecem no período da conciliação. De 1862 a 1868 há uma notória instabilidade no ministério, durando em média um ano cada gabinete. Tudo isto em um momento de guerra externa que produzia inflação e consumia enorme quantidade de recursos públicos (CARVALHO, 2007). Mas isto não é sentido no cotidiano das elites econômicas que tem no Estado sua fonte de renda, quando não de exploração das rendas do próprio Estado. Schwarcz (1999) nos dá uma visão interessante do interior de um sobrado citadino em meados do século XIX, o padrão de moradia para a elite da corte, onde temos uma ideia de seu cotidiano luxuoso e requintado:

(...) é na capital, durante os anos de 1840 a 1860, que se cria uma febre de bailes, concertos, reuniões e festas. A corte se opõe à província, arrogando-se o papel de informar os melhores hábitos de civilidade, tudo isso aliado à importação dos bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses. Nas casas os homens jogam voltarete, gamão, xadrez e whist, e os moços o jogo da palhinha. Já as mulheres divertem-se com jogos de prenda, de flores, do bastão, do amigo ou amiga e do lenço queimado” (SCHWARCZ, 1999, p. 156).

O teatro, por exemplo, está entre as diversões mais apreciadas do período. É o lugar de encontros políticos, flertes e namoros escondidos, de encontros e desencontros; um lugar de diversão. Não é a toa que a expressão teatro político, tão usado por Nabuco, Alencar e Machado, também se refira a possibilidade do público participar das seções das casas legislativas como expectador. Este vê, se constringe, ri, chora, pode vaiar, pode aplaudir... Mas suas ações não irão modificar substancialmente o andamento do espetáculo político. Cabe lembrar que os teatros (o espaço físico) também são locais onde a propaganda política tinha “seu lugar”. Usados como lugares para reunião, geralmente pela localização e capacidade de abrigar várias pessoas. A título de exemplo, registramos uma anotação de Tavares Bastos em seu diário sobre o uso do Teatro Phenix Dramática, na Rua da Ajuda, para as “conferências radicais do Clube Radical” (ABREU, 2007, p. 129). Os comícios públicos só serão uma realidade a proximidade do fim do século, com

homens como Lopes Trovão, que conseguiram levar a população às praças públicas em nome do partido republicado (COSTA, 1999).

2.4 INTELLECTUAIS E OPINIÃO PÚBLICA

Gramsci nos mostra que os intelectuais se formaram historicamente associados às elites econômicas. Sua função dentro dos diversos “partidos” é o de organização e disseminação da ideologia. Alencar é alguém que nasceu na tradição da aristocracia rural, mas por sua atividade como jornalista, advogado e político, e por seu ativismo político, pode ser enquadrado na categoria de intelectual orgânico. Aquele que busca em sua práxis transformar, ensinar e buscar soluções para a sociedade. Mas Alencar está longe de ser um elemento que surge do povo ou das “bases populares”, apesar de ter sido eleito deputado para vários mandatos. Cabe lembrar que as campanhas políticas no período não exigiam uma presença constante do candidato junto a sua base eleitoral. Os eleitores – pouquíssimos decerto - são relativamente abastados (considerando não haver um mercado de trabalho, as diferenças entre os grupos são grandes) configuram uma categoria da elite regional que tendia a se identificar com um candidato mais pela rede de relações sociais a que este representava ou estava associado do que propriamente às ideias de algum dos partidos políticos em atuação no período.

É na literatura e no jornalismo aonde floresce a vocação de Alencar como intelectual; é ali que se constitui a sua forma de estudar a realidade e de interagir com ela. Entendemos que, para Gramsci (1976), a ideia de participação na cultura não significa a simples aquisição de conhecimentos ou uma atitude passiva do sentimento humano, mas sim posicionar-se frente à história, fazer a história acontecer mesmo que a poder das armas. E a luta armada do intelectual vem na forma de manifestos; é a sua maneira de interagir com o público (BOBBIO, 1997) buscando (incitando) a transformação da realidade.

A cultura está relacionada com esta transformação da realidade, através da busca e da conquista de uma consciência superior onde cada indivíduo precisa conseguir

compreender o seu valor na sociedade (GRAMSCI, 1976). É a passagem do momento corporativo ao momento ético-político, da estrutura à superestrutura. Isto é expresso por Gramsci através do seu conceito ampliado de política, a "catarse". O momento em que a esfera dos interesses corporativos e particulares eleva-se ao nível da consciência universal, e as classes conseguem elaborar um projeto para toda a sociedade através de uma ação coletiva. Assim, sair da passividade, para Gramsci, é deixar de aceitar a subordinação que o sistema capitalista impõe a alguns estratos da população.

Alencar, advogado brilhante e político combativo, é antes de tudo um homem das letras. Alguém que conhece a força da palavra e, como jornalista e editor, o alcance que um periódico pode ter. E ele usará isso em seu favor. Este intelectual buscará em suas leituras os conceitos clássicos do liberalismo com Adam Smith, John Locke, Benjamim Constant e outros poucos livros que tinham em mãos – vários ainda em sua língua original (RENALT, 1976) - que lhes dariam o suporte para se sustentar junto a tecnocracia administrativa que se formava, situando-se em algum lugar confortável entre o absolutismo e a democracia - em alguns casos entre o constitucionalismo e o voto censitário, entre o liberalismo e a igualdade.

A tarefa a que se propõe o Alencar, que pode ser entendida também como uma espécie de educação – senão das massas, com os movimentos operários principalmente no início do século XX e que não se percebem ainda no período, mas de grupos paulatinamente mais generalizados que se formam como resultado do desenvolvimento das cidades – é praticado pelos intelectuais (sendo Alencar um exemplo), como agentes de ligação entre as elites e tais grupos, visto que o projeto educacional corresponde a uma necessidade de formação intelectual e técnica do povo, até mesmo para uma maior qualificação do trabalhador que pudesse gerar, com seu trabalho, um desenvolvimento tecnológico dos meios de produção de capital., e também, para o período, um texto mais “agradável”, e basicamente mais acessível, que seria um facilitador para que uma maior parte da população pudesse conhecer as ideias liberais. O sentido era didático e ideológico, ao mesmo tempo, de forma que um grupo maior pudesse ser identificado com o movimento, e dele tomasse partido.

Observe-se que em Gramsci a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como domínio (coação) e como direção intelectual e moral (consenso). É no consenso que o trabalho de Alencar busca organizar uma sociedade menos desigual a partir da divulgação de uma ideologia liberal (dentro dos limites do que se pode entender como “iguais” no liberalismo brasileiro; estamos sempre no âmbito de uma aristocracia), de uma moral cristã que auxilia no projeto de dominação do povo e da defesa da propriedade privada, esta extensiva ao projeto da escravidão.

Um grupo social pode e deve impor-se como dirigente (e seu modo de expressão é, em geral, o partido político), e sua organização é o que lhe sustenta na busca de uma posição no poder. Isto vale tanto para as elites como para os grupos de trabalhadores. Mas, a maneira para que isto ser levado a cabo seria pela via da informação, da educação, da politização enfim. Algumas preocupações de Gramsci são tais como as de Alencar: Como levar a discussão política para a maior parte da população enquanto esta não se preocupa com a realidade, mas com os modismos, com as influências externas? Como politizar o povo? (GRAMSCI, 1976) O que se nota é que tal discurso não se dirige propriamente as massas, ele já existe – anterior a Marx e Gramsci – e é usado como forma de dominação para todos os grupos sociais. Segundo Gramsci (1999) os intelectuais, que mesmo na Itália não estavam ligados às massas, “deveriam” ligar-se, como uma opção ética e como uma opção política para a transformação. O que muda não é necessariamente a forma do discurso, mas a direção e o público a que se destina. O poder não é mantido apenas através da hegemonia de classe, ou pela simples difusão de ideias desta classe que o assume, é preciso ação.

Em Alencar não observamos uma radicalização neste sentido, apenas o uso cada vez maior das formas de comunicação disponíveis – e de forma cada vez mais diversa, tentando alcançar cada vez mais pessoas – no momento. A sociedade civil para Alencar aumentaria sua participação política quanto mais politizada estivesse e quanto maior fosse desenvolvida sua capacidade crítica; e o Estado não seria assim tão somente a sociedade política, mas o resultado da ação política da sociedade civil enquanto núcleo formador da sociedade política (GRAMSCI, 1999). As ideias da sociedade política são passadas como discurso ideológico para todo o grupo, e em

Alencar percebemos a importância, senão do formador, mas principalmente do divulgador de tais ideias, alguém que por vezes pode efetivamente mudar a direção do jogo, dependendo da capacidade de inserção de propostas, valores e ideias nos diversos grupos. Não se trata aqui de buscar uma intencionalidade em Alencar. Este, enquanto autor dos discursos existe em integração com os outros “eus”: o leitor, o intertexto. A palavra, e o enunciado – no caso – são por natureza ideológicos. Não há um significado que não se refira (não se remeta) ao social. Todo enunciado é um evento histórico e, ao mesmo tempo, um ato social. É por meio de enunciados que os agentes começam a compreender o mundo e, depois, agir sobre ele. Qualquer texto constitui uma forma de ação verbal calculada para a leitura e com o intuito de propiciar respostas internas, e para uma possível reação crítica – positiva ou negativa - da sociedade. Uma enunciação é uma forma de poder. Cada enunciado é dirigido a alguém em uma situação específica, em um momento específico do tempo. As relações de poder, imersas na linguagem, determinam também as formas das relações sociais. Os enunciados dialogam constantemente com outros enunciados em sua constituição. O cotidiano não existe em uma ordem formal, somos nós que tentamos organizá-lo mediante uma narrativa que se pretende coerente e as relações entre os “falantes”, que estão sempre mudando. Tais mudanças nas instituições se dão porque são constituídas nesse movimento dinâmico (STAN, 1992). O texto se constitui como uma forma de ação que visa propiciar respostas internas e uma possível reação crítica – positiva ou negativa - da sociedade. Alencar busca construir, em seu texto, uma resposta positiva, empática, que pretende sugerir (quando menos) comportamentos determinados aos grupos sociais a que se referem. E, quanto mais acessível é o discurso, maior a sua amplitude. É a relação a que se chama dialogismo. Os enunciados dialogam constantemente com outros enunciados em sua constituição, e mesmo depois, quando assimilados por nós, o que já é uma das formas de assimilação do discurso dada pelo processo dialógico (STAN, 1992).

Essa hipótese se sustenta na observação de que os grupos políticos necessitam se reproduzir e, apesar do controle restrito do eleitorado (voto censitário) e dos reconhecidos laços de família, não é só o núcleo familiar o “berçário” aonde políticos iram encontrar e formar seus sucessores. Os laços de apadrinhamento são comuns

e, também não são incomuns as escolhas de sucessores políticos pelo critério de amizade, típico do clientelismo em vigor no Brasil. A escolha dependia de quem estivesse disposto a assumir o discurso do poder. Lembramos que Chauí (1997) sustenta que a proliferação dos discursos sobre a nação faz com que existam várias “nações” dentro da nação, cada uma determinado por um modo de pensar a realidade, a sociedade e a política, e apresentado a um grupo diferente. É no bacharel, um “proto” político, elemento constituinte da opinião pública e objeto dos jornais políticos que Alencar busca seu interlocutor. O objeto de seu discurso, que visa “construir” uma opinião pública. Hobsbawn (2010) afirma que a opinião pública é um conceito em si próprio ligado ao liberalismo. A informação é um agente constituinte para a integração dos novos grupos que passam a participar dos movimentos políticos.

Para a Europa, o autor sustenta que as revoluções europeias de 1848 mostraram que a classe média, o liberalismo, a democracia política e mesmo as classes trabalhadoras seriam, a partir de então, presenças permanentes no panorama político (HOBSEBAWN, 2010). E, com relação ao Brasil, se ainda não temos uma classe operária com poder de luta. Fora a classe privilegiada, detentora de educação, leitora de jornais, detentora dos cargos políticos e do funcionalismo público, compondo a burocracia, a classe formadora de opinião a que nos referimos – que podemos designar como opinião pública – muito pouco podemos observar da interferência popular nos processos políticos. A direito ao voto por exemplo, nos conta Prado (2001) era conseguido (e exercido) pelos homens pobres, possuidores de poucas posses, que constituíam o grosso do eleitorado, mas que em quase sua totalidade estavam atrelados aos grandes proprietários de terras e de escravos, como no exemplo do “voto de caixão”²⁸ com Nabuco (FAORO, 2004), o que acabava por determinar certo conservadorismo nas eleições, com os resultados sempre tendendo ao continuísmo e a solidariedade pelo chefe político local, mesmo estas sendo constantemente vitimadas por fraudes e manipulações.

Portanto, a imprensa colaborou no processo de constituições e acesso de uma opinião pública no Brasil. A opinião pública pode ser entendida, enfim, como a

²⁸ Conf. Nota 21.

participação da população (ou de uma parte desta, como vimos) na crítica aos rumos de um determinado estado, ou mesmo assunto relevante. Apesar de alguns comentadores negarem veementemente a possibilidade de uma opinião pública, como no caso de Bourdier (1981), se baseando principalmente no fato de que quando se coloca a mesma questão para todo um grupo (por mais homogêneo que este possa vir a ser), está implícita, assegura, a hipótese de que exista um consenso sobre os problemas, e que já hajam acordos sobre as questões que merecem ser colocadas, e uma manipulação nos caminhos a que tais propostas de opinião devam revelar, caracterizando o discurso da opinião pública como algo já previamente moldado, preferimos nos basear em Becker (2003) que afirma que a opinião pública se caracteriza exatamente pela diversidade, o que lhe distingue como um estudo mais aprofundado da sociedade, que é capaz de indicar a atitude e o comportamento dos homens enquanto em conjunto (enquanto massa), diante de sua época.

3. LIBERALISMO E ESCRAVIDÃO NAS CARTAS DE ERASMO

3.1 LIBERALISMO E ESCRAVIDÃO

Pudemos observar, no capítulo anterior, uma visão geral do oitocentos no segundo reinado, e a intrincada relação dos intelectuais e elites, tendo suas ideias divulgadas por meio da imprensa. Mas, quais seriam essas ideias? Em nosso caso aqui, sustentamos que Alencar fez uma opção pelas ideias liberais, que já se apresentavam por aqui desde antes do império. As ideias de liberdade chegam de carona com a independência americana em 1776 e a revolução francesa em 1789, e influenciam os movimentos abolicionistas pelo Brasil, desde a inconfidência mineira

e a conjuração baiana²⁹ até os últimos movimentos revolucionários no período regencial.

O termo liberalismo, bem como liberdade, tem sua raiz no termo “livre”. Cunha (1997) apresenta-nos as variações: livre, do latim *libèr* : liberal, do latim, *libéralis*; liberdade, do latim *libertas –átis*; que etimologicamente formaram o francês *libéralisme*. Bobbio (1998) afirma que a definição histórica de liberalismo oferece dificuldades específicas, a menos que possamos admitir a existência de diversos liberalismos. Em primeiro lugar porque o liberalismo se manifesta em diferentes países em tempos históricos diversos e, em função disso, o liberalismo se confronta com problemas específicos que acabam por determinar sua fisionomia e conteúdos. Abbagnano (2007) explica que o liberalismo é uma doutrina que tem origens na idade moderna, no século XVIII, e se caracteriza por tomar para si a defesa da liberdade no campo político. O liberalismo pode ser classificado em duas fases: uma primeira fase, no século XVIII, caracterizado pelo individualismo e uma segunda fase, no século XIX, caracterizada pelo estatismo:

A primeira fase é caracterizada pelas seguintes linhas doutrinárias, que constituem os instrumentos das primeiras afirmações políticas do Liberalismo: a) jusnaturalismo, que consiste em atribuir aos indivíduos direitos originários e inalienáveis; b) contratualismo, que consiste em considerar a sociedade humana e o Estado como fruto de convenção entre indivíduos (ABBAGNANO, 2007, p.604).

Na economia, o liberalismo combate a intervenção do Estado na sociedade, tentando fazer com que o mercado siga seu caminho. Bem como negando o absolutismo estatal definindo a ação deste definindo seu papel em cada lugar, mediante a divisão dos poderes.

Jusnaturalistas e moralistas, como Bentham, acreditavam que bastava ao indivíduo buscar inteligentemente sua própria felicidade para estar buscando, simultaneamente, a felicidade dos demais. A doutrina econômica de Adam Smith baseia-se no pressuposto análogo da coincidência entre o interesse econômico do indivíduo e o interesse econômico da sociedade (ABBAGNANO, 2007, p.604)

²⁹ Há de se observar a diferença entre as vertentes do pensamento liberal já aqui. A conjuração baiana pregava o fim da escravidão, ao passo que entre os participantes da Inconfidência Mineira, a abolição da escravidão negra não era uma meta.

Essas ideias aparecem no campo político com os filósofos iluministas como John Locke, Thomas Hobbes e Rousseau, que tentaram estabelecer os limites do poder político ao afirmar que existiam direitos individuais que nem os reis poderiam ultrapassar. Bastos (1999) afirma também que a busca pelo modelo de Estado Liberal é o coroamento de toda a luta do indivíduo contra alguma tirania do Estado. “Seu pressuposto fundamental é que o máximo de bem-estar comum é atingido em todos os campos com a menor presença possível do Estado” (BASTOS, 1999, p.139). A construção desse Estado liberal, em contraposição ao Estado absoluto, é dada pelo jusnaturalismo, que é:

(...) a doutrina segundo a qual o homem, todos os homens, indiscriminadamente, tem por natureza e, portanto, independente de sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos ou de apenas um, certos direitos fundamentais, como o direito a vida, à liberdade, à segurança, à felicidade – direitos estes que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer a força para obter a obediência a seus comandos devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte de outros (BOBBIO, 1998, p.11).

A segunda fase começa quando esse postulado entra em crise, na medida em que o liberalismo individualista parecia defender os interesses de uma classe determinada de cidadãos, a burguesia, que se consolidava nas cidades. Teóricos contratualistas como Rousseau e Burke, e mesmo Hegel posteriormente, afirmam que a teoria da infalibilidade da "vontade geral", resultante da alienação total de cada associado com todos os seus direitos em favor de toda a comunidade, transforma aquilo que para o individualismo é do interesse individual como interesse estatal, e de certa forma absorvendo-o. Dessa feita, ia-se afirmando a superioridade do Estado sobre o indivíduo, contra o que o liberalismo tinha lutado em sua primeira fase (ABBAGNANO, 2007).

As ideias de liberdade política combinaram com as propostas de liberdade comercial, algo que se entendia ser benéfico a todos, sendo assim, posteriormente, associadas a defesa e desenvolvimento do capitalismo (HOBSBAWM, 2010). O

chamado liberalismo econômico prega o fim da intervenção do Estado na produção de riquezas, o fim dos monopólios e outras medidas protecionistas e incentivava a livre concorrência no mercado. No Brasil, as ideias liberais tomam força a partir do início do século XIX, notadamente a partir da independência em 1822, sob influência também da revolução liberal do Porto, de 1820, mas tomando aqui suas características próprias. Costa (1999) sustenta que o liberalismo brasileiro deve ser entendido com referência a realidade brasileira. Tendo entre seus adeptos homens ligados a economia agroexportadora, ao tráfico de escravos e os grandes proprietários de terras que buscavam maior espaço para seus produtos, fora do controle de Portugal. Para tanto, a situação de colônia não poderia ser aceita de forma alguma.

O liberalismo é uma corrente de pensamento vastíssima e que abrange vários campos do pensamento humano. Não pretendemos aqui esgotar sequer algumas de suas possibilidades, nem tampouco discutir os valores filosóficos do liberalismo. Este, nos é apresentado como um movimento que busca a realização da liberdade, as garantias da propriedade privada e da vida humana. Porém, nem sempre a organização do pensamento liberal está associada da ideia democrática. A discussão das ideias liberais no Brasil, por exemplo, exerceu influência na Carta de 1824. A questão é: quais seriam as ideias que Alencar buscava apresentar em seu discurso? São as ideias desse político caracterizadas como ideias liberais? Há uma comunhão entre o liberalismo e a escravidão? Para começar a responder a tais questões, os intelectuais brasileiros se detiveram nas propostas do liberalismo clássico, representado pelo pensamento de – entre outros – T. Hobbes, Locke, Adam Smith, Rousseau, Bentham e Mill, tentando traçar entre eles um caminho que justifique a implantação do liberalismo político no Brasil. Esse caminho também será trilhado por Alencar. Vejamos como foi a adequação do liberalismo à realidade brasileira.

3.2 LIBERALISMO E ESCRAVIDÃO: O MODELO BRASILEIRO:

A título de complementação, depois desse esboço que não se pretende exaustivo, podemos observar também, como bem nos diz Schwartz (1991) citando um panfleto antiescravagista do segundo reinado, um dos princípios da economia política é o trabalho livre. E no Brasil temos, portanto, o fato “impolítico” da escravidão. O autor adverte que o que se configurava como uma ideologia para as classes em ascensão na Europa vem a converter-se, no Brasil, em ideologia que constituía o pano de fundo dos interesses de uma elite escravocrata. Dessa feita, o liberalismo perderia seu caráter universalista, passando a defender prioritariamente interesses particulares.

Durante o império, temos a formação de dois grupos políticos distintos que caracterizariam o período com suas lutas e conciliações, inclusive com a “troca de lado” de figuras relevantes, são eles o partido conservador e o partido liberal. Muitas das ideias que poderiam ser tomadas como liberais, foram implantadas no Brasil pelos conservadores, mas nenhuma delas deixava de buscar a realização de interesses particulares de uma elite social e política e a manutenção da exploração do trabalho.

Após a Independência em 1822, a formação do Estado Brasileiro toma corpo com os princípios de um estado regulador, baseado em um governo de tradição absolutista, porém nascido sob a aclamação de alguns preceitos específicos do liberalismo. Os processos de independência dos Estados Unidos em 1776, a Revolução Francesa (1789-1799) e os movimentos de independência que ocorriam nas colônias espanholas no período são influências determinantes.

Segundo Costa (1999), o liberalismo está vinculado ao desenvolvimento do capitalismo e a crítica ao “antigo regime”. Surge do enfrontamento entre a burguesia e o abuso da autoridade real, como a concessão de privilégios ao clero e da nobreza e a manutenção de monopólios. Os liberais defendiam os teóricos do contrato social, afirmavam a soberania do povo e a supremacia da lei. Lutavam ainda pela representatividade frente ao governo e o direito a propriedade e a liberdade de comércio e de trabalho. No Brasil, as elites políticas se julgavam aptas a gerir este

novo modelo de soberania. Tais elites viam na monarquia constitucional o caminho para se conseguir manter o povo sob controle, restringir o poder do imperador e conseguir a unidade e a estabilidade política (COSTA, 1999). O ideal liberal, proposto também pela revolução do Porto em 1820, segundo Carvalho (2007) foi o fomento necessário para o processo de independência da colônia. Ao mesmo tempo, a herança do pensamento político português assimilado pela elite brasileira fora a responsável pela homogeneização de seus princípios, o que muito contribuiu para a feitura de um projeto comum de nação, coesa aos interesses da elite.

A assimilação dos ideais liberais de por alguns atores políticos que participaram do processo de independência advêm de sua formação intelectual, concluída nas universidades europeias, principalmente em Coimbra, o que lhes possibilitou um contato direto com os fundamentos do liberalismo europeu. Esses homens tinham seus interesses relacionados a economia agroexportadora; eram em geral proprietários de grande extensão de terras e elevado número de escravos. Portanto, tentavam manter as tradicionais estruturas de produção ao mesmo tempo em que se libertavam de Portugal e das restrições que a relação de dominação da metrópole lhes impunha. Significava, enfim, determinar a sobrevivência de um sistema de clientela e patronagem que representava as ideias que as revoltas liberais europeias tentavam destruir. Esse era o principal problema: lidar com a contradição entre o liberalismo e a manutenção do trabalho escravo (COSTA, 1999).

Podemos distinguir, segundo Carvalho (2007), dois tipos de liberalismo no Brasil. Um deles ligado aos proprietários rurais, ligados a economia de exportação e tráfico de escravos e aquele dos profissionais urbanos, que começa a aparecer a partir das décadas de 1850/60, com o maior desenvolvimento urbano e o aumento do nível de escolaridade nas cidades, com a criação das primeiras faculdades.

Faoro (2004) também argumenta que podemos identificar duas formas distintas de liberalismo ao longo do século XIX no Brasil. O primeiro liberalismo vem de uma ideologia de longa duração, e pode identificar seu marco fundamental em 1808 com

a abertura dos portos por D. João, libertando das amarras de Portugal a produção agrícola, que agora busca – sem intermediários diretos - o comércio internacional, porém com acentuado favorecimento à Inglaterra. As medidas satisfazem a uma exigência da Inglaterra e, ao mesmo tempo, aos produtores locais que se sentiam limitados pelo pacto colonial. Outro marco é a Independência e a posterior outorga da constituição por D. Pedro I, que estabelece as normas para a representação política, o voto censitário e o funcionamento dos poderes legislativo e executivo mediante uma combinação de parlamentarismo e monarquia. O segundo liberalismo chega com as ideias de Joaquim Nabuco encabeçando um grupo reformista, que pretende as eleições diretas, busca a limitação dos poderes do Senado e do Poder Moderador e, em certa medida, a defesa da abolição da escravidão para um futuro próximo (FAORO, 2004).

a realidade socioeconômica no Brasil era muito diferente da europeia, o que acarretava em uma dificuldade na disseminação dos ideais liberais para as camadas populares, visto que os níveis de analfabetismo eram altos e os meios de comunicação poucos, o que determinava uma marginalização do povo na vida política. Também o fato de que no Brasil o predomínio de uma sociedade estamental formada por donos de latifúndio que controlavam trabalhadores comuns e escravos, e a ausência de uma burguesia dinâmica que pudesse servir de suporte a esses ideais. Tudo isto fazia com que se esvaziasse o conteúdo dos manifestos em favor das formas representativas de governo, da soberania do povo, da liberdade e igualdade como direitos de todos os homens quando o que se via era a maior parte da população alienada da vida política e a manutenção da escravidão (COSTA, 1999 p.29).

Em um dos períodos mais conturbados da História do Brasil, que é o período da regência, que vai de 1831 com a abdicação de D. Pedro I até 1840, com o golpe da maioria, podemos identificar uma série de movimentos políticos, e três facções que disputavam o poder: os restauradores, os liberais exaltados e os liberais moderados.

O grupo restaurador representava uma parte da classe dominante que apoiara D. Pedro I. Com a abdicação em favor de seu filho, passaram a batalhar por seu retorno ao trono brasileiro, agitando os primeiros anos da Menoridade. Acreditavam que só uma monarquia, com um regente de pulso forte e autoritário, conseguiria manter a união do império. Seu braço principal estava no senado e no Clube militar. Com a morte de D. Pedro I em 1834, os caramurus – como eram chamados - passaram a compor, com os moderados, o “regresso conservador”.

Os liberais moderados representavam a outra parcela da aristocracia. Buscavam a monarquia, mas pelo viés constitucionalista, uma vez que a Constituição de 1824 assegurava a sua continuidade no poder. O liberalismo que rotulava essa facção era apenas de fachada, adequado às suas necessidades de classe dominante. Este grupo predominou durante os primeiros anos das Regências, tendo como um de seus líderes principais Evaristo da Veiga. Empenharam-se no combate aos restauradores e exaltados federalistas, na defesa da ordem e da centralização, fornecendo subsídios para a orientação governista.

Os liberais exaltados, que pretendiam-se uma esquerda liberal (um pouco mais a esquerda do que os outros grupos), também tinham vínculos com algumas parcelas da aristocracia rural, mas conseguiam alcançar alguns outros grupos, chegando mesmo a arregimentar uma camada de homens livres, destituídos de propriedades, ou pequenos proprietários. Variando de região para região, desenvolviam atividades nos centros urbanos ou nos campos, oscilando numa relação de dependência, entre a classe dominante e a classe trabalhadora livre (FAUSTO, 2001).

Enquanto os moderados defendiam a manutenção da ordem e das instituições, opondo-se a qualquer alteração mais radical no contexto político, os liberais exaltados eram reformistas. Defendiam a liberdade – em alguns locais, para realmente todos os homens – e as reformas políticas, chegando mesmo a defesa

do republicanismo. Defendiam também maior autonomia das províncias em contraposta a tendência centralista que se fortalecia (FAUSTO, 2001).

Os membros do grupo moderado eram os regente e deputados: Padre Diogo Antônio Feijó, Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos e o grande proprietário de terras e escravos Honório Hermeto Carneiro Leão. Já o grupo de liberais exaltados (ou radicais) tinha como uma das principais lideranças Miguel de Frias (que ficou famoso por ter recebido a carta com a abdicação de D. Pedro I). Eram favoráveis à república, desejavam a aplicação das ideias liberais mesmo que a custo de luta armada. À frente do grupo de restauradores estavam os irmãos Andrada.

Segundo Rodrigues (2008) a violência social foi característica da regência e, com a maioria, os últimos resquícios de dissensões foram resolvidos institucionalmente, com o fim das revoltas populares pelo interior do Brasil, afastando assim os focos de tendências mais radicais. É a partir da ascensão desse grupo moderado que se solidifica a vertente conservadora que

(...) admitia a escravidão, a participação política restrita aos proprietários de terras e o modelo de organização jurídico-político monárquico. Desse modo, os liberais conservadores da regência lutavam pela abolição das instituições coloniais, contra o despotismo, o poder da aristocracia portuguesa, contra a interferência do Estado na vida econômica e pela defesa da propriedade, incluindo os escravos (RODRIGUES, 2008, p.158)

A base de sustentação do grupo moderado, que se apresentava então como um representante dos cafeicultores, incluía proprietários e comerciantes e também o grupo dos intelectuais urbanos, criando um ponto de aglutinação para os outros setores da classe proprietária.

Bosi (1988) afirma que o paradoxo entre liberalismo e escravidão foi somente verbal. O liberalismo ativo, do trabalho – e do trabalhador – livre, “simplesmente não existiu,

enquanto ideologia dominante, no período que se segue à Independência e vai até os anos centrais do Segundo Reinado” (BOSI, 1998, p. 05). O autor também afirma que para entender a articulação liberal com o regime escravagista é necessário compreender o modo de pensar das classes políticas dominantes no império, que se impôs a partir da independência e se consolida entre 1831 e 1860 aproximadamente. Segundo ele, o que dominou em todo esse período no Brasil foi um ideário de fundo conservador. Um conjunto de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e a escravidão negra até o seu limite. Para que possamos nos inteirar deste paradoxo é preciso entender a ascensão dos grupos que defendiam o trabalho escravo e seus líderes.

Formado ao longo das crises da Regência, o núcleo conservador definiu-se, pela voz dos seus líderes, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Araújo Lima e Honorio Hermeto, como o "Partido da Ordem", no ano crítico de 1837 e logo após a renúncia de Feijó. A sua história é a de uma aliança estratégica, flexível, mas tenaz, entre as oligarquias mais antigas do açúcar nordestino e as mais novas do café no Vale do Paraíba, as firmas exportadoras, os traficantes negreiros, os parlamentares que lhes davam cobertura, e o braço militar chamado sucessivas vezes, nos anos de 1830 e 40, para debelar surtos de facções que espocavam nas províncias. Ao radicalismo impotente desses grupos locais opôs-se, desde o começo, o chamado liberalismo moderado, que exerceu, de fato, o poder tanto na fase regencial quanto nos anos iniciais do Segundo Império. As divisões internas não tocaram sua unidade profunda na hora da ação. (BOSI, 1998,p.05)

Rodrigues (2008) também sustenta que Bernardo de Vasconcelos e Evaristo Ferreira da Veiga, com mandatos de deputados durante a regência, “lideravam o grupo dos liberais moderados que representava os interesses dos proprietários de terras e dos cafeicultores. Naquele momento, o café era o principal produto na pauta de exportação do Brasil a partir de 1831” (RODRIGUES, 1988, p.155). Nesse contexto, estes representantes dos cafeicultores dificilmente iriam contra a política da escravidão, visto a falta de braços para a lavoura e os lucros advindos do trabalho escravo. O liberalismo praticado pelo grupo vai se tornando cada vez mais conservador, visto a necessidade de manter os interesses e o predomínio do grupo dominante. Admite esta autora que “o liberalismo político posto em prática pelo grupo moderado teve como objetivo a defesa dos interesses dos proprietários e não a alteração da ordem vigente” (RODRIGUES, 1988, P.157) Com o advento da

Regência, os últimos focos de um liberalismo mais radical foram suprimidos com o fim dos movimentos revoltosos pelo país, o que abriu espaço para a consolidação do modelo liberal conservador, com alguns ajustes e concessões que o ajudaram a aglutinar as dissidências dos outros grupos.

A importância de Bernardo de Vasconcelos e Evaristo da Veiga, como divulgadores do liberalismo, pode ser observada principalmente em seu trabalho como jornalistas a frente dos jornais “O Sete de Abril” e o “Aurora Fluminense”, respectivamente. Tal influência não se limita a Corte, visto que outros periódicos reeditavam seus editoriais, chegando o seu alcance desde o interior do Rio de Janeiro até outras províncias, particularmente à região centro-sul do país. Daí podemos ter uma ideia do poder da imprensa como divulgadora de ideias – liberais ou não – para os grupos letrados. Bernardo Vasconcelos chega a estabelecer uma diferenciação entre os dois liberalismos, identificando os radicais como aqueles que norteavam-se pelas ideias de Rousseau e acreditavam na luta armada e os liberais conservadores como adeptos da conciliação e a compatibilização dos novos com os antigos valores (RODRIGUES, 2008).

Neves (2001) sustenta que o liberalismo no Brasil se alavanca a partir da revolução vintista em Portugal, erguida “em nome da Constituição, da nação, do rei e da religião católica” (NEVES, 2001, p.76), propondo reformas que pudessem garantir ao indivíduo direitos de cidadania, liberdade de expressão, de imprensa, dentre outros buscando o fim do despotismo como uma solução para o império. O movimento tem a adesão do Pará e da Bahia, seguidos posteriormente pelo Rio de Janeiro, sendo, segundo a autora, assimilada sem dificuldade pelos elementos das elites política e intelectuais no Brasil. A proposta era buscar o novo, mas sem abrir mão dos antigos privilégios econômicos. Esta autora sustenta que os jornais, panfletos e pasquins editados no período auxiliaram a tomada de um vocabulário “liberal” pelo grande público, que acompanhava as críticas de intelectuais contra o regime divulgadas nas diversas publicações, criando uma rede de ideias que se multiplicava por várias partes do país.

Para Gorender (2002) os princípios liberais levados adiante pelos comerciantes e plantadores era o direito de ter uma representação no estado, fora das limitações impostas pela política colonial. Esse processo, segundo ele, tem início apenas com a abdicação em 1831, visto que D. Pedro I ainda era um representante de Portugal aqui em nossas terras. Gorender afirma que o liberalismo europeu defende o trabalho livre, a eliminação das injunções feudais, do pagamento da corveia e de todos os demais tributos que caracterizaram o sistema feudal. Mas lembra também que o próprio Adam Smith não era contra a escravidão nas colônias. Ou seja, o liberalismo europeu, segundo um de seus mais importantes representantes, já nasce sob esta contradição. O autor também sustenta que, mesmo com a Revolução Francesa tendo decretado a libertação dos escravos em suas colônias francesas, Napoleão restabelece a escravidão oito anos depois (GORONDER, 2002). Apesar da liberdade ser um valor importante na Europa, aparentemente nas colônias a política praticada não era a mesma. O que nos leva a entender melhor a relação liberalismo/escravidão no Brasil. Também podemos lembrar aqui que mesmo as instituições religiosas não foram totalmente contrárias a escravidão, visto que as ordens religiosas no Brasil mantinham escravos negros.

Por tudo isso, podemos entender que no processo de formação do Estado Imperial Brasileiro, havia diferentes leituras e objetivos para o uso do liberalismo, ligadas a interesses específicos. Por um lado, como enfatiza Mattos (1987), a ação do grupo conservador no império seguia no sentido da construção de monopólios, como uma certa continuidade da política que era praticada no período colonial, enfatizando as relações de dominação sustentadas pela coroa. Costa (1999) identifica uma certa originalidade no movimento político brasileiro do período, tentando interpretá-lo como uma figura híbrida, onde os elementos conservadores permanecem, criando uma amalgama com as práticas liberais aceitas, estruturando as instituições e a visão de mundo dos agentes políticos das elites dominantes, sustentados pelas classes intermediárias que se desenvolvia nas cidades mas que, ao mesmo tempo, viam no sistema agroexportador baseado na escravidão uma dificuldade para o desenvolvimento do capitalismo. E há mesmo aqueles que, como Carvalho (2007) que chega a subestimar o aspecto liberal, enfocando o período na perspectiva de que havia um pensamento conservador dominante, prevalecendo no pensamento

político local, sendo a conciliação entre as correntes de pensamento e os partidos a política da coroa, com o intuito de administrar interesses e evitar conflitos, e o liberalismo sendo apenas uma face da mesma moeda. Prado (2001) ainda enfatiza que o pacto liberal era difícil de ser compreendido no império brasileiro, que se forma sob a tradição ibérica, caracterizada pela valorização da tradição e por uma resistência para as novas ideias, que só eram experimentadas quando extremamente necessárias e sob a condição de que não desestruturassem a ordem vigente. Bosi (1988) sustenta ainda que o tráfico esta apoiado, por vezes, pelas próprias autoridades a quem cabia fazer cessar o tráfico. Mantendo sob seu controle terras, o café e os escravos, tais homens ligados a administração e a política, como o grupo “saquarema” de Euzébio, Paraná, Uruguai e Itaboraí, apoiavam o “comércio livre. Primeira e principal bandeira dos colonos patriotas, [que] não significava, necessariamente, e não foi, efetivamente, sinônimo de trabalho livre” (BOSI, 1988, p. 07). O que resulta, segundo o autor, que os moderados, cedo ou tarde, mostrariam sua verdadeira face, que é a conservadora.

Os traficantes foram poupados; e os projetos iluministas, raros e esparsos, de abolição gradual foram reduzidos ao silêncio. Deu-se ao Exército o papel de zelar pela unidade nacional contra as tendências centrífugas dos clãs provinciais. Vencidos os últimos Farrapos, estava salva a sociedade: no caso, o Estado aglutinador de latifundiários, seus representantes, tumbeiros e burocracia. A retórica liberal trabalha seus discursos em torno de uma figura redutora por excelência, a sinédoque, pela qual o todo é nomeado em lugar da parte, implícita. (BOSI, 1988, 09)

Podemos entender com o que foi visto, que o liberalismo acaba por adaptar suas características gerais dependendo do local onde se estabelece. Prado (2001) lembra ainda que o império no Brasil, herdeiro da tradição política ibérica, era também avesso a novas ideias no campo político que pudessem vir a desestruturar a ordem estabelecida, o que faz com que as ideias liberais assumidas sejam preferencialmente as de cunho mais conservador. Além do que, Prado (2001) concorda que com a produção organizada sob a exploração do trabalho escravo (altamente lucrativo no momento) era muito difícil empreender qualquer movimento em prol da igualdade e liberdade individuais.

A partir da apresentação deste conjunto de ideias acreditamos que seja possível verificar se no texto de Alencar há ou não alguma identidade com o liberalismo e a defesa da escravidão. Concordando com o que diz Bosi (1988), acreditamos que Alencar, em seu texto, busca uma defesa para o conservadorismo pregado pelos latifundiários e traficantes de escravos, em que a economia agroexportadora baseada no braço escravo deveria permanecer como a base econômica do Brasil, mantendo assim os privilégios dessas elites. O liberalismo defendido por Alencar é – como afirma Bosi(1988) – uma sinédoque, em que a parte apresentada, escolhida, determinada, é tomada como um todo uniforme, desvirtuando assim as ideias originais do liberalismo e criando novo discurso, ideológico, para sustentar um grupo que se apresenta no poder. E é para esse discurso, disseminado no texto de Alencar, que nos remetemos agora.

3.3 AS CARTAS DE ERASMO

A carta aberta integra os gêneros textuais caracterizados pelo caráter argumentativo. Sua proposta é permitir que o missivista expusesse para o público as suas opiniões ou reivindicações acerca de um determinado assunto. O gênero difere-se da carta pessoal, a qual trata em geral de assuntos que dizem respeito apenas aos interlocutores nela envolvidos. A carta aberta faz referência a assuntos de interesse coletivo ou que se queira coletivizar. De tal modo, a carta aberta pode ser utilizada como forma de protesto contra esse problema, como alerta, e até mesmo como meio de conscientização da população ou de alguém com certa influência, como, por exemplo, um representante de uma entidade ou do governo, acerca da problemática em questão.

As cartas, em geral, tem uma importância grande como fontes para a historiografia brasileira. A *epistolae* era forma de comunicação habitual entre os jesuítas, registrando o cotidiano das primeiras décadas da colônia. Os jesuítas escreviam-se, dos lugares mais distantes, incentivando-se e sugerindo formas de abordagem para

os diferentes grupos aos quais tinham contato. No Brasil, as primeiras cartas de Anchieta, em sua maioria escritas em latim, relatam detalhes da paisagem, dos costumes e das pessoas em São Paulo, então Vila de Piratininga. A primeira carta do padre José Anchieta³⁰, escrita em Setembro de 1554 e endereçada a Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, fala da primeira missa realizada na região (PARIS, 1997). As chamadas “Cartas Chilenas”, atribuídas a Tomás Antônio Gonzaga e escritas em meados do século XVIII compondo um longo e irreverente poema satírico, são um documento importante para auxiliar-nos na compreensão da Inconfidência Mineira. Famosas também ficaram as cartas de D. Pedro I a Condessa Domitila de Castro nos mostram sete anos (1822 a 1829) de romantismo e do cotidiano da Corte. Na cultura cristã, mais identificada conosco, temos o conjunto de cartas que Paulo escreve para as igrejas (ecclesia, ecclesiam, ἐκκλησίαν³¹) na Ásia menor, que segundo suas instruções poderiam ser lidas para a comunidade.

A carta aberta era um meio comum de participar o debate político com o público nas primeiras décadas da imprensa. Sua publicação nos jornais, no caso dos deputados como Alencar que moravam na Corte e representavam províncias distantes, servia como uma prestação de contas pública. O jornal, apesar do pouco tempo de vida no Brasil, alcança no segundo reinado a qualidade de um importante agente de agitação política. Entendia-se ali que, apesar da verborragia característica do romantismo e presente em praticamente todos os textos não oficiais, o político estava, efetivamente, trabalhando por alguma coisa. Oficializando para a sociedade suas opiniões e posição no palco político da Corte. Várias cartas abertas foram redigidas no período, o trabalho de Alencar é apenas um exemplo entre muitos outros. E a liberdade de opinião e de imprensa já é presente (e utilizada) desde o reinado de D. Pedro I, garantida pela constituição de 1824. Apesar de D. Pedro I não ter se notabilizado por seu “apoio” a imprensa. O príncipe sempre foi alvo de duras críticas, até mesmo por sua conduta na vida privada.

30 Uma edição de “Cartas Avulsas” de Jesuítas - escritas no período de 1550 a 1568 - pela Biblioteca da Cultura Nacional, publicada já em 1931, registra a importância desse gênero.

31 As comunidades religiosas do período, criadas sob a supervisão de Paulo, são ainda estágios de formação de uma “igreja” cristã. No latim clássico, ecclesia; apresenta uma grande variante gráfica nos textos portugueses do séc. XIII ao XVI. Conforme: CUNHA, Antônio Geraldo da, Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1982.

Alencar publica as cartas e as endereça a vários entes políticos, segundo o assunto a que irá referir e dependendo do efeito e do “destinatário” que pretenda atingir. Sua posição conservadora frente a escravidão talvez tenha sido o tema que mais chama a atenção. É onde centraremos o foco de nossa pesquisa, na tentativa de analisar a defesa de um projeto liberal/conservador baseado na mão de obra escrava que vai de encontro as pressões externas, da Inglaterra, de intelectuais franceses e mesmo internas, como a disposição anunciada por D. Pedro II na fala do trono de 1867 para dar um fim a escravidão no Brasil. O pseudônimo escolhido foi Erasmo³². No período do recorte ainda não havia um movimento abolicionista consistente vindo da opinião pública. Em publicação recente³³, Tâmis Parron reedita a série das “Novas Cartas” endereçadas ao Imperador no período de 1967/68 aonde procura detalhar este ponto.

Nosso objetivo com a leitura das cartas, além de descobrir se houve uma defesa das ideias liberais no Brasil ao mesmo tempo em que se tentava conciliar o ideal de liberdade com a escravidão, é também conseguir uma visão geral do cotidiano político do II reinado na ótica de um importante intelectual do período, enquanto um analista da dinâmica das ações políticas e como um agente de justificação do poder da elite sobre a população, como um elemento de ligação das ideias (da ideologia) desses grupos dominantes com suas várias camadas periféricas. Dado os limites da pesquisa, como observado anteriormente, nos concentraremos na posição de Alencar frente a escravidão.

Apesar de ter já experiência como redator de jornais e manter relações com a imprensa, Alencar prefere publicar as cartas em forma de folhetins, que eram vendidos nas ruas e em livrarias, e entregues em casa apenas por meio de

32 Uma referência ao filósofo humanista Erasmo de Roterdã (1466-1536). As ideias de Erasmo teriam sido precursoras da reforma protestante, que inicia efetivamente com Lutero. Dentre seus muitos trabalhos, destacamos o “*Institutio Principis Christiani*”, escrito como uma série de conselhos políticos e morais ao Rei Carlos da Espanha (mais tarde, Carlos V, do Sacro Império Romano). Acreditamos que o conhecimento de tal obra tenha sido o que sugeriu a Alencar assumir o pseudônimo *Erasmo*.

33 Edição das “*Novas cartas políticas ao Imperador*” em . ALENCAR, José de. *Cartas a favor da escravidão*. Org. Tâmis Parron. São Paulo: Hédra, 2008.

solicitação anterior feita ao editor. O que já demonstra que Alencar não pretendia manter vínculos com a imprensa sobre suas opiniões políticas, que acabariam trazendo louros (ou problemas) para o jornal a que ele estivesse vinculado. Apesar do pseudônimo, não era difícil descobrir o autor dos textos, visto que o grupo de agentes políticos era reduzido na Corte no período imperial, e o estilo literário de Alencar já fazia sucesso.

Tomaremos aqui, para a nossa análise, a nova edição das cartas publicada pela Academia Brasileira de Letras em 2009, tendo a organização do professor e historiador José Murilo de Carvalho, que se baseou para esta publicação nos exemplares originais da biblioteca da Câmara dos Deputados em Brasília, o que nos proporciona uma visão íntegra do texto. Segundo R. Chartier (2009) é preciso ter cuidado com as possíveis adaptações que editores realizam para que determinada obra não tenha sua leitura “facilitada” para o grande público, podendo mesmo admitir cortes. Acreditamos que não seja o caso aqui. A publicação com a qual trabalharemos contém as seguintes cartas:

- . Ao Imperador, Cartas de Erasmo, de 1865; no caso, a segunda edição, de 1866;
- . Uma carta “Ao Redator do Diário” (do Rio de Janeiro);
- . Ao Povo, Cartas Políticas de Erasmo de 1866, acompanhadas das cartas “Ao Marquês de Olinda” e “Ao Visconde de Itaboraí, Carta de Erasmo Sobre a Crise Financeira”;
- . Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo, de 1867-68.

É preciso explicar uma diferença básica entre as cartas e os folhetins. O chamado “romance de folhetim” chega ao Brasil por volta do início do século XIX e, assim como na Inglaterra e na França, cai no gosto popular e é responsável por uma parte importante do desenvolvimento intelectual da população. Visto que a educação era um bem muito caro, os romances divulgavam ideias e uma moral caracteristicamente burguesa para uma parte importante da população, o que era desejável; e estimulavam o prazer da leitura. A maioria dos títulos vem traduzida do original inglês (ou francês). No Rio de Janeiro salas de leitura (gabinetes) foram criadas, as bibliotecas constituídas (não somente para brasileiros, mas para muitos

ingleses que aqui tinha organizado sua vida) emprestavam livros a preços módicos e, pelo seu desenvolvimento, cabe questionar o mito de que a maioria da população não tenha nenhum tipo de alfabetização. O prazer das histórias e a sedução que estas apresentavam, já comenta o Alencar, eram muito apreciadas. Ele, quando ainda menino, lia romances em voz alta para as pessoas em uma sala de estar, acalenta o coração do povo que por tantos motivos foi privado da alfabetização (NETO, 2006).

Alencar se aproveita da prática da publicação de tais romances em colunas de jornais regulares. Ele mesmo teria oferecido nas páginas da Gazeta do Rio de Janeiro o romance *O Guarani*, então um sucesso. Os leitores, confiantes na periodicidade, aguardavam os próximos capítulos dos romances em dias determinados. Sabendo disso, Alencar cria também uma “periodicidade” para as suas cartas, anunciada desde a primeira, e veiculada por meio de uma nota do editor. O missivista trata do tema como em uma novela, usando sua retórica romântica para alcançar os gostos mais diversos. Vem daí a procura das cartas pelos leitores nas terças-feiras, dia de sua circulação. A questão da impressão da carta em folhetim é justificada por ser este um meio barato e de rápida finalização. As cartas são, pois, impressas em folhetins; este é o seu suporte. Porém, não constituem um romance de folhetim, gênero também relativamente novo no período. Folhetim aqui é formato do veículo: um pequeno caderno com folhas encartadas, mais parecido com um jornal em tamanho modesto, como eram comuns os jornais na primeira metade do oitocentos. Outro sentido dado ao termo (que ajuda na confusão) “folhetim” indica um texto, publicado no rodapé da página do jornal, com comentários sobre os fatos correntes, no meio caminho entre o texto informativo e a crônica, em que o jornalista geralmente emitia sua opinião sobre o assunto tratado. Alencar, com sua coluna semanal “ao correr da pena” se especializa nesse estilo de escrita. Por fim, lembramos que com as cartas em tais suportes Alencar retoma, de certa forma, a tradição dos pasquins, como um tipo de publicação crítica, escrita por uma pessoa apenas, e já presente no Brasil mesmo antes da independência em forma satírica e até mesmo panfletária (BAHIA, 1990).

É mesmo possível que alguém, um função dessas características do suporte, tenha

chegado a pensar nas cartas como uma ficção, em que o imperador e o congresso figurassem como personagens em mais um drama ou comédia do autor, mas isto é só uma suposição; deixaremos essas questões para a vertente de romancista do Alencar, com suas anotações na pasta da gaveta. Mesmo assim, sendo esta uma possibilidade, entendemos que a releitura e emprego de fontes tradicionais podem mesclar-se, a partir do método utilizado, com a invenção de novas fontes que nos possibilitem uma interpretação do pensamento dos atores de determinado período (CHARTIER, 1990). O jornalismo, como instrumento de convencimento político, caracteriza a imprensa brasileira na primeira metade do século XIX e continua assim, mesmo que de forma mais branda, no segundo reinado (ROMANCINI, 2007). É desta forma que caracterizaremos, inicialmente, o texto das cartas de Erasmo.

José Murilo de Carvalho (2007) sustenta que, a despeito da tradição familiar, tendo sido seu pai um importante político representante do partido Liberal, as ideias de Alencar tendiam mais para a proposta conservadora. Mas, como já comentamos, tais diferenças – apesar de existirem – eram tão somente maneiras de se posicionar frente a um mesmo sistema de dominação, o que nos faz crer que exista uma postura liberal/conservadora como modelo para a manutenção do poder a ser construído pelas elites, e nesse momento também através de alguns setores da imprensa. É o que buscaremos aqui através de uma análise crítica do texto, tentando formular hipóteses em seu curso e deduções a partir dos dados obtidos.

Cabe lembrar que as cartas de Erasmo são publicadas no período entre 17 de novembro de 1865 e 15 de março de 1868; portanto, antes de Alencar assumir o ministério da Justiça. Talvez a leitura das cartas tenha influenciado a opinião de Itaboraí na ocasião do convite de Alencar para compor o ministério, e mesmo na decisão de D. Pedro II para o aceite do ministro. Aqui surge uma questão: Sustenta-se que uma das razões de D. Pedro não ter escolhido Alencar para ser “premiado” com uma cadeira no senado se daria em função de seu temperamento impulsivo. Que o imperador não podia “confiar” no Alencar, por não saber que tipo de ideais poderiam sair daquela cabeça em dias de arroubo - é o que consideram Schwarcz (1999) e Menezes (1965). Acreditamos, tendo por base a pesquisa, que D. Pedro II já teria reconhecido no Alencar uma possibilidade para a cooptação do intelectual há

muito tempo. E seu ideal, conservador e monarquista, é determinante ! O imperador conhecia o Alencar, estudou suas ações por meio das cartas, conhecia seus romances e assistiu aos espetáculos de teatro que o artista criara. A ideia de uma sociedade liberal assentadas na base escravista vinha a calhar com o pensamento necessário para a manutenção do Estado no período. Dom Pedro II era - de certa forma, segundo sustenta Menezes - um seu “fã”. E, quando do aceite de seu nome para o ministério da justiça, o imperador sabia muito bem onde pisava.

As cartas nos mostram a situação política do país, a escravidão e a opinião de Alencar sobre como deveria funcionar uma monarquia representativa. Um ponto importante a ser levado em conta é o diacronismo característico da série. Sua publicação semanal, com respeitável regularidade, entre 1965 e 1968, permite a Alencar uma visão do cotidiano da Corte e suas transformações, inclusive as respostas (muitas vezes diretas, de interlocutores que se apresentavam em outras veículos ou mesmo na câmara) às suas críticas, o que conduzia a reavaliações e/ou reafirmações de posição do missivista sempre para um próximo número.

Admitindo que uma sociedade da corte, como lembra Chartier (1990) citando um estudo de Norbert Elias, é uma formação social caracterizada por um estatuto de dependência das relações sociais existentes entre os sujeitos esta constitui, portanto, uma forma particular de sociedade, onde a Corte desempenha um papel central que se caracteriza por um conjunto específico de relações de poder nesse dado momento. Não somente a Corte brasileira no segundo reinado, mas a sociedade caracterizada (construída, pode-se dizer) na e pela Corte como um modelo para o restante do país, criar um modelo (ou um conceito) na Corte seria uma forma de agenciamento de tais modelos para os grupos periféricos.

É preciso esclarecer, por fim, que o conteúdo das cartas não é novo, como não é nova sua apresentação e estudo feitos por comentaristas de renome como, por exemplo, os citados Raimundo Menezes e José Murilo de Carvalho. O que se propõe aqui é buscar nas indicações, nas proposições, enfim, nos índices deixados no texto uma visão mais abrangente, que as características de José de Alencar –

com seu estilo marcante – propõem na escritura - o que trataremos aqui como documento. Vale a ressalva de que as “cartas políticas” não são a primeira experiência de Alencar no gênero. A polêmica sobre a “Confederação dos Tamoios” com Gonçalves de Magalhães (e com o grupo que o apoiava) lhe garante uma experiência sólida no debate aberto. Cabe também, enquanto delimitação do objeto, a caracterização dos leitores. Alencar escreve para as elites (não que só membros da elite carioca tivessem acesso aos textos, também funcionários públicos diversos, pequenos comerciantes, profissionais liberais, mesmo um público leigo que se interessava pelo cotidiano político do Rio de Janeiro – como o demonstramos em tópico anterior - e que deveria ser considerável, visto a quantidade de pequenos jornais e folhetos impressos para a divulgação de ideias de políticos e partidos. Mas estes não eram então seu principal alvo), tendo a imprensa – a mídia impressa, visto que a impressão do texto foi feita em folhetins – como veículo que o permitiria levar suas ideias a um grupo maior, detentor de uma opinião que pode ser mobilizadora ou mobilizada; aqui, temos clara a afirmativa de Chartier (1990) que sustenta que a própria cultura da elite é constituída, em grande parte, por um trabalho operado em material que lhe seja próprio, que por esta é reconhecido. Sendo assim, sobre tais elites, definimo-las com o apoio de Bóbbio:

(...) uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. (...) Em todas as sociedades, a começar por aquelas mais mediocrementemente desenvolvidas e que são apenas chegadas aos primórdios da civilização, até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, cumpre todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de modo mais ou menos legal ou de modo mais ou menos arbitrário e violento, fornecendo a ela, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político (BOBBIO,1998. p.385)

Alencar tinha conhecimento do alcance das cartas. Mas o seu destinatário, o “leitor” referencial, é o imperador D. Pedro II. A figura do homem bom, protetor dos inocentes, íntegro e sábio, mecenas das artes, amigo dos intelectuais e tudo o mais que ficou caracterizado para a posteridade já estava constituído no período; o homem que por tudo se interessava, mas não se interessava pelo Brasil

(CARVALHO, 2007). E a crítica a uma atitude passiva do imperador frente aos problemas da política, da administração pública, ao seu papel constitucional de mediador de contendas, de apaziguador de disputas, de fiel da balança é o mote para o conjunto de cartas a que se entrega *mui respeitosamente* o Alencar.

3.3.1 AO IMPERADOR (ALENCAR, 2009, p.09-113)

Na primeira carta endereçada ao Imperador, um tratamento respeitoso é justo e necessário. Alencar se dirige a D. Pedro II como “Senhor”, e anuncia-se, logo na primeira linha, por um anunciador da verdade. Escreve: “A verdade, filha do céu, como a luz não se apaga” (ALENCAR, 2009, p.09), que não é uma “figura de estilo” que sugere a referência inicial, Alencar se apresenta como portador desta verdade encarnada, que passará a analisar os problemas da sociedade. Continua então, marcando seu território entre os grandes quando diz que, “às vezes é um historiador como Tácito, ou um poeta como Juvenal; outras é Demóstenes, o orador, ou Sêneca, o filósofo.” (ALENCAR, 2009, p.09). E entre eles, o nosso autor! Alencar apresenta-se como figura conhecedora do pensamento clássico, colocando-se como argumentador que se baseará nos princípios do Direito e conhecedor dos princípios de ciência política para sua análise. Apresenta-se como uma autoridade, elevando o debate não a uma reclamação pessoal sobre o governo, mas a condição de um crítico consciente do sistema de governo que está posto.

A posição de Alencar é de apoio à monarquia. As primeiras cartas são um apelo ao imperador para que intervenha no executivo e no legislativo para tirar o país do momento de crise política, social e econômica que o teriam levado o Partido Liberal e a política de conciliação. Segundo Alencar, há uma distinção entre as tarefas do Imperador como titular do Poder Moderador e como chefe do Executivo. Cita Montesquieu em *O espírito das Leis*, em uma passagem que fala da falta de participação popular na política, mas apenas para lembrar ao imperador a teoria da

separação e independência dos poderes. Não chega a citar os argumentos deste autor contra a escravidão.

Defende Alencar que o poder moderador seria um mediador entre a constituição e o povo. É possível pensar na ação do Poder Moderador como algo que permitia, conquanto suas interferências, uma modificação nas formação das facções das elites no poder, permitindo uma alternância de grupos e partidos (CARVALHO, 2007) mas também, como Alencar aprovava e propõe na carta, o poder moderador como um instrumento de “tomada do poder” pelo monarca, com o consentimento do povo. Cabe lembrar que fato parecido ocorre com D. Pedro I, com a destituição da Assembleia Constituinte em 1823 e a outorga de uma nova Constituição. Chega mesmo a afirmar em um trecho, a característica liberal da constituição, quando diz que “o primeiro reinado em oito anos legou-nos a constituição, belo padrão de sabedoria e liberalismo” (ALENCAR, 2009. p.19) esquecendo-se de citar o anterior fechamento da Assembleia constituinte.

Alencar escreve sobre o momento de singular impopularidade pelo qual passa D. Pedro II, satirizado “pelos teatros e praças a vozeria da gente leviana que entre hinos e flores vos saúda como o herói da Uruguaiana!³⁴” (ALENCAR, 2009, p.12) devido à longevidade que alcança a guerra e proclama-se um seu defensor frente aos acontecimentos políticos que este, segundo Alencar, “desconhece”. E irá tornar pública “a verdade inteira a respeito do país; sobre os homens, como sobre as coisas (...)” (ALENCAR, 2009. p.14). A culpa, na opinião de Erasmo, não seria de D. Pedro II, mas da administração. É certo que os gastos com a guerra atrapalham ou impossibilitam uma série de investimentos necessários para o desenvolvimento do Brasil. As despesas provenientes do conflito foram enormes: “614 mil contos de réis, onze vezes o orçamento governamental para o ano de 1864, criando um déficit que persistiu até 1889.” (SCHWARCZ, 1999. p.459).

Alencar termina a primeira carta citando Salomão: “*Misericordia et veritas custodiunt regem*³⁵” (ALENCAR, 2009, p.15). Apelando para a honra e, seguindo a citação, para

34 D. Pedro II assistiu a rendição dos paraguaios no chamado “cerco de Uruguaiana”

35 A misericórdia e a verdade protegem o rei.

a sabedoria de D. Pedro II, justifica a intervenção que este deveria fazer e garante que o povo lhe veria novamente como um restaurador (palavra cara ao Alencar) da normalidade. Para tanto, desenha um “panteão” político ideal da restauração, proclamando-os defensores da honestidade e da honra. São citados “os Feijós, Vergueiros, Andradas, Paulas Souzas, Limpos, Torres e Paulinos.³⁶” (ALENCAR, 2009, p.17). Já na primeira carta podemos observar a predominância da pregação de uma sociedade conservadora, monarquista, aristocrática, onde o imperador “governa e administra” e precisa mostrar que tem tal poder, concordando assim com a tendência do liberalismo moderado que defende que a sociedade só poderá viver em paz com um poder forte e centralizado (BOSI, 2013) . Alencar chega a criticar a liberdade de imprensa em sua narração, algo que chega a ser discutível na posição de alguém que edita um panfleto político.

A crise na governança proclamada pelo panfletista pode ser entendida de modo diverso. O discurso de Alencar é ideológico no sentido de tentar fazer com que as transformações históricas sejam negadas e entendidas como uma crise no sistema. O momento (o surgimento, digamos) da sociedade ideal é dado pela fixação dos “mártires” a que Alencar se refere – indicando a clara presença de uma aristocracia - e qualquer mudança neste modelo ideal é determinada como uma crise. Numa leitura da teoria de Gramsci por Chauí essa construção é tida como uma representação e uma ideologia. “A ideologia é um discurso que se desenvolve sob o modo da afirmação, da determinação, da generalização (...) trazendo a garantia da existência de uma ordem, atual ou virtual.” (CHAUI, 1997. p.33). Quando essa ordem necessária ao discurso é contestada temos uma crise.

A crise é imaginada, então, como um movimento de irracionalidade que invade a racionalidade, gera desordem e caos e precisa ser conjurada para que a racionalidade anterior, ou outra nova, seja restaurada. A noção de crise permite representar a sociedade como invadida por contradições e, simultaneamente, toma-las como um acidente, um desarranjo, pois a harmonia é pressuposta como sendo de direito, reduzindo a crise a uma desordem fatural, provocada por enganos, voluntários ou involuntários, dos agentes sociais, ou por mau funcionamento de certas partes do todo. A crise serve assim para opor uma ordem ideal a uma desordem real (...) (CHAUI,

36 Diogo Antônio Feijó, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco de Paula Souza e Melo, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Souza.

O discurso de Alencar sugere o momento ideal no qual os indivíduos devem se remeter para aceitar as instituições públicas, a vida e as relações de poder que os conduzem. Um discurso que, partindo do social se torna político e, degenerando-se, dominador.

Tornando ao texto, na segunda carta Alencar critica a relação dos ministros com seus representantes nas províncias – delegados – os quais acusa de abuso de poder. Repete-se aqui nada mais que o sistema estamental de que nos fala Raimundo Faoro, em que o poder se apresenta na figura do funcionário do governo, como o governo. Não um representante do Rei, mas se tornando um rei local, em miniatura (FAORO, 2004). Alencar chama particular atenção para as finanças, que nomeia como “forças musculares da nação” (ALENCAR, 2009, p.24). Alude aos gastos com armamentos supérfluos (no caso, armamentos já sem valor para uso) destinados a uma rápida deterioração e as dificuldades, também em consequência da guerra, de conseguir alguma credibilidade financeira das nações europeias, o que afetaria – e oneraria – as importações de maneira geral e também as negociações dos empréstimos contraídos no exterior que datavam da época de D. Pedro I, referentes ao reconhecimento do Brasil como independente e a indenização de Portugal. Reconhece que a alta no preço do algodão e a receita gerada não chegam para sustentar tantas e tão altas despesas, visto que as boas safras não são constantes e a paz conseguida nos Estados Unidos acabaria por determinar uma queda de preços. Esclarece ainda sobre uma crise nas duas maiores fontes de renda do Estado: o comércio “jungido a uma liquidação forçada, que principiou em 10 de setembro de 1864 e terminará ninguém sabe quando” (ALENCAR, 2009, p.25) e a agricultura “ameaçada pela questão magna da emancipação que avança a grandes passos e estremece até o íntimo a sociedade.” (ALENCAR, 2009. p. 25).

O missivista acha por bem terminar a segunda carta com um leve “solavanco” no imperador, conclamando-o à luta em dois parágrafos exemplares:

Quando um povo livre abdica o pleno exercício da soberania, é dever imperioso do monarca, seu primeiro representante, assumir essa grande massa inerte de poder, para evitar que ela seja dissipada por um grupo de ambiciosos vulgares.

Ache ao menos a liberdade que desertou a alma sucumbida da pátria um abrigo à sombra do manto imperial para que não morra conspurcada nos tripúdios da anarquia. (ALENCAR, 2009. p. 26).

Faltava que D. Pedro II tomasse as rédeas da situação. Alencar entende que essa sociedade constitucionalista é responsabilizada pela má administração, visto que os governantes também fazem parte do contrato e devem dar conta de suas ações, sob pena de serem substituídos. Afirma novamente o Alencar que o povo apoiaria o Imperador em sua ação e esperava mesmo por isso. Alencar alude, mais uma vez, a uma velha fórmula conservadora de que o imperador reina, governa e administra (Carvalho, 2007).

O missivista é duro na crítica com o período chamado conciliação. Uma “corrupção geral dos partidos (...) dissolução dos princípios” (ALENCAR, 2009, p.30) da própria existência da democracia. Classificando conciliação como um termo honesto e decente para qualificar “a prostituição política de uma época” (ALENCAR, 2009, p.30). Alencar enxergava, além de sua crítica, uma dificuldade criada pela conciliação para a eleição de novos quadros para a Câmara e, conseqüentemente, os “arranjos” eleitorais para o Senado, cargo a que ele pretendia poucos anos depois (sua situação como bacharel lhe garantiu até o momento um emprego como jornalista e uma mesa em um escritório de advocacia).

Os partidos, segundo ele, seriam a milícia da nação; entende ele que o povo deve participar e fiscalizar o legislativo; são eles que garantem a existência e a preservam instituições, da monarquia e do povo. Em outro momento, ao se referir novamente às coalizões que se seguem ano após ano no parlamento, questiona com espanto como pode ser que “cidadãos individualmente probos e cordatos se consolidam assim com a escória em uma liga monstruosa, que humilha a cada um no recesso da consciência” (ALENCAR, 2009, p.36). A crítica de Alencar mostra menos sua preocupação com a democracia, sustentada pelas ideias de partidos diversos em uma luta pelo poder, princípio básico do liberalismo, que a preocupação com a

homogeneização das ideias, que pode dar mais espaço para grupos diversos alcançarem cargos na administração pública.

Segundo Carvalho (2007) a liga não foi propriamente um partido, mas uma orientação política, e Alencar a considerava como um “momento” da conciliação. Nada mudaria, afinal. As eleições continuariam a serem compradas, com as “cédulas pagas à vista ou descontadas com promessas de pingues empregos e depreciadas condecorações” (ALENCAR, 2009, p.37). O circo estava posto; os comícios, apresentados como espetáculos nos teatros públicos; a imprensa, tão “bem desenhada nesta grande capital que mata as folhas políticas e só fomenta as gazetas industriais”³⁷ (ALENCAR, 2009, p.37).

Termina a carta de 03 de dezembro desiludido, mas não sem lançar seu bilhete da sorte:

O povo inerte, os partidos extintos, o parlamento decaído!... Restam, é verdade, alguns cidadãos eminentes, abrigados na tribuna vitalícia; como as relíquias do senado romano, esperam tranquilos em suas curules o momento de morrer com a liberdade que amaram. (ALENCAR, 2009, p.37)

O Senado é visto aqui como a instituição merecedora de crédito, dentro de tudo o mais que foi criticado. Mas será que os olhos do missivista não procuravam já por uma cadeira naquela casa?

A carta datada de 09 de dezembro inicia derramando louros sobre a cabeça de D. Pedro II. Alencar chega a chama-lo pelo epíteto de Rei sol; logo depois se corrigindo (se é que isso seja possível) e tratando de conduzir a luz do imperador do Brasil para longe da referência de Luiz XIV – seria ele “o foco brilhante que rege todo um sistema e dardeja luz e calor para a nação” (ALENCAR, 2009, p.39). O foco realmente está em críticas públicas de que haja certa interferência do imperador na

37 Alencar sabe que o leitor de política busca os folhetos e pasquins, comuns no período. O leitor de jornais regulares busca outros atrativos. Ele mesmo, aumentou a venda da “Gazeta do Rio de Janeiro” enquanto seu sócio e editor com a publicação de um romance de folhetim: O Guarani.

administração (na má administração), o que Alencar chama de modo de governo pessoal, responsabilizando o imperador pelos atos dos ministros; apesar da responsabilização expressa pela doutrina liberal, de que o governante está lá para exercer a soberania dada a ele pelo povo. Cabe lembrar que, pela constituição do Império, o Imperador não poderia ser responsabilizado por suas ações. A referência ao Rei Sol se dá neste sentido, pois a constituição brasileira de 1824, no seu artigo 99, diz claramente que a pessoa do Imperador é sagrada e inviolável³⁸. Ele não está sujeito a responsabilidade alguma. É enquanto do exercício do Poder Moderador que adviriam as responsabilidades. Por vezes, temos a impressão de que Alencar exagera sua veia romântica como uma forma pessoal de provocação. No momento, defende a postura de D. Pedro:

Minha convicção vai muito além. Não somente nenhuma influência direta exerçais no governo; mas vosso escrúpulo chega ao ponto de frequentes vezes concentrar aquele reflexo que uma inteligência sã e robusta como a vossa deve derramar sobre a administração. (ALENCAR, 2009, p. 39).

Depois de alguns anos, já como Ministro, Alencar se arrepende dessas palavras enquanto observa os muitos “bilhetinhos” de D. Pedro sobre sua mesa, indagando e bisbilhotando na pasta da Justiça... Mas a verdade é que Alencar é um dos defensores da responsabilização do monarca por seus atos, recaindo esta (sendo dividida) também sobre o ministério. O que determinaria o poder moderador como limitado, longe do despotismo de Luiz XIV. Como um bom conservador, Alencar é dogmático e pessimista quanto as mudanças que poderiam acontecer se o Imperador não se impusesse.

Em um segundo momento, compara D. Pedro II a Jorge III da Inglaterra, pela inflexibilidade do caráter e poder³⁹; cita o episódio em que, depois de muitas tentativas, consegue sucesso com um ministério em que liberais e conservadores trabalhassem juntos “na célebre coalizão de North, Fox, Cavendish, Keppel, Burke e outros” (ALENCAR, 2009, p.41). Mas lá, sustenta, formaram-se “partidos vigorosos,

³⁸ Conforme a **CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824)**. Disponível, por exemplo, em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao24.htm

³⁹ Jorge III foi cognominado “o louco”, por apresentar problemas de sanidade mental durante seu reinado.

que à inflexibilidade da coroa opunham a firmeza e rigidez de seus princípios”. No Brasil – segundo Alencar - o parlamento está entregue a homens preocupados com seu poder e capacidade de enriquecimento, esquecendo-se do povo e mesmo da ética que os deveria conduzir.

Nesta carta, volta a criticar as coalisões que se operam nas casas políticas, inclusive no conselho de Estado, aonde chega a sugerir que estes (os conselheiros) estejam em busca por “apenas uma aliagem [sic] de individualidades na esperança de engrandecimento pessoal” (ALENCAR, 2009, p.42). Critica também a instituição dos Voluntários da Pátria, acreditando ser uma forma de fragmentar a hierarquia dentro do exército, sugerindo algo feito a revelia de D. Pedro II e a que este se aliaria depois, para agradar ao grupo:

Apreciais devidamente o exército, que ama com entusiasmo seu monarca e zeloso protetor. Não era possível que cogitásseis um meio de desgostá-lo profundamente, estabelecendo preferências a favor de bisonhos soldados, com preterição de bravos veteranos cheios de serviços, e já traquejadas pela vitória. (ALENCAR, 2009, p. 43)

O imperador foi para Uruguai como o primeiro voluntário da pátria, em um exemplo de patriotismo e espírito de liderança, e tentando também criar um estado de ânimo geral no oficialato. Aqui, ainda não está o Alencar a se referir ao recrutamento forçado de homens pelos presidentes das províncias, que viria mesmo a criticar enquanto ministro como uma violação da liberdade. E por falar em ministros, a incompetência destes – chamados por ele de “efêmeros” - é ponto pacífico. Em sua crítica, também não deixa de alfinetar o imperador, garantindo que os ministros, frágeis que são, “não ousariam tanto sem a certeza do apoio da coroa” (ALENCAR, 2009, p.42). Acusações de corrupção preenchem as várias páginas das cartas e indicam, senão cumplicidade, ao menos consciência do imperador sobre tal situação. Alencar encena uma defesa, mas ao mesmo tempo critica a prática da (podemos chamar) não-interferência no executivo por parte do Imperador. Ao fim, qualquer atitude da coroa, de ação ou omissão, é objeto para o jogo de poder que se dá no parlamento.

Em certo ponto da carta faz uma alusão a Caxias, chamado para o comando de tropas no Rio da Prata. A figura de Caxias - da parte que interessava ao Alencar - era um político respeitado, vinculado ao partido conservador. Surgindo como um salvador da pátria, exigia atenção do ministério e do Imperador. No episódio do desentendimento com Zacarias de Góis em 1868, então presidente do gabinete, o primeiro sairia vencedor, mas sua vitória mudaria em muito os rumos da política nacional. Mas por agora, o ônus de um desenvolvimento deficiente das tropas na guerra recaía sobre o imperador. Esta era a fala de Alencar e, segundo ele, “esta é a verdade” (ALENCAR, 2009, p.47).

Na quita carta, Alencar toma as figuras de Maquiavel e de Dâmocles - uma personagem da mitologia grega a quem se atribui uma fábula sobre a precariedade do poder. Nota-se até aqui a facilidade com que Alencar se refere a mitologias diversas, indicando que o texto se dirige a um público seletivo. No império, era uma prática a menção a mitologia greco-romana e a figuras bíblicas, como forma de demonstrar o domínio de uma cultura letrada (o que é particularmente importante para o Alencar que, segundo Neto (2006), era visto com certo preconceito por ter se formado em uma faculdade de São Paulo, e não na Europa como os membros mais antigos do parlamento). A referência a Maquiavel novamente serve para lembrar a D. Pedro II que o fim justifica meios e se omitir não é a melhor atitude. Ainda que tratado em “carta aberta” a alusão constante a capacidade intelectual do imperador funciona como um indicativo (velado) da distância cultural que o separa do povo. Não só ele, mas praticamente a totalidade da burocracia.

A liberdade com que o texto constrói o período, criticando-o, não seria encontrada (tampouco permitida) novamente tão cedo. Na república, no Estado Novo e mesmo em períodos bem mais próximos de nós, a liberdade de imprensa não seria algo possível. Um trecho da carta apresenta uma crítica à postura dos jornais sobre a esquiva política do imperador por ser tratado sem o devido respeito; No Brasil do segundo reinado, o povo detinha a informação – apresentada pelos veículos de comunicação - mas não conseguia entendê-la ou efetivá-la, dada sua falta de instrução. O povo, também neste sentido, vive à margem das discussões políticas, não podendo entrar em suas águas tumultuadas. Ou, em suas margens, não se

preocupa com problemas abstratos, mas com a realidade que observa no cotidiano.

No trecho:

Na parte não editorial, são frequentes os artigos pagos com endereço a vossa augusta pessoa. Contém eles queixas de indivíduos de todas as classes sobre minudências do expediente de empregados subalternos! Apenam os súditos para vossa autoridade, à qual parecem ter devolvido toda confiança e todo poder. (ALENCAR, 2009, p. 53)

Nota-se aqui a preocupação com o favor real. O favorecimento individual. O súdito, e D. Pedro II deixava isto de certa forma implícito, poderia procurar o Imperador como a um balcão de queixas sobre as instituições públicas. Alencar sabia que o povo estava com D. Pedro. “Este povo apático e indiferente às mais nobres funções da soberania ainda sente por vossa pessoa sinceros transportes (...) [sente no imperador] o estandarte capaz de nestes tempos inertes levantar entusiasmos em prol de uma causa” (ALENCAR, 2009, p.50); quando da partida para Uruguaiiana alude a população que “ se aglomerou em vossa passagem à hora da despedida e da volta” (ALENCAR, 2009, p.52) . Mas o povo pouco importa para a elite... Aqui, o povo ainda é visto como uma massa ignorante, sendo mais uma questão de polícia do que de política. Talvez este seja o sentido da frase em que se refere às elites, localizadas “nas camadas superiores da sociedade, onde a luz penetra mais clara” (ALENCAR, 2009, p.54). Se D. Pedro II não tiver uma atitude enérgica frente aos acontecimentos e sobre a corrupção que assola o período – utilizando-se do Poder Moderador, o que a constituição permitia – será responsabilizado no tempo. Alencar ainda profetiza: “A nação vos ama; mas a história vos julgará com severidade” (ALENCAR, 2009, p.56). E continua em tom provocador, aproveitando o momento da guerra como mote para o discurso, afirmando que “o trono que a nação vos confiou é um posto de honra. Deveis a Deus e ao povo sua guarda severa. Não podeis esquivar-vos a ela sob pena de deserção” (ALENCAR, 2009, p.58). Novamente, Alencar afirma, concordando com Hobbes, a relação da soberania que é dada pelo povo ao soberano, e dele espera um rumo para a sociedade.

Para a sexta carta, Alencar prefere iniciar em um tom mais ameno, novamente aludindo a ilustração do imperador em contraposição com a “atonía” do povo. O

problema, continua no combate, é “a depravação do organismo político, de que resultou o amortecimento das crenças, a extinção dos partidos e a corrupção espantosa” (ALENCAR, 2009, p.59) que está por toda a parte. Qual seria, questiona à D. Pedro II, a causa do mal que assola o país? A resposta que propõe é a da falta de educação política. Nesse momento Alencar faz uma breve exposição sobre a monarquia parlamentar e o regime republicano e suas relações, enquanto representações do povo, justificando que o povo brasileiro, “este povo nobre e digno das instituições que o regem; este povo, precoce para a liberdade, pois ainda na infância colonial já se eletrizava com ela, não foi educado, como merecia, para a monarquia representativa” (ALENCAR, 2009, p.61). Alencar tenta amalgamar as propostas de educação para o povo, com o persistente discurso da tutela do povo, que caracteriza um traço fortemente conservador. É o mesmo discurso que Alencar propõe para a manutenção da escravidão; de que o sistema escravagista teria a função de educar o escravo para o convívio social. Aqui, preferimos acreditar que se trata de uma estratégia discursiva. Este “povo” de quem fala parece ser o descrito no parágrafo seguinte:

Em 1821 a independência se fez no entusiasmo da liberdade. O Brasil conquistou simultaneamente o governo dos brasileiros pelos brasileiros, e o governo do povo pelo povo.

Desde 1808 com a vinda do rei e a invasão de Portugal a emigração da metrópole para a colônia fora muito crescida; havia, pois ao lado da população nata uma população adventícia, mas já ligada à outra por identidade de língua, laços de sangue e relações domésticas. (ALENCAR, 2009, p. 62)

O povo é o modelo civilizacional trazido de Portugal (modelo europeu) e, no caso da independência, as elites que a sustentaram. Percebemos que Alencar acreditava na diferença, já demonstrada anteriormente, entre povo e plebe (BASILE, 2006). A imprensa, segundo ele, tenta trabalhar essa educação política para o povo, notadamente com ideias liberais. Há de se considerar para o período já uma geração, como o Alencar, de políticos formados no Brasil, com influência de ideias liberais. A homogeneidade garantida pelo estudo em Coimbra havia sido deixada nos tempos da colônia e os laços entre os indivíduos de províncias diferentes que se juntavam nas faculdades criadas no Brasil tendiam a aumentar, o que deixava de

caracterizar um estamento e passava a transferência das decisões para os grupos socializados de forma diversa nos núcleos brasileiros – principalmente o Direito para a formação das novas elites da burocracia. Este foi o elemento de formação política para a elite brasileira baseado na educação. Mas o povo só tinha acesso aos jornais e outras poucas mídias impressas.

Ao mesmo tempo, mas também sustentando o intelectual como parte da elite política, Alencar traça um perfil da aristocracia brasileira. Esta seria:

Composta em geral de duas classes de pessoas, os abastados de inteligência e escassos de cabedais, e os ricos de haveres mas pobres de ilustração; raros, bem raros são os que têm a força de se conservar em sua órbita. Aqueles, urgidos pela sedução do luxo e mesmo pela necessidade, buscam nos altos empregos públicos e elevadas posições uma renda ou as facilidades de alianças e estabelecimentos avantajados. Estes, pruridos pela vaidade, se oferecem aos desejos dos primeiros em compensação de graças e consideração. (ALENCAR, 2009, p.64/65).

Alencar confirma a necessidade de que (alguns elementos) sua geração de “bacharéis” precisem vincular-se ao governo, através de cargos na burocracia, como uma questão de sobrevivência e associar-se a alguns grupos econômicos “em compensação de graças e consideração” (ALENCAR, 2009, p.65). Alencar também é um deles; o que desmente seu discurso sobre os bens de o que chama de uma “empregocracia” (ou, a fundamental!). Os grupos se modificam, os políticos podem mudar, mas a situação permanece; uma aristocracia que manipula o povo inerte.

Sobre a imprensa, esta se tornou “um luxo entre nós; as leis fiscais a fizeram tal. O povo é pobre e não pode pagá-la. Alguns periódicos aparecem com sacrifícios enormes, que vegetam em estreito círculo e afinal acabam inanidos” (ALENCAR, 2009, p.67). É bem verdade que os pequenos não conseguem sobreviver e

(...) as folhas diárias de grande formato e circulação, essas constituem o feudalismo da publicidade. Suas colunas abertas à concorrência mal chegam para os abastados; a emissão das ideias ali importa uma despesa não só de inteligência e estudo, mas do grosso cabedal. (ALENCAR, 2009, p.68)

Esta imprensa “que tem suas raízes como suas ramificações na aristocracia burguesa” (ALENCAR, 2009, p.67) não irá atacar a aristocracia. Antes, a ela se une. Entendemos aqui que a mesma imprensa que serviria a educação do povo (segundo Alencar) está vinculada a aristocracia. Reafirmamos que o povo, que a tanto se refere Alencar, são aqueles que possuem a cidadania confirmada, certo grau de educação, e renda. Não o grosso da população. As ideias liberais pregadas não são possíveis para todos os homens. Termina afirmando que “o único meio eficaz de salvar o país, senhor, é união firme dos homens de bem, de que sois o chefe legítimo contra a imoralidade” (ALENCAR, 2009, p.67). Para onde deveremos ir, se Alencar deixou aqui poucas opções para descobrir quem são afinal os chamados homens de bem? Seriam estes os “homens bons” do município no período colonial (FAORO, 2004) em uma roupagem mais nobre?

Na sétima carta, Alencar propõe um estudo sobre a estagnação em que se encontra o país, e sustenta que tal estudo deva abranger “a importante questão do sistema segundo o qual deve funcionar a coroa na monarquia representativa” (ALENCAR, 2009, p.69). Isto, sem mexer na legislação. Seus fundamentos se assentariam sobre a prática e experiência (uma experiência que o teórico Alencar ainda não tem!). Busca uma justificação, baseando-se na “lição fecunda do povo, mestre em ciência governamental, inventor do sistema representativo e seu modelo” (ALENCAR, 2009, p.70) que, sendo o imperador constitucionalmente o chefe do poder executivo, exerce sua qualificação “honorífica” por meio dos ministros. Investido de majestade, é chefe também do judiciário, o que se sustenta pelo simples fato de que em todos os tribunais as sentenças são expedidas em nome do imperador. No executivo, os ministros trabalham como um corpo único, e “podem levar para o conselho vários e encontrados alvites a respeito de uma questão importante. Na discussão os argumentos são desenvolvidos e ponderadas as objeções. Afinal, (...) constroem uma opinião média, que não sendo de nenhum ministro individualmente, seja a do ministério” (ALENCAR, 2009, p.71). A solidariedade é o princípio de coesão do grupo.

Em todo momento propício, Alencar toma a Inglaterra como o princípio exemplar. Não por ser a nação mais poderosa e comercialmente mais próxima do Brasil, nem

mesmo pelo modelo civilizacional que a burguesia brasileira do período toma da Inglaterra, mas pela reduzida força que o monarca tem frente ao parlamento, que é a tônica de Locke, Rousseau e Mill. Apesar das palavras elogiosas e galanteadoras do missivista, seu intuito é o de fazer ver a D. Pedro II sua “obrigação” de interferir no sistema quando este estivesse falindo e reorganiza-lo para, novamente, deixa-lo seguir sozinho. Possibilidade que Alencar não encontra tão facilmente na Inglaterra. O que Erasmo quer, afinal, é a mudança do grupo dirigente, porquanto alude aos atos do Imperador indicando uma postura ética deste quanto ao uso do poder Moderador. Alencar tenta construir a ideia de que não é o Imperador quem demite um ministério, mas ao curso de algum problema maior “a dignidade de homens e sinceridade de políticos exigem que incontinentemente deem, e não peçam, sua demissão respeitosa” (ALENCAR, 2009, p.73), em vista de que o poder lhes é delegado e o Estado deve ter uma ação menor em tal processo. É a soberania constituída na figura do Imperador: a consciência ilustrada do povo. É para que “o poder moderador acompanhe de perto a trilha da administração e observe seus rumos, que ele foi instituído chefe titular do executivo” (ALENCAR, 2009, p.73). Alencar entende que o poder emana do povo e o Estado deve funcionar antes como um organizador do desenvolvimento da nação; mais uma proposta liberal para a administração do país.

Para Alencar, os dois partidos se alternavam nos gabinetes, mas nenhum deles consegue tempo bastante para realizar seus projetos. Alternavam-se e, quando no poder, veem-se “esterilizados pela resistência demasiada que encontravam na moderação e prudência da coroa” (ALENCAR, 2009, p.77) para a realização de necessárias mudanças que pudessem criar um dinamismo na administração pública. Um dinamismo que oferecesse uma maior liberdade de investimentos para o desenvolvimento da nação. Mas isso também é culpa, segundo ele, da desorganização ideológica dos partidos e de sua situação de distanciamento das bases populares (se é que houvesse). O monarca representa o poder nacional, situado acima do sistema, que “plaina sobre os outros, meros poderes políticos” (ALENCAR, 2009, p.79). O termo poder nacional, explica Alencar, é usado para designar “a quase comunidade em que se acha com a nação. Nele reside uma parte da soberania popular, que se isolou em princípio e se consolidou nessa grande individualidade, a fim de resistir aos desvarios da opinião” (ALENCAR, 2009, p.79).

Alencar, falando das instituições, lembra os liberais de 1834 que extinguiram o conselho de Estado, eliminando assim o elemento aristocrático que se agarrava a coroa. Alencar sugere que “os atos do poder moderador são de exclusiva competência vossa [do Imperador]: para exercê-los não dependeis de agentes e atualmente nem de conselho” (ALENCAR, 2009, p.81). Mas se observarmos bem, como nos mostra Carvalho (2009), o conselho de Estado apesar de não muito solicitado e de, a despeito de tudo, tratar de assuntos em sua maioria sem uma significância maior, era um órgão consultivo importante que garantiria uma visão realista de problemas práticos a que o Imperador provavelmente não tinha acesso, como na deposição do ministério Zacarias de Góis. Ali, o conselho foi olvido e opinou; apesar da decisão final ser de D. Pedro II, este seguiu o voto dos conselheiros. Mesmo sendo a escolha para o cargo de conselheiro uma competência exclusiva da coroa e, provavelmente, D. Pedro II não viria a escolher alguém de quem não quisesse ouvir a opinião, tendendo assim a formação do conselho para um formato que estivesse mais próximo do temperamento do imperador e de suas pretensões, o próprio ato de consulta sugere uma análise mais apurada das diversas situações e assuntos (CARVALHO, 2007).

O poder moderador é uma das bandeiras de Alencar. E, segundo ele, emana também do povo. Escreve que “(...) o poder moderador é a consciência ilustrada do povo. [Esse povo] que aceitou a lei fundamental de 25 de março de 1824, tinha sem contestação o direito soberano de a revogar, apenas se convencesse que não era a mais própria para sua felicidade” (ALENCAR, 2009, p.82). Novamente colocando o “povo” enquanto seus representantes. A defesa da monarquia constitucional, baseada na lei, com os poderes cedidos pelo povo a um governante escolhido. Mas os senadores e mesmo os deputados com poder constituinte, estavam muito distantes do proclamado povo das cartas de Erasmo. Em determinado ponto, Alencar chega a defender que “a força ativa do poder moderador é sobreconstitucional” (ALENCAR, 2009, p.88), o que parece incoerente com uma monarquia constitucional. Admitindo que este possa dissolver o legislativo, demitir ministérios, afirma que “nenhum poder, nem mesmo o povo, tem, no domínio da constituição, faculdade igual” (ALENCAR, 2009, p.89). D. Pedro I aprovaria tais

medidas...

Todos os atos do soberano se entendidos como atos do povo só levariam o país novamente para o absolutismo, para a ideia gasta que o próprio Alencar sugere na carta anterior de que – o povo sou eu! ; - o Estado sou eu! E todo o resto, quando chama D. Pedro II pelo epíteto de rei sol. Aqui temos a face do intelectual utilizando-se de seu texto complexo como uma arma, totalmente associado com as elites dirigentes e servindo de instrumento para sua justificação. Em uma das românticas figuras que toma, compara D. Pedro II ao profeta bíblico Josué, indicando que “o profeta recebia sua possança de Deus; o imperador a recebe da lei” (ALENCAR, 2009, p.92). Mas de qual lei, se já indica anteriormente ser o poder moderador sobreconstitucional? O que se vê é que a lei é mais um instrumento modificável pra justificar a permanência no poder; mais uma característica de adequação do liberalismo as necessidades das elites locais no poder. Alencar, como advogado, bem sabe o que escreve.

Ao iniciar a nona carta, Alencar se apresenta como a voz da consciência do Imperador, o seu pensamento em forma sensível; uma intimidade que o desperta. O tom pressupõe uma intimidade que já teria sido conquistada com na sequencia das cartas. Faz uma apologia da aristocracia, tomando-a como “um elemento infalível e salutar no governo e na sociedade” (ALENCAR, 2009, p.95). Acredita que, sem este estímulo a “elevação a humanidade ficaria eternamente jungida à sua animalidade” (ALENCAR, 2009, p.95). Mas é preciso conter o poder da aristocracia. A monarquia deve tirar “a esse elemento o privilégio de casta, que o torna odioso e absurdo” (ALENCAR, 2009, p.95). Defende aqui a aristocracia burocrática, com vistas à defesa da monarquia constitucional, visto que o monarca a serviço das leis estaria limitado por esta aristocracia que determina tais leis, e essa aristocracia seriam os elementos do povo fazendo parte do legislativo.

Já é passado o tempo de D. Pedro I, que entendia dever seguir a constituição se esta estivesse a sua altura (querendo dizer; se estivesse conforme seu gosto pessoal). Os tempos são outros e o Imperador é uma peça do sistema político

escolhido pelas elites para a nação que se forma a partir da independência (CARVALHO, 2007). É preciso dar elementos legais para que o país se desenvolva e crie mais riqueza, com uma intervenção menor do Estado e, ao mesmo tempo, não se modifiquem as condições estáveis conquistadas pelas elites no poder. É o traço que caracteriza o período, uma postura liberal e ao mesmo tempo conservadora como modelo ideológico a ser construído. Um traço característico é o sistema de captação de intelectuais para os quadros da burocracia que, segundo Alencar, é uma necessidade. Explica ele que

A nossa aristocracia é burocrática: não que se componha somente de funcionários públicos; mas essa classe forma a sua base, à qual adere, por aliança ou dependência, toda a camada superior da sociedade brasileira.

Para o desenvolvimento espantoso que tem esse corpo oficial entre nós, não concorre, como pensam, o número dos empregos, mas sim a tendência absorvente da administração a par da falta de iniciativa particular (ALENCAR, 2009, p.96).

O Estado gera os empregos para absorver a oferta que cria com os cursos superiores; é preciso que se crie uma elite que vá administrar o país, é certo, mas tudo depende da ação do Estado. Alencar, em um feliz parágrafo, delineia suas pretensões políticas com um pedido que, elogiando anteriormente as gerações mais jovens e sua capacidade de adaptação a adversidade, sugere:

Volvi os olhos em torno, senhor, e procurai um homem superior que se tenha elevado do seio do povo, na robustez de suas crenças, na virgindade de sua inteligência, na amplitude enfim de sua personalidade!

Não o encontrareis, eu vos garanto. (ALENCAR, 2007, p. 97)

Quando sugere um novo nome, a sugestão já está feita. Mesmo acrescentando, no parágrafo seguinte, que não se conseguiria encontrar, a construção coloca o crítico como a escolha acertada para a resolução do problema. É um efeito da carta aberta: todos têm direito a uma opinião! A opinião “pública”, que tanta preocupação leva ao Imperador. E mesmo esta pode ser manipulada (se não o é...), visto que segundo sua crítica “a burocracia fabrica a opinião pública no Brasil [considerando que] os jornais, como tudo neste império, vivem da benevolência da administração”

(ALENCAR, 2009, p.96), com subvenções que lhe indicam o caminho dos editoriais.

A aristocracia tomada aqui por Alencar se refere ao que chama de melhores indivíduos escolhidos entre todos e o critério para a escolha seria o voto. A elite, portanto, é determinada pelo voto, pela democracia representativa, concordando com as propostas do liberalismo, com os trâmites que a lei determina, caçando e permitindo o exercício do voto para um grupo determinado, a quem é possível exercer “fração de soberania ativa reservada a cada individualidade” (ALENCAR, 2009, p.98) a partir de uma série de regras, estas, também determinadas por esta aristocracia burocrática.

Alencar sugere que o gabinete está dominado por esta burocracia. Apesar das escolhas dos ministros incidirem, em última instância, sobre o Imperador, qualquer que seja ela, “quaisquer que sejam os nomes por vós escolhidos, senhor, caracteres íntegros, vontades rígidas, o corpo oficial logo os absorve e amalgama (...) [pois só] vive, pensa e governa no Brasil o espírito burocrático” (ALENCAR, 2009, p.99). O parlamento impede que haja mudanças que não sejam de interesse das elites no poder; esta é a base da corrupção de que fala nosso missivista.

Na última carta desta série Alencar sugere que o cidadão comum espera do imperador atitude firme e severa frente ao estado de coisas que se apresenta. Há, segundo ele, uma necessidade de “restauração dos costumes e das leis” (ALENCAR, 2009, p.106). É papel de D. Pedro II comandar este movimento de centralização. “A flor do país se reunirá ao redor do trono. Esse há de ser vosso partido; o grande partido nacional da regeneração” (ALENCAR, 2009, p.107); é o movimento a que aludimos da tradição inventada, outro lugar no tempo em que sendo “o Brasil (...) menor há vinte anos; porém, estava então mais alto, porque na sumidade que domina o trono brilhavam os grandes nomes de nossa história” (ALENCAR, 2009, p.112). É ali que o modelo de monarquia parlamentar constitucional brasileiro cria um momento ilusório de estabilidade de cuja substância, segundo o missivista, devem sair os novos partidos políticos. É o período, demarcado nos vinte anos nos conduz a 1845, onde o partido conservador volta

novamente a direção do Estado. O apelo ao princípio moral fundador de uma nação que deve ser representado pela figura do imperador como seu protetor perpétuo define o modelo para os novos partidos que a partir daí seriam criados. Partidos que só poderão refletir, nesse caso, as direções dadas pelo trono. Não há, no discurso de Alencar, a existência de um lugar fora da ideologia.

3.3.2 AO POVO; AO REDATOR DO DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (ALENCAR, 2009, p.114-220)

Em junho de 1866 Alencar inicia outra série de cartas, agora endereçadas ao povo. Apesar de tratarmos do gênero “carta aberta” e sua função primordial seja a informação do “povo” (no caso, de um grupo relativamente grande), determinar assim o destinatário pressupõe que a série de cartas anteriores, endereçadas ao Imperador, formam um todo com o novo conjunto, em que Alencar se propõe a ser o elo entre o povo e o poder (GRANSCI, 1989). Como Alencar havia sugerido no conjunto anterior das cartas, o poder moderador – nas mãos do Imperador – seria o instrumento de representação do povo. Em suas palavras: “O poder moderador é o eu nacional, a consciência ilustrada do povo.” (ALENCAR, 2011, p.75) Então, é das obrigações e dos limites do poder moderador que tratamos.

A estratégia é a mesma. Inicia seu discurso profetizando o fim da força vital que sustenta a nação, afirmando que houve um tempo em que se poderia esperar do trono solução para, segundo Alencar, tamanha calamidade que vem afligindo o país. A guerra do Paraguai segue com quantidade enorme de baixas, e percebe-se a tristeza dos “chefes das famílias brasileiras (...) como pais que geram a prole para a desgraça” (ALENCAR, 2009, p.128). Os gastos com a guerra trazem “a miséria” para esse país de tantos recursos. “Rumores surdos, assomos de impaciência das classes inferiores, circulam a cidade. (...) tais ecos anunciam profundos ressentimentos do espírito público” (ALENCAR, 2009, p.128). Alencar acusa ao gabinete de indiferença frente à situação, contando com a conivência (passiva) do

trono, o que gera insatisfação por parte da população pelos rumos da guerra. O apelo direto a família aqui é muito representativo. Carlo Bússula (1997) lembra que a família - e o indivíduo pertencente a tal família - existem antes do Estado. E que a autoridade deste lhe é outorgada pela família e pelos indivíduos que a compõem. O vocábulo nação, ainda segundo Bússula, é derivação do latim “natio”, que entendemos por nascer. Refere-se a um conjunto das famílias – e suas lideranças – nascidas em determinada região, constituindo um grupo social de certa homogeneidade e que partilha de uma cultura, um domicílio, uma condição de pertencimento. Podemos observar mesmo em textos mais antigos, como em Aristóteles (1998), a afirmação de que o Estado é uma reunião de famílias. Daí, podemos estender o pensamento e considerar as bases legais (neste período) para um “pátrio poder”. O líder de uma família, com sua extensão a parentes, agregados e escravos, tem sua autoridade como senhor, depois a autoridade material que se apresenta também em relação a sua mulher e a procriação dos filhos e a acumulação de riqueza para o sustento do grupo ao qual é responsável. Chegando mais próximo, as relações entre Estado e Família, e seu pertencimento a terra, ao domicílio, e a busca pela liberdade podem ser relacionadas com as lutas dos barões na Idade Média com o rei João sem terra pelo reconhecimento de seus direitos, da liberdade e da aplicação da justiça. Aqui temos um contínuo processo histórico e político de superação e, no mesmo tempo, conservação dessa comunidade natural que culmina no Estado nacional como um resultado da vontade desta comunidade (CHAUÍ, 1997).

Da mesma forma que Alencar se dirigiu ao Imperador, comenta ele, agora se dirige ao povo, para que este se levante de sua letargia e por fim “acorde para defender o patrimônio sagrado de suas liberdades e gloriosas tradições” (ALENCAR, 2009, p.131). No momento, se define como um arauto que irá “falar ao povo brasileiro e proferir verdades que ele nunca ouviu, nem de seus ditadores, nem de seus tribunos” (ALENCAR, 2009, p.131). O interessante – devemos ressaltar - é que não há uma série de cartas endereçada “ao legislativo” ou mesmo “ao senado”. Tanto Hobbes, quanto Locke e Rousseau – cada qual a seu modo – defendiam a presença do parlamento. O movimento, em Alencar, parece passar do povo diretamente ao

imperador, deixando ao largo as instituições democráticas⁴⁰, como no absolutismo em que o trono justifica todas as suas ações despóticas justificada como: para o bem do povo, a revelia de uma constituição, abonando sua intenção como a de “renovar a aliança da realeza com a democracia. Quero restituir o monarca e o povo, um ao outro” (ALENCAR, 2009, p.131).

A primeira estratégia de Alencar é delimitar o que acredita ser o povo; “por povo entendo o corpo da nação sem distinção de classes, excluídos unicamente os representantes e depositários do poder” (ALENCAR, 2009, p.133). Apesar da distância que o vocabulário rebuscado constrói do povo, a fala é justificada. Os depositários do poder deixam de ser uma categoria do povo por estar distante diste, econômica e culturalmente distante, mas por que os representantes? Nas cartas ao imperador a camada de políticos (representantes) era a chaga que deveria ser extinta – pelo menos alguns, mas a atividade representativa não deve distinguir o político do povo, pelo menos é o que sustenta. No parágrafo seguinte toma o tom de parábola, anunciando que mesmo os de menor capacidade no seio do povo poderiam compreendê-lo:

Aos grandes como aos pequenos, falarei a linguagem que me deu a natureza; compreendam-me os capazes, pelo raciocínio; os ignorantes, pela intuição misteriosa, que em todos os tempos há inoculado a verdade no seio das massas.

Carecia dizer-vos estas coisas. (ALENCAR, 2009, p. 133)

Alencar se põe acima das instituições para anunciar que o povo, como no movimento de 1834 – e provavelmente através das verdades que este lhes dirá nas próximas cartas – é o agente da mudança do país corrompido. É bom lembrar o conteúdo ideológico que tais afirmações carregam.

As Ideologias surgem normalmente em períodos de crise, quando a visão do mundo dominante não consegue satisfazer novas e pressionantes necessidades sociais e pedem imperiosamente aos próprios seguidores uma transformação total da sociedade, ou um afastamento dela (BOBBIO,

40 Não trata aqui das habituais “visitas” que o Imperador recebia de seus súditos, pedindo empregos, pedindo vetos a algum projeto ou perdão de dívidas. O discurso de Alencar é intencional e bem planejado. Indica realmente uma crítica à intromissão de D. Pedro em determinados assuntos de responsabilidade do parlamento.

Alencar conclama o povo para que este busque, com sua força, pressionar as instituições e mesmo a monarquia, na figura de D. Pedro II, a fim de encontrar soluções para os problemas que apresenta nas cartas. A associação feita pelo primeiro conjunto (cartas ao Imperador) indica que “o povo” é também responsável, e o discurso lembra sua soberania frente a seus representantes. Como afirmamos anteriormente, uma das características da prosaística utilizada é a afirmação de que tudo depende de uma ordem interna, e Alencar constrói por via do discurso tal ordem. O impacto que isso tem é provavelmente grande! O espírito conciliador do brasileiro (CARVALHO, 2007) já começa a ser construído, junto com a estabilidade vinda depois do período regencial e o controle (para)militar das revoltas, tendo seu último suspiro na Revolta da Praia. Todos detidos, alguns assimilados, vários mortos e esquecidos; a centralização é uma meta, e esta segue o caminho ditado pela Corte no Rio de Janeiro.

Alencar não deixa sequer por um momento de fazer a associação da coroa com o povo, sendo ele a justificacão para o poder moderador: “devo à majestade popular a mesma franqueza que usei com a majestade imperial” (ALENCAR, 2009, p.134). Critica a condiçãõ da populaçãõ, que não recebe respeito por parte do Estado, afirmando que “o cidadão não vale na medida de seus direitos” (ALENCAR, 2009, p.135), o que é inaceitável para a teoria liberal clássica que vem da busca pela liberdade, Alencar afirma que só os que detêm algum poder econômico possuem direitos civis. A liberdade do povo não é respeitada. Fala da guerra que aparentemente deve continuar e da situaçãõ moral e econômica que esta constitui. O governo toma da liberdade do povo tomando-lhe “a substância da vida – o sangue; o fruto do trabalho – o suor” (ALENCAR, 2009, p.136). A política do recrutamento forçado da populaçãõ é o tema inicial, que leva o povo para “este abismo para sorver milhares de vidas e os recursos de talvez um século de existência” (ALENCAR, 2009, p.137). O povo aceitou “a guerra com dignidade, (...) mas no âmago da consciência nacional está latente a indignaçãõ” (ALENCAR, 2009, p.137). Alencar, nessa carta, explora as ideias do liberalismo clássico quando fala da relaçãõ do povo com o Estado. A busca da liberdade civil e política, os impostos

forçados para a manutenção da guerra, o direito a vida e a felicidade, tão caros à Bentham e Mill. Como é possível um recrutamento forçado e, como é possível que alguém – prática comum – possa mandar um escravo em seu lugar para salvar a pátria na qual o escravo não tem direito a cidadania?

O povo “cordato e brioso almejava, é certo, pela mudança de nossa política no Rio da Prata” (ALENCAR, 2009, p.137). Alencar sustenta que

a política de intervenção fora, sobretudo filantrópica: exprimia a caridade internacional de um povo por seus irmãos dilacerados (...) [que] o Brasil não precisa do território de seus vizinhos, pois o tem de sobra e ubérrimo; também não é essencial para seu bem-estar a paz e equilíbrio das repúblicas americanas. (ALENCAR, 2009, p.138).

É o momento da indignação; mas Alencar não chega admitir que concorda com a política da coroa para a manutenção do território, tanto com guerras internas como defendendo a fronteira sul do Brasil contra o inimigo externo. Apresenta, em favor deste último argumento, a ideia de que havia pendências em aberto com as Repúblicas do Prata, e que enfim a guerra poderia ser a solução. Mas tal guerra foi incentivada pelo governo brasileiro, sendo um de seus episódios a missão chefiada por José Antônio Saraiva em maio de 1864; o executivo, “sem ter obtido da assembleia geral, com os meios essenciais a aprovação legislativa” (ALENCAR, 2009, p.142), decide pela guerra e a população deve arcar com as consequências do ato, apelando para a honra da nação sacrificada. Alencar afirma que o legislativo não toma providências (exigi-las do executivo) para tentar evitar a continuidade da guerra, ocupando-se de discursos vazios de sentido “enquanto o país estorteja, deleitam-se na compostura de frases perluxas e nos guizos de suas ocas palavras” (ALENCAR, 2009, p.145). A falta de ação do Estado cria situações de constrangimento para o país, como os episódios da questão inglesa, que já anunciavam a falta de tato político da administração pública. De certo “a época infeliz que vamos atravessando não é realmente outra coisa senão um grande e longo desvario da razão pública” (ALENCAR, 2009, p.146), a quem Alencar culpa enfim a ascensão da liga progressista então no governo.

A guerra que sustentamos é desde sua origem um tecido de incongruências

e desacertos. Só há em toda ela de nobre, digno e consolador, a intrepidez de nossos marinheiros e soldados. Virtude espontânea do homem e do povo produziu-se independente do governo, e apesar dos esforços adrede empregados para abafá-la. (ALENCAR, 2009, p. 146).

A administração da guerra, para Alencar, leva a inúmeros problemas. Como a falta de uma resposta de força as humilhações sofridas pelo país, as frentes de batalha que enquanto lutam em uma fronteira

deixam o governo ao desamparo e franca aos paraguaios outra e importante fronteira, abandonando assim criminosamente Mato Grosso à ruína e assolação. (...) [Depois da] rendição de Uruguaiana que fizemos ainda para desafronta da dignidade nacional agravada? (ALENCAR, 2009, p.149).

A lenta marcha do exército às margens do Paraná dá tempo às tropas inimigas de abandonarem o local, onde permanecem os aliados. Aos jornais eram enviadas notícias de batalha para, segundo Alencar, acalantar a impaciência pública sobre os seus. Quando enfim se alcança o campo paraguaio,

avancamos apenas duas léguas em território inimigo e estacamos. Invasor, queda-se o grande exército à sombra da esquadra e não avança um passo. Criou raízes ali nos charcos pestíferos, que envenenam diariamente nossos bravos soldados (ALENCAR, 2009, p.152).

Falta comando às tropas, de terra e mar, o que acarreta maiores perdas humanas e econômicas. Alencar critica o tratado da tríplice aliança e o comando das tropas brasileiras por militares argentinos, sob as ordens do presidente Mitre, e a falta de empenho para a “punição dos desacatos feitos à nacionalidade brasileira” (ALENCAR, 2009, p.155), chegando mesmo a acusar o estado de fechar os olhos frente aos assassinatos perpetrados no acampamento contra os soldados brasileiros, e não exigiam a pronta e severa punição do crime com receio de estremecer a aliança. É bom lembrar que um dos traços do conservadorismo é o nacionalismo. Um nacionalismo que tem, em certa medida, ligação com a democracia.

Falando da liberdade de pensamento,

(...) é forçoso que o Brasil mantenha seu nome de nação culta e de segunda grande potência da América. (...) [porém] a poderosa liberdade do pensamento, garantida pela constituição brasileira, a voz solene e vibrante do povo, não é de nosso país. A imprensa e a tribuna existem entre nós por mera complacência (ALENCAR, 2009, p.158).

A censura é constante em publicações desde a imprensa régia, única instalada no país quando da vinda da Família Real, mas com D. Pedro II isso se abreviou muito, a ponto do republicanismo ser discutido publicamente em clubes e jornais. O problema, segundo ele, é a incapacidade do povo em compreender os problemas, visto que “a população jaz na indolência, ou está ainda em geral submergida na ignorância, o pensamento não pode livremente circular. Por maior força que o revista, ele não penetra jamais a flácida superfície da indiferença” (ALENCAR, 2009, p.159), o que faz com que não seja possível uma transformação das condições sociais. Alencar cumpre seu papel de intelectual, como nos mostra Gramsci, enquanto busca incentivar o debate político para elevar intelectual e moralmente camadas cada vez mais amplas da população, ou seja, para dar personalidade a massa. Mas o que se tem, quando da posição completamente externa que Alencar toma frente à população, ele nega uma práxis transformadora desta e acaba por atualizar a ideologia. Quando critica o parlamento, por exemplo em,

Quanta influência tem no país a aluvião de palavras, que diariamente se despenha da tribuna parlamentar ou se espraia na imprensa?

Que peso exercem no espírito público as lições da sabedoria e experiência do conselho dos anciãos, ou a palavra magistral e ungida pela sinceridade, de um venerável Itaboraí ou de um provector Pimenta Bueno? (ALENCAR, 2009, p. 159)

A alusão aos parlamentares que defendem os direitos do povo não visa uma transformação, mas apenas uma mudança no grupo da elite que está no poder. Visto que – no caso – tais direitos são concessões. Não há uma discussão com a população sobre suas necessidades, há - como pudemos notar - a resolução de problemas com vistas aos interesses das elites como, por exemplo, no caso do fim do tráfico de escravos e a abolição que só vem a acontecer quando as elites diretamente ligadas ao problema o permitem. Ainda se vê traços de preconceitos herdados de uma aristocracia portuguesa no texto, como uma não valorização do

trabalho que não seja intelectual, como quando adverte ser necessário que o Brasil mantenha-se frente aos problemas da guerra como um país civilizado “ou então se reduza a uma terra de mercadores” (ALENCAR, 2009, p.152).

Alencar adverte ainda que “o governo descansa, pois, tranquilo a este respeito [da liberdade de pensamento]; imprensa e tribuna são inocentes folguedos para o nosso povo menino. Brincando esse jogo de liberdade” (ALENCAR, 2009, p.160) que leva somente a um vazio de ações. Ilustra seu argumento dizendo que a França e – querendo imita-la, a Prússia brevemente – concede aos súditos o voto universal. Para o autor, o voto universal “é uma teteia política semelhante à nossa imprensa livre” (ALENCAR, 2009, p.160). O autor defende o modelo de restrições – censitário, no caso – para o sufrágio; o que é mais um índice de que o “povo” a quem Erasmo dirige suas cartas é restrito, e que a liberdade não é para todos. E ele mesmo justifica, afirmando que se for da vontade dos “dominadores” qualquer atitude – ou projeto de revolta – que saia do povo poderia ser controlada; mesmo ele:

Um exemplo. Estas cartas parecem a alguns dos nossos senhores, inconvenientes, a outros extravagantes. Nenhum deles, porém, afianço, ousará contestá-las. E para quê? Basta-lhes soprar na dócil consciência dos satélites; e em breve um sussurro se derrama pela cidade. Esse sussurro não diz, mas infiltra, de uma banda, que estou fazendo a propaganda do absolutismo; da outra, que provoco o povo à revolução. (ALENCAR, 2009, 160)

E confirma a seguir, em outro parágrafo, sua afirmação, mostrando que seu texto não tem tanta infiltração como a ideologia reinante:

A verdade, porém, é que tais infiltrações subterrâneas da aleivosia no espírito pensante do país são mais poderosas que a palavra enérgica do escritor atirada às turbas. A chama desta se apaga caindo de arremesso no chão; a faísca da outra vai se propagando, sempre e surdamente. O povo lê pouco, mas escuta muito o que se diz em voz submissa (ALENCAR, 2009, p.161).

Em suma: segundo Alencar, é preciso ofertar uma educação para o povo, de forma que este tenha maior consciência de seu papel, o que é um traço liberal, e ao mesmo tempo sugere que no decorrer do processo, o povo seja tutelado enquanto não alcança uma maturidade intelectual e política, uma proposta decididamente

conservadora. Alencar afirma que o povo teve sua história recente marcada pela revolução e pela opinião. Em todos os movimentos revolucionários teve de arcar com consequências que restringiriam sua liberdade. Em 1824, a revolta de Pernambuco foi logo contida. Como consequência, D. Pedro I com sua constituição liberal, profana a liberdade prometida e cria as juntas militares. Em 1831, com a revolução na Corte, o povo triunfa sem um combate armado, e aderiu ao jovem imperador. Em 1837 o país sucumbe à anarquia que o partido liberal - então no poder - não consegue conter, sendo salva a nação – segundo ele - pelo partido conservador. Em 1840, a revolução imperial, e o partido que a promove logo se vê retirado do poder. Levantando-se Minas e São Paulo em favor do partido Liberal, logo foram vencidos e “das cinzas da revolta nasceram todas as leis homicidas da liberdade, que hoje nos parecem opressivas e naquele tempo foram salvadoras” (ALENCAR, 2009, p.163). Em 1842 a liberdade começa a declinar, vindo seu fim próximo em 1848. A liberdade é uma ilusão, “sagaz é a oligarquia que domina o país [porque consegue] manter o povo na doce ilusão de que é livre” (ALENCAR, 2009, p.165), e assim sustenta uma política de dominação opressiva e constante. Ao povo falta a consciência, que gera a opinião.

Alencar relata o episódio das tropas inglesas na guerra da Criméia e a presença de um repórter do jornal “Times” no acampamento. Sua presença, por um momento censurada, depois foi aceita como forma de ligação entre a opinião pública e o comando da guerra, o que por fim salvaria a honra da Inglaterra na batalha, com o relato fiel do que via em seu cotidiano no campo de batalha. Mas no Brasil a crítica não é assim. Aquele que ousa levantar “a voz para arguir os erros deploráveis cometidos em uma guerra infanta é logo coberto com o baldão e o insulto! Seja banido da pátria esse réprobo político (...)” (ALENCAR, 2009, p.170), desacreditada sua ação. Para que não sejam criados embaraços ao governo, sustenta, “não se deve preferir uma palavra ou balbuciar um receio [sobre a administração da guerra]. (...) Esta heresia se escreveu na imprensa de um Estado livre; ecoou em uma tribuna que ainda chamam parlamento” (ALENCAR, 2009, p.171) funcionando como uma política de Estado que tenta manter a consciência do povo distante dos acontecimentos. É o tão conhecido medo da revolta popular que assombra as elites desde antes da independência, e também para encobrir

o esbanjamento dos dinheiros públicos, a dissipação das forças do Estado, o atropelo erigido em atividade, a inércia com foros de prudência, [chegando a tanto descaso que] depois de um esbanjamento louco dos dinheiros públicos, não ter canhões para bombardear o inimigo; e a ele (...) não faltam armas aperfeiçoadas, de longo alcance (ALENCAR, 2009, p.177).

É tal a quantidade de erros observados que causam extremo desânimo ao país. O atual gabinete⁴¹ é um dos responsáveis – senão o maior – devido “a incoerência levada à infantilidade, as contradições incessantes, a negação eterna de si mesmo” (ALENCAR, 2009, p.186) enquanto um grupo coeso, causado por intrigas e desafetos novos e antigos entre seus membros, a falta de certo cuidado para tratar com as possíveis reações aos acontecimentos. Não deixa de criticar D. Pedro II novamente por não tomar providências para que tais conflitos internos e do gabinete com a câmara dos deputados tenham um fim, e o porquê disso tudo, que “é um assunto digno da séria meditação do povo” (ALENCAR, 2009, p.188). A administração da guerra foi deixada nas mãos de seus agentes, enquanto o gabinete diz ter nestes a sua confiança; tal o é que se permitem deixar-lhes livres para desenvolver suas táticas militares, confirmam os ministros. Estes últimos estariam mais preocupados – segundo Alencar – em defender tais atitudes frente aos parlamentares. Sentindo-se esgotado, desabafa, em tom incrédulo: “Só no Brasil...” (a interjeição fará história!):

Só no Brasil... Escapou-me a palavra... Só nesta época desgraçada em que o Brasil desapareceu para deixar o lugar ao império da alucinação e desatino, só durante esta síncope da razão social, torna-se possível a existência de semelhantes desvarios, e a jactância de os haver praticado! (ALENCAR, 2009, p. 194)

Desvarios permitidos senão pela coroa e pela passividade do povo. “O governo não quer saber do que se passa, nem faz a mínima exigência! Delegou sua razão, seu dever, seu pundonor no árbitro supremo da Tríplice Aliança” (ALENCAR, 2009, p.196) a quem o tesouro brasileiro auxiliou até na compra de armamentos.

D. Pedro II se guiaria pela opinião pública; medida na publicitação dos atos do governo pelos jornais. E os jornais da Corte, nos garante Alencar, já estão todos nas

41 Presidido pelo Marquês de Olinda. Dura de 12/05/1865 a 03/08/1866.

mãos do ministério; os partidos conservador e liberal a muito não detêm espaços nessas mídias. Mas o imperador “reconhece e sente mais no íntimo a crise perigosa que oprime o país” (ALENCAR, 2009, p.201), mas é tolerante com o executivo em sua forma de administrar a coisa pública, mesmo por que veria uma dificuldade de montar outro gabinete no conturbado período que se atravessa, onde o partido conservador se recolhe, segundo ele, ao silêncio e ao repouso.

Na nona carta, Alencar anuncia por fim a dissolução do gabinete de 12 de maio, e a subida de Zacarias de Góis, vinculado à liga progressista, em 02 de agosto. O que resultaria em nenhuma mudança significativa na condução da política do Estado, e confirmaria a “completa identificação da coroa com a política vigente” (ALENCAR, 2009, p.210). Volta ao gabinete Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que teve desentendimentos anteriormente com Caxias sobre a condução da guerra e que aprovara - também como ministro da guerra – o tratado da Tríplice Aliança, e “os outros escolhidos entre os mais dedicados aderentes da política progressista; presidente ou chefes da maioria” (ALENCAR, 2009, p.213), sob a forma de uma grande conciliação. Zacarias, então liderando o gabinete em 1864 que dá o “ultimatum de 4 de agosto” (ALENCAR, 2009, p.218), iniciando - por assim dizer - os trabalhos na guerra do Paraguai; é justo estar ele ali, para dar-se um fim a guerra, sugere. Alencar conclui essa série de cartas a 06 de agosto, afirmando que acredita no fim da passividade do povo brasileiro, e que se afastará por algum tempo para ver os resultados conseguidos pelo atual gabinete. Mas não muito tempo...

Um aparte é necessário para o comentário a carta endereçada “Ao Redator do Diário do Rio de Janeiro” (ALENCAR, 2009, p.114-123), única, datada de 12 de janeiro de 1866. A resposta de Alencar a crítica sobre suas preferências pelo absolutismo. É uma carta breve, na qual não nos deteremos.

Alencar – depois de um breve alento, sempre educado – indica o teor da conversa com seu sempre generoso adversário, o redator do Diário”; adversário, pois no momento se encontram em posições opostas e como os ponteiros de um relógio apontam suas ideias em direções diferentes.

Alencar escreve ao redator em resposta a uma crítica que recebe - enquanto Erasmo - pelo conteúdo das cartas. Acusado de fomentador do absolutismo vai a público em defesa própria. Indica, com seu estilo característico, ter sido vítima de acusações como:

Sou nada menos do que - << o crocodilo feroz do despotismo, disputando a admiração dos poucos crédulos que ainda restam e os tênues almejos do magnânimo coração do rei insone...>> A reticência não é minha; sim do indignado escritor que some-se por ela e logo após surge para mandar-me literalmente ao diabo sob a conduta de Erasmo (ALENCAR, 2009, p. 116).

É a antiga história do feitiço contra o feiticeiro. Alencar se expõe publicamente mas, como já pudemos perceber, até mesmo pela análise de sua curta biografia, não admite críticas a seu trabalho. Mantém-se distante, em uma posição decididamente superior aos outros (decidida por ele), mesmo em se tratando de seus iguais. Tenta, ao longo da carta, melhorar sua situação, admitindo que:

Estes ecos da imprensa, partidos de vários pontos e condensados aos surdos rumores que burburinham nos círculos da Corte, são indícios de uma crise salutar. Anunciam eles que a pena de Erasmo não fez a autópsia de um cadáver; operou sobre corpo vivo e robusto, onde são prontas as reações (ALENCAR, 2009, p.116).

Admite que o absolutismo esteja presente, mas vindo das elites no poder e em seus mecanismos de comunicação, como a imprensa. E talvez certa complacência de D. Pedro II com a situação, quando afirma que:

O absolutismo?... Quem não o vê? Não convive ele conosco?
Onde a minoria subjuga a maioria, aí está a tirania; seja de um, seja de muitos. Repimpado nas poltronas ministeriais, espreguiçando-se nos sofás da assembleia, pedante nas repartições públicas, risonho e sedutor na imprensa, empertigado nos fardões, mostra-se em toda a parte esse Proteu da nossa política (ALENCAR, 2009, p. 118/119)

Afirma que em resposta a acusação, releu o conteúdo de suas cartas e não encontra motivos ali para tal. O que apenas admite é que:

Quero a constituição como foi escrita, não como a aleijaram. Na constituição aparecem bem distintos os três princípios cardeais da monarquia representativa; a Coroa, o povo e o elemento intermédio ou misto, que, em falta de melhor termo, chamo aristocrático (ALENCAR, 2009, p.120).

Afirmando que de sua postura crítica visa os povos livres. Infelizmente, a crítica só pôde ser feita (ou admitida) de um dos lados. De qualquer forma, como já vínhamos demonstrando no decurso das cartas, algumas similaridades do texto de Alencar com as ideias de Hobbes podem fazer com que o Redator do Diário não perca de todo sua razão. É visível, mesmo para os contemporâneos, que Alencar toma o partido de uma intervenção forte do Imperador em detrimento dos direitos e da liberdade da maior parte da nação.

3.3.3 AO MARQUÊS DE OLINDA; AO VISCONDE DE ITABORAHY (ALENCAR, 2009, p.223-254)

A carta endereçada ao Marquês de Olinda (ALENCAR, 2009, p.243-254), então presidente do conselho e ministro dos negócios do Império, inicia com a objetiva epígrafe: “vou te interrogar e tu me instruirás”⁴² (ALENCAR, 2009, p.243), e se dirige ao marquês com toda a reverência que o romantismo da última fase lhe permite. Olinda teve participação no processo de independência, havia sido regente e ministro. Era uma figura respeitável no cenário político brasileiro. Formado em Coimbra, fazia parte de um grupo ao qual Alencar acreditava estar tempo demais no

42 Não pudemos deixar de notar o erro, indicado pelo revisor, da epígrafe. Pois bem... A epígrafe, em latim, refere ao livro de Jó 33-3 como “Cinge, como um valente, os teus lombos, vou te interrogar e tu me instruirás”. O revisor, prontamente, corrige a referência, que está na verdade em Jó 38-3. Mas, se entendermos a epígrafe como mais uma das armadilhas de Alencar, a referência dada por ele (incorreta, no caso) mostra, em Jó 33-3, uma resposta ao versículo anterior ou mesmo um indicativo para a continuidade da leitura da epígrafe, onde se vê: “As minhas razões sairão da sinceridade do meu coração, e a pura ciência dos meus lábios”. Que é o apregoado pelo missivista desde as primeiras cartas ao Imperador. Ele, como o arauto da verdade. Mas, se quisermos acreditar no radicalismo e perversidade do Alencar, seguiremos até Jó 33-33, onde se lê: “... escuta-me tu; cala-te, e ensinar-te-ei a sabedoria”. Para Alencar, filho de um padre e extremamente conservador, é possível entender o jogo de relações com os versículos como um índice para o início de uma crítica ferrenha ao Marquês. É interessante lembrar, sem pretender se estender em tal ponto (que não cabe aqui, devido as limitações do trabalho), nas observações de Chartier (1999) sobre o texto como forma literária e sua impressão; todo o processo que acompanha o texto até alcançar o seu suporte, as intervenções de tipografia, gráfica, editores e mesmo erros que afetam o texto. A recepção é, sempre, algo que deve ser observado junto a uma crítica do texto, e não como um simples derivado deste !

poder. Compara seu trabalho com o de Vasconcelos, José Clemente e Paraná; invoca Evaristo, Feijó e Vergueiro, tecendo uma trama de modelos ideais na qual tentará capturar Olinda. Se apresenta ao Marquês afirmando que seu “empenho sincero tem sido reparar os estragos do tempo” (ALENCAR, 2009, p.244), buscando e indicando caminhos para a administração pública como em uma espécie de jornalismo crítico e investigativo. Compara o político, em sua astúcia, a Luiz XVIII de França, novamente consolidando o modelo europeu como marco de uma civilização “mais avançada” cultural e politicamente, mas também aludindo ao seu longo tempo de permanência nos grupos então no poder. E esta permanência Alencar sugere que é devida a capacidade de adequação que possui o Marquês, acompanhando a maré dos fatos e acomodando-os às suas necessidades - como em decisões polêmicas como na partida de D. Pedro II para Uruguai, ou sobre a deposição do gabinete. O tato político que teria o Marquês lhe permite sempre estar em consonância com a opinião pública, pelo menos com a parte elogiosa da opinião.

Com certo tom de gracejo, Alencar brinca com a idade avançada do Marquês e sugere que ele escreva uma biografia. Biografia que estaria rica de assuntos e informações políticas, já que – falando com uma ponta de sarcasmo conservador sobre a mobilidade partidária no período – o Marquês “havendo pertencido a todos os partidos, modernos e antigos a datar da constituinte, vossa autobiografia deve ser um tesouro inexaurível de lição e conselho” (ALENCAR, 2009, p.247). E qualquer político, continua, encontrará “nesse novo evangelho político um tema, um exemplo, uma epígrafe, para adornar sua doutrina” (ALENCAR, 2009, p.248). Mas Olinda apesar da idade continua firme no poder, aparentemente não querendo abrir mão disto, como muito bem nos sugere Alencar: “para vós, porém, não chegou ainda o tempo das memórias; estais com as mãos na obra” (ALENCAR, 2009, p.248); em todas as obras em que consegue esgueirar suas mãos, era o que queria dizer. Mesmo quando os resultados não lhe são promissores, como em 1851 com o episódio do Prata.

Em 1857, alude, o partido conservador começa a perder força, apesar da presença de lideranças importantes que poderiam seguir com uma administração competente. Tendo homens, como o dissera, “de talhe para a empresa, uns pela ilustração,

outros pela popularidade: Itaboraí, Uruguai, Eusébio, Caxias, Pimenta Bueno” (ALENCAR, 2009, p.249), não consegue encontrar um norte com algum destes e ao longo de alguns anos o partido perde sua força de combate.

Olinda foi presidente do conselho de ministros, e ministro em diversas pastas e diferentes gabinetes. Seu nome, nos conta, enche o livro do Segundo reinado; “rara é a página em que não figure ele no alto. Estreastes regente; era natural que acabásseis vice-rei⁴³” (ALENCAR, 2009, p.249). Mas o país sofre por demais neste momento, e o Marquês é o signo (senão o culpado) dessa administração equivocada, incompetente, oriunda de uma oligarquia irresponsável que lança o país na “corrupção infrene, o descrédito público, a ruína das finanças, o aniquilamento da indústria e, finalmente, a guerra ladeada a uma pela vergonha e pela miséria!” (ALENCAR, 2009, p.250). A pátria exige um esclarecimento, que Olinda ponha a mão na consciência e admita – na impossibilidade de corrigi-los – seus erros, a quem lhe creditou à administração. O país sofre e Olinda dorme “à sesta e consente que os convivas de teu banquete tripudiem sobre meu corpo exânime?” (ALENCAR, 2009, p.252). Não, a pátria exige sua salvação! E o instrumento para tanto é “o mesmo que serviu em 1837, aí jaz atirado ao pó e desdenhado. É o grande Partido Conservador, numeroso até na imobilidade, forte ainda no abandono.” (ALENCAR, 2009, p.252) Olinda deve indicar ao monarca um novo gabinete constituído pelo partido conservador. Alencar acena para a permanência de grupos no poder, mesmo com a mudança de gabinetes e vertentes políticas, onde lideranças transitam pelos dois lados - conservador e liberal – e adaptam suas ideias as correntes de pensamento vigentes em cada momento.

Na sequência das cartas (ALENCAR, 2009, p.223-239), outro destinatário ilustre tem a sua vez: O Visconde de Itaboraí - carta de Erasmo sobre a crise financeira. Homem probo, política e civilmente, “um dos poucos contra quem não se atreveu ainda a maledicência” (ALENCAR, 2009, p.223). Esse fiel monarquista esteve por um breve período distante da militância na reorganização de partidos e gabinetes quando do período da liga, para retornar logo em seguida, fortalecido pelos descaminhos da administração, em uma defesa da instituição imperial e dos

43 O último vice-rei do Brasil foi o Conde dos Arcos, em 1808. O título impõe certo respeito, mas é evidente que Alencar o toma em um tom jocoso.

destinos do país em discursos inflamados no Senado junto à outros conservadores.

Itaborahy começa a carreira política no partido liberal e também como jornalista. Assume o ministério da marinha e em 1837 se transfere para o partido conservador. Foi deputado geral e presidente do Banco do Brasil, causa pela qual a, segundo Alencar, assustadora perspectiva econômica do país, leva o missivista - cheio de elogios - à pessoa do Visconde, pedir conselhos a este sobre os rumos que a administração pública deveria seguir, admitindo não ter a necessária ciência para o assunto, nem sequer pretende “ao título de discípulo da escola que vos reconhece por mestre” (ALENCAR, 2009, p.225), mas se propõe a analisar o momento de crise, iniciando pelos problemas com o crédito. As duas espécies de crédito, indicadas pelo analista, são o mercantil e o predial. Os dois estão como que envolvidos um no outro, como uma sustentação de garantia mútua a que os bancos se remetem no sistema implantado no Brasil. E as transações financeiras “se prendem por filamentos mais ou menos longos e tortuosos à lavoura” (ALENCAR, 2009, p.227), base da economia no momento. O investimento hipotecário afugenta os capitais particulares, visto que o comércio e a indústria inspiram maior confiança, considerados seguros e lucrativos por uma maioria. Com a deficiência do crédito predial, atrelado a lavoura, o comércio vai a seu auxílio, na tentativa de achar certo equilíbrio, que não acontece devido as diferenças próprias de cada modalidade⁴⁴.

O problema de conseguir crédito para as lavouras, comenta, é comum em vários países do mundo e não seria diferente no Brasil, mas a solução para nosso país, determinada pelo governo associado ao Banco do Brasil é a de extravasar os limites da emissão bancária, o que acarreta financiamentos impossíveis de serem tolerados pela grande maioria dos que dele necessitam. A recente implantação do sistema de crédito cede lugar a problemas de imperícia financeira e, junto a isso, certos abusos praticados por integrantes da associação comercial constroem, com a imobilização de grande soma de capitais, um caminho para a derrocada do sistema. Ao mesmo tempo a lavoura também atravessa uma crise, com a escassez de mão de obra e a introdução de técnicas dispendiosas, acrescidas da carestia de gêneros e das

44 Alencar usa de seu conhecimento como advogado especializado em direito administrativo e comercial para equilibrar a narrativa com os argumentos da economia e administração públicas.

últimas más colheitas. Também o fato de estarmos em período de guerra acarretou dois fenômenos preocupantes, o “escoamento dos depósitos bancários para o tesouro [e também a] monetização do papel bancário, como um meio sub-reptício de fornecer recursos ao governo” (ALENCAR, 2009, p.230), criando o que chamou de uma moeda simbólica, não tendo reservas que os garantam.

Anunciado esse quadro desolador (aqui simplificado), Alencar questiona o Visconde sobre qual seria o remédio, visto que a crise se alastrara por todo o sistema financeiro? Alencar responde afirmando ser necessária a separação do crédito agrícola do mercantil, chegando a sugerir à fundação de um banco agrícola brasileiro que aliviaria o Banco do Brasil de garantir suporte a avultada dívida agrícola, a impontualidade do agricultor no pagamento de suas dívidas, resultado da imprevisibilidade do sistema de colheitas e a constante oscilação no valor da propriedade rural. A proposta de Alencar indica a emissão pelo governo de apólices para o banco agrícola, transformando o agricultor – ou seu qualquer portador – em acionista. Algo como uma auto gerência do sistema, em que uma hipoteca de terras garantiria o saldo devedor. Proposta avançada para a época; aqui mais uma vez podemos observar a distorção que se deu no Brasil para as propostas de implantação de uma política liberal, tendo o Estado que se tornar distante das soluções econômicas, mas ao mesmo tempo garantindo um lucro fácil para uma aristocracia. É o que vê aqui, onde a grande propriedade foi formada pelo sistema de distribuição de sesmarias e seus proprietários, como os da antiga colônia, só querem explorar sem ter que arcar com quaisquer dívidas ou prejuízos. Mas Alencar condena-os, afirmando que “a lavoura não pode esquivar-se a garantir o Estado quando este contrai grandes compromissos para auxiliá-la” (ALENCAR, 2009, p.235). Os tempos são outros; mas será que são de verdade? O governo, durante a mudança proposta, também deve arcar com o prejuízo dos títulos sem valor que emitiu, sendo alguns de empréstimos que ele mesmo cedeu. No fim, o prejuízo é sempre grande. Alencar sustenta uma regulação do mercado provavelmente influenciado pelas ideias de Adam Smith, em que o mercado consegue trabalhar melhor sem uma interferência direta do Estado (KENNY, 1998). Smith, então muito em voga nos meios acadêmicos, mas para Alencar manter a crítica lhe falta alguma experiência como financista para o tratamento de assuntos tão específicos, o que pode ter sido interpretado como arrogância de jornalista. Da carta, fica a opção por

uma estrutura administrativa baseada nas ideias liberais, de fomento a livre empresa, crédito bancário em uma tentativa de diminuir a intervenção contínua do Estado na economia, segundo ele até então necessária. O que fica para a história política é a questão: com a pressão para ao fim efetivo do tráfico de escravos e a implementação da mão de obra assalariada – qualquer que fosse esta, imigrante ou não, europeia ou não – em todo o país, quem arcará com o custo final disso tudo: o Estado ou as elites então no poder ?

3.3.4 NOVAS CARTAS AO IMPERADOR (ALENCAR, 2009, p.257-389)

A última série de cartas, datadas de junho de 1867 e endereçadas novamente ao Imperador, tem uma intenção bem menos louvável – em um comentário de Tâmis Parron (2008) - que é a defesa da escravidão negra no Brasil, além de retomar temas como a guerra e a política no país. O exame do texto nos auxiliará nas afirmações. É bem verdade que na fala do trono de 1867 (cerimônia que abre os trabalhos no parlamento) D. Pedro II teria mostrado disposição em resolver o problema do elemento servil; problema que se arrasta na necessidade de uma solução já com seu pai, assegurando o fim do tráfico como uma das condições para o apoio da Inglaterra a independência do Brasil. O imperador, também se sentindo pressionado por uma elite intelectual europeia que via na escravidão (neste momento, depois da guerra de secessão, talvez não antes...) um insulto ao modelo de civilidade que pretendia o Brasil como uma nação moderna, alguns destes intelectuais e artistas são muito caros à D. Pedro II, como no caso de Victor Hugo. A proposta seria resolver gradativamente, sem ferir os interesses daqueles que, ainda atrelados às culturas de exportação, necessitavam de braços para o trabalho, atentos a condição de que a imigração europeia ainda não era um fato substancial. Bosi comenta que:

Algumas atitudes políticas de D. Pedro II pareciam indicar que, embora hesitantemente, ele passou do polo nacional-conservador para o polo nacional-reformista, guiado pelo religioso respeito que lhe inspiravam as culturas inglesa e francesa (BOSI, 2003, p. 239)

Resta saber em que ponto da estrada D. Pedro II teria pegado o bonde reformista e até onde este poderia levar-lhe. O declínio da monarquia, o que sugerem alguns comentadores como Boris Fausto (2001) e Faoro (2004), já está batendo nos portões de São Cristóvão. Alencar, como bom conservador que é, defende os interesses – mesmo que não textualmente – da oligarquia agrícola escravista que sustentava o país (leia-se, o império) com sua produção para exportação. Alencar antevê em seu texto as mudanças sugeridas pelos novos tempos em que o “novo liberalismo” – termo de Joaquim Nabuco, com quem Alencar travaria discussões inflamadas - vai tomando conta do parlamento, e a proposta de renovação da mão de obra por colonos europeus já estava em debate, apesar de ainda não termos as campanhas abolicionistas. Mas, em sua opinião, tais mudanças – que aconteceriam inevitavelmente - precisam ser combatidas no momento, visto que uma mudança drástica poderia trazer prejuízos para as colheitas devido à falta de trabalhadores. É o ideal conservador que deve ser salvo. A proposta das cartas, enquanto veículo de divulgação ideológico, é esta: chegar o mais longe possível e alcançar a quantos pudessem com as ideias conservadoras.

É pontual que coloquemos – diga-se assim - uma questão ante a defesa do trabalho escravo por Alencar, e também uma resposta à interferência direta da coroa no assunto já que estaríamos sob a vigência de uma monarquia constitucional parlamentarista. A posição de Alencar é criticada no período como ideia já superada. Tavares Bastos é um exemplo; já aludia às melhorias na produção advindas do trabalho assalariado que tão bem estava no período, se adaptando e trazendo frutos, principalmente no Nordeste, com peculiar atenção ao Ceará, a terra do Deputado Alencar (BOSI, 2003). É um sinal de que o missivista estava mais preocupado com a corte do que com suas bases, ou desconhecia deliberadamente esses dados?

A escravidão é um ponto complexo, visto que a instituição, desde a colônia, permeia praticamente todas as outras instituições. De maneira geral, observamos que:

(...) toda pessoa com algum recurso possuía um ou mais escravos. O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos. Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos. A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos

da sociedade: a sociedade colonial era escravista de alto a baixo (CARVALHO, 2002, p.20).

Alencar tem uma posição particular sobre a escravidão. Quer acabar com ela, mas de forma lenta e segura, sem arroubos libertários que pudessem trazer prejuízos ao Brasil. Parece, em alguns momentos, um produtor rural paulista preocupado com seu lucro; em outros, um tecnocrata arrecadador de impostos. Nas novas cartas políticas Alencar já não se apresenta - podemos dizer assim - ao Imperador. Ele, de certa forma, já teria conquistado o seu ouvinte e tomado sua atenção. Sua opinião já consegue certo respeito dos leitores, enxergando-o não apenas como um artista, um escritor de romances (como fazia o Cotegipe), mas como um político combativo, com capacidade de influenciar um grupo importante através da imprensa. É aqui que podemos observar de maneira mais integrada as propostas liberais sendo mescladas ao conservadorismo, na defesa da escravidão.

Alencar, nesse novo conjunto de cartas, pôde usar em suas críticas de uma “linguagem [que] será minimamente severa” (ALENCAR, 2009, p.259), e que ele mesmo admite ser talvez, imprópria para um súdito que se dirige ao soberano.

A primeira das cartas trata da ameaça de abdicação de D. Pedro II. O episódio se dá devido à proposta de uma negociação de paz com Lopes, considerada interessante até por Caxias, dando fim a longa guerra. O imperador discorda. Uma crise que abala “não já a cidade, mas o império”. O texto de Alencar é brilhante:

Será real que vossos lábios selados sempre pela reserva e prudência se abriram para soltar a palavra fatal? É possível que súbita alucinação desvaire a tal ponto um espírito sólido e reto?
Não creio, não posso, não devo crer.

Recebendo a nova incrível, a população ficou atônita. (ALENCAR, 2011, p.257-258)

A expressão “palavra fatal” não determina se o missivista está falando da proposta da abdicação ou de seu posicionamento contra uma negociação de paz com Solano Lopes. E continua com “(...) a população ficou atônita. (...) O espanto lhe embarga a fala” (ALENCAR, 2009, p.258). Somente quando vem aludir posteriormente a D. Pedro I que cita a palavra: abdicação.

Rara vez, e só em circunstâncias muito especiais, pode a abdicação tornar-se um ato de civismo admirável. D. Pedro I , vosso augusto pai, logrou um lance destes, que o consagrou herói da paz e da liberdade.

Sua missão estava concluída, havia fundado a monarquia brasileira, e criado um povo. (ALENCAR, 2009, p.258)

Apesar do elogio, D. Pedro I é português, e figura inaceitável com suas ideias absolutistas na nação que surge. E o povo que D. Pedro I cria é uma aristocracia local que tenta desvincular-se de Portugal.

D. Pedro I era “um obstáculo, uma anomalia. A mais veemente das paixões populares, o patriotismo, sublevou-se contra o princípio estrangeiro encarnado na sua pessoa. O Sr. Pedro II é americano [sic], como seu povo” (ALENCAR, 2009, p.259), e a abdicação seria um crime de lesa nação. Seriam os rumos incertos da guerra, pergunta o missivista, motivo para uma abdicação? Alencar acusa duramente o Imperador de ser o responsável pela “temeridade com que nos precipitamos sem refletir em uma situação irremissível; dilema cruel entre a ruína e a vergonha” (ALENCAR, 2009, p.260). A guerra tem nele seu responsável. Tu “fostes o princípio e sois a alma da guerra. Vosso pensamento a inspirou; vossa convicção a alimenta” (ALENCAR, 2009, p.260), em busca de uma vitória que significaria Humaitá arrasado, Lopes deposto, e o franqueamento da navegação ribeirinha, mas, apesar de compreensíveis as razões, e do patriotismo brasileiro que – segundo ele – tende a apoiar a guerra, “nenhum homem tem o direito de arrastar sua mãe pátria à ruína, para vã satisfação de seus brios revoltados” (ALENCAR, 2009, p.261).

Alencar argumenta (lembrando-o) que o imperador não pode agir como uma pessoa comum, que ele não tem o direito do simples cidadão, que é o de ter uma opinião que não considere a nação em primeiro lugar. A soberania só existe porque é dada ao Imperador, e seus atos são justificados pelo cidadão. E esse contrato impede, mesmo, que haja qualquer ideia de renúncia, pois os atos do imperador são os atos de todos os cidadãos. A honra do Imperador, segundo ele, é a honra da nação, e a partir do modelo de monarquia constitucional então vigente, enquanto defensor perpétuo da nação,

quando o povo entenda que chegou o momento de acabar a guerra, e exprima seu voto pelos meios constitucionais, haveis de pensar do mesmo modo, senão como homem, infalivelmente como soberano.
Em vós está encarnado e vivo o grande eu nacional. (ALENCAR, 2009, p.263)

Alencar repreende o Imperador severamente, determinando que “qualquer que seja o desfecho da guerra [ele não teria] o direito de separar vossa dignidade da causa nacional” (ALENCAR, 2009, p.264). Vê-se nas palavras de Alencar a defesa não do imperador, nem mesmo da monarquia, mas do principio constitucionalista liberal. Já aqui se percebe uma crítica ao que Alencar indicava como omissão, mas era de certa forma um caminhar que D. Pedro II mantinha nos trâmites da legalidade que a própria constituição lhe impunha; sabia onde colocar seus pés. E apesar das críticas Alencar sabia que os atos do imperador não pedem contestação, visto que a representação deste é coletiva, e todas as verdades se alinham em seu nome (em nome da soberania). D. Pedro II sabia o que poderia fazer, e até aonde confrontar a burocracia que a casa de Bragança lhe tinha deixado por herança. Em outros tempos, mesmo sem buscar referências anteriores a D. Pedro I, o texto de Alencar já estaria sujeito ao silêncio.

Uma das constantes reclamações de Alencar é a da falta de notícias da guerra, no sentido de: previsões reais sobre o andamento dos trabalhos, sobre a movimentação das tropas, sobre, enfim, quando irá terminar o suplício. Segundo ele há, por parte do governo, um velamento da realidade no campo para o público, existe uma censura – senão oficializada, mas efetiva – sobre os reais rumos da guerra, dada em função da relação que os jornais têm com o gabinete ministerial. E a falta de atenção para tais assuntos, junto a posição equivocada frente à guerra, estão aí por culpa de D. Pedro II.

Termina essa carta anunciando o erro do Imperador na fala de “abdicação, quando a senha do dia para todos os brasileiros, e para vós primeiro que todos, é dedicação” (ALENCAR, 2009, p.274). O sarcasmo de Alencar brinca com os brios de D. Pedro II, com seu orgulho de intelectual – título o qual preferia, algumas vezes, ao de Imperador (SCHWARCZ, 1999) – indicando que a imprensa do mundo inteiro o

proclama “um sábio”, e cita o artigo publicado nos jornais em que “o presidente dos Estados Unidos, aludindo à franquia do Amazonas, vos considerou entre os primeiros estadistas do mundo” (ALENCAR, 2009, p.277), o que provavelmente não aconteceria se este tomasse medidas protecionistas no país, o que já funcionavam como uma política de Estado desde os fins da guerra de Secessão nos Estados Unidos, mas era duramente criticado por este para toda a América Latina; é possível que seja isto que Alencar quer dizer quando escreve, logo a seguir, que terminado está “o tempo em que os povos eram instrumento na mão dos reis, que os empregavam para obter a satisfação de suas paixões e a conquista de um renome vão”, porque aqui “rasga-se o manto auriverde da nacionalidade brasileira, para cobrir com os retalhos a cobiça do estrangeiro. [Não existe] para vós, senhor, outra fama lícita e pura, senão aquela póstuma, que é a verdadeira glória” (ALENCAR, 2009, p.278), e que dispor das reservas econômicas, tanto quanto das pessoas de forma displicente e buscando uma valorização pessoal é sinal de um despotismo que já não cabe mais aqui. É o Alencar liberal que fala...

A partir daqui Alencar passa, depois de construir a narrativa em um tom duro de pai que repreende o filho teimoso, a falar da questão da emancipação mais diretamente. D. Pedro II coloca a discussão na pauta, pela fala do trono, e os progressistas – chamados vândalos, no texto de Alencar – a aceitam como uma plataforma. Alencar toma a proposta de emancipação do escravo, pelo menos para o momento, como um erro do Imperador. Segue a referência:

Libertando uma centena de escravos, cujos serviços a nação vos concedera; distinguindo com um mimo especial o superior de uma ordem religiosa que emancipou o ventre: estimulando as alforrias por meio de mercês honoríficas; respondendo às aspirações beneficentes de uma sociedade abolicionista de Europa; e finalmente reclamando na fala do trono o concurso do poder legislativo para essa delicada reforma social; sem dúvida julgais ter adquirido os foros de um rei filantropo (ALENCAR, 2009, p.280).

Alencar acreditava que o momento, com a economia debilitada por conta da guerra, e também por conta desta a falta de braços para a constituição de um sistema de mão de obra diferenciado, e sem o apoio ainda da prometida imigração (apesar das muitas propostas, tanto de europeus como de asiáticos, nenhum projeto de vulto

havia sido executado) o país, essencialmente agrário, se precipitaria no caus. Os argumentos de Alencar, apesar de bem trabalhados, sugerem mais suas ligações (e preocupações) com a aristocracia rural do que propriamente com o povo, afirmando seu ideal de manutenção dos privilégios das elites em detrimento de medidas mais imediatas. Alega que a escravidão é um fato social, tendo como exemplo “o despotismo e a aristocracia; como já foram a coempção da mulher, a propriedade do pai sobre os filhos e tantas outras instituições antigas⁴⁵” (ALENCAR, 2009, p.282). Argumentos que Alencar põe no passado, mas que reconhece presentes quando trata deles em suas obras. É o direito a escravidão como uma instituição legal que segue em sua argumentação; lembra que são as nações, em suas leis que justificam a escravidão. Que sob a lei, há a justificativa, e que ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer algo a menos que isso esteja expresso na lei.

Alencar lembra que a “escravidão caduca, mas ainda não morreu; ainda se prendem a ela graves interesses de um povo. É quanto basta para merecer o respeito” (ALENCAR, 2009, p.283). O respeito que se dá, sustenta, enquanto instituição. E são os progressistas, com o apoio formal do imperador, que tratam de desqualificar a instituição lançando “o odioso sobre as instituições vigentes, qualificando seus defensores de espíritos mesquinhos e retrógrados” (ALENCAR, 2009, p.283). Isto, em matéria de reforma não tem propriamente um fim eleitoral – ainda não seria o caso - mas tentando fortalecer outros grupos, aos quais as ideias abolicionistas vinham a calhar como os financistas e banqueiros, que esperavam por um liberalismo mais econômico e burguês que político e aristocrático. Alencar se protege, como bom advogado, enquanto defende a escravidão sobre o viés da lei. Para ele “a escravidão se apresenta hoje ao nosso espírito sob um aspecto repugnante. Esse fato do domínio do homem sobre o homem revolta a dignidade da criatura racional. Sente-se ela rebaixada com a humilhação de seu semelhante” (ALENCAR, 2009, p.284), mas sua opinião não pode prevalecer. O missivista busca o que seria a melhor alternativa para a economia do país, já prontamente argumentada na carta ao Visconde de Itaboraay. A instituição da escravidão é legal e justa “quando realiza um melhoramento na sociedade e apresenta uma nova situação, embora imperfeita da humanidade. (...) Neste caso está a escravidão (...)

45 Já é um comentário de Aristóteles, na política.

um instrumento da civilização, como foi a conquista, o município, a gleba” (ALENCAR, 2009, p.284). É uma das fazes do desenvolvimento pelo qual passaram diversas nações.

Sempre apelando para a história europeia, Alencar apresenta a escravidão como “o primeiro impulso do homem para a vida coletiva, o elo primitivo da comunhão entre os povos” (ALENCAR, 2009, p.285). Ao menos admite, adiante, que possam parecer estranhas tais proposições, mas sempre sustentado pelo estudo de textos canônicos⁴⁶ (cita o Gênesis de Moisés, quando da admissão da escravidão pela Bíblia) segue o argumento, admitindo que, por exemplo, a escravidão pela guerra com a conquista dos povos, haveria um constante holocausto infligido as sociedades derrotadas. Na América, resultaria no extermínio das populações indígenas. Mas, isso que aconteceu de qualquer forma; um argumento injustificado.

Alencar é um dos defensores da ideia de que a “raça negra” é a que melhor se adapta ao trabalho agrícola (apesar de afirmar que o colono português aguenta firmemente o trabalho dos trópicos). Sendo esta mais disponível e apta, e – segundo ele – bárbara, e necessitando de um processo civilizatório que o tirasse da selvageria, aproveitando sua energia vital “para lutar com uma natureza gigante” (ALENCAR, 2009, p.289). Não fosse a escravidão – toma isso como um acaso valoroso - a América “seria hoje um vasto deserto” (ALENCAR, 2009, p.289).

Alencar nos lembra do fato de que a moderna escravidão, ressurgida na península ibérica - com o hábito de presentear o Rei com escravos negros - não se estabelece na Europa, mas mesmo os ingleses, franceses e holandeses, portanto não só os portugueses e espanhóis, servem-se dela na colônia. Adam Smith admitia a escravidão nas colônias inglesas ((WEFFORT, 2001). Como se explica, pergunta ele, “essa anomalia de povos, repelindo na metrópole uma instituição que adotam e protegem, no regime colonial?” (ALENCAR, 2009, p.290). Tal pressão internacional, a que começa a ceder o Imperador, é comum nesse período e será assim até hoje. Carvalho (2007), estudando as atas do conselho de Estado do Império, comenta que

⁴⁶ A igreja possuía escravos negros e era um grupo que não se pronunciava até então a favor da abolição

apesar do modelo político para o Brasil - de Inglaterra e França – serem uma unanimidade entre os conselheiros, chegando estes a citar de memória frases e anedotas dos políticos mais conhecidos como o faz também o Alencar, o bom senso prevalecia sobre o modelo, e as ações políticas tomadas (sugeridas e votadas) ali tinham uma real preocupação com a realidade do país. Mas o que observamos, na crítica de Alencar, é que a realidade do país passava pelos interesses desses mesmos grupos representados pelo conselho.

A questão a que se chega é: a escravidão já teria cumprido seu papel no Brasil? Segundo Alencar, não. E ele o afirma “com a consciência do homem justo, que venera a liberdade; com a caridade do cristão, que ama seu semelhante e sofre na pessoa dele” (ALENCAR, 2009, p.293). Para o bem de todos, afirma ele, até mesmo dos escravizados, ainda não é o tempo para a abolição. Mas os “todos” aqui assinalados têm uma clara linha que distingue o escravizado do escravizador. Alencar não chega a defender nem mesmo uma proximidade entre eles. Usando o discurso da etnia, afirma que “ninguém desconhece, todavia, quanto é lenta essa coesão ou amálgama de raças. Demanda séculos e séculos semelhante operação etnográfica; e traz graves abalos à sociedade” (ALENCAR, 2009, p.295). Mas, ao mesmo tempo, com uma imigração europeia e a amálgama, o problema também se resolveria, pois:

Em três e meio séculos, o amálgama das raças se havia de operar em larga proporção, fazendo preponderar a cor branca. Três ou quatro gerações bastam às vezes no Brasil para uma transformação completa (ALENCAR, 2009, p.292)

O contato que Alencar defende é tão somente social, como forma civilizatória. “A raça africana tem apenas três séculos e meio de cativo. Qual foi a raça europeia que fez nesse prazo curto a sua educação?” (ALENCAR, 2009, p.310). A raça branca, diz ele, “embora reduzisse o africano à condição de uma mercadoria, nobilitou-o não só pelo contato, como pela transfusão do homem civilizado”⁴⁷ (ALENCAR, 2009, p.296). Embranquecer seria um destino e uma meta a ser cumprida, para chegar-se enfim a uma futura civilização da África. A solução

47 Mesmo velado, preconceito racial sempre houve no Brasil. Nota-se em textos não só de Alencar, mas de intelectuais como Silvio Romero e o próprio Joaquim Nabuco. (SKIDMORE, 1989)

proposta é resolver a escravidão pela absorção de uma raça por outra; mas aparentemente, por outras as raças e categorias sociais, como o indígena e o imigrante pobre que chegaria em alguns anos. Pois cada “movimento coesivo das forças contrárias é um passo [a] mais para o nivelamento das castas” (ALENCAR, 2009, p.296) até o amálgama, quando da geração anterior findasse com a morte; mas sempre enquanto castas. Sempre com uma marca social (in) visível que as distinguisse.

Chegado o termo fatal, produzido o amálgama, a escravidão cai decrépita e exânime de si mesma, sem arranco nem convulsão, como o ancião consumido pela longevidade que se despede da existência adormecendo. Mas, antes do seu prazo, quem fere mortalmente uma lei derrama sangue, como se apunhalara um homem. (ALENCAR, 2009, p.296)

Alencar usa como argumento que o escravo seria um inimigo se emancipado. Os povos que emanciparam seus escravos estavam em superioridade numérica quanto a estes e não era o caso do Brasil. Nos Estados Unidos do período da guerra de secessão, o norte tinha uma superioridade muito grande de homens livres sobre a quantidade de escravos, ao contrário do sul, o que os levaram a apoiar a emancipação. Foi também o caso da Inglaterra com suas colônias. Libertar uma quantidade tão grande de escravos, como há no Brasil, de uma só vez pode criar uma situação de descontrole social, alerta Alencar. Comentando ainda sobre os movimentos abolicionistas que vem se sucedendo na América Latina desde as primeiras décadas do século XIX – o que aparentemente viria a reforçar a instituição nos países que não aderiram ao processo de emancipação, além de considerar que a população escrava no Brasil consegue se reproduzir muito mais que em outros países. O mais certo seria que a escravidão não se extinguisse “por ato do poder; e sim pela caduquice moral, pela revolução lenta e soturna das ideias” (ALENCAR, 2009, p.306). E aparentemente sem muita pressa... Mesmo porque há também o movimento contrário do senhor de escravos que quer manter sua propriedade.

O processo de emancipação, segundo ele, já se iniciou no Brasil, a ponto de afirmar que já não temos mais “a verdadeira escravidão, porém um simples usufruto da

liberdade, ou talvez uma locação de serviços contratados implicitamente entre o senhor e o Estado como tutor do incapaz” (ALENCAR, 2009, p.309). Cabe lembrar que não temos no período um movimento abolicionista encapado pelos partidos ou mesmo pela opinião pública. Alencar lembra que quantidade de escravos é grande demais para arriscar uma emancipação por decreto:

Três séculos durante a África despejou sobre a América a exuberância de sua população vigorosa. Calcula-se em cerca de quarenta milhões o algarismo dessa vasta importação. Nesse mesmo período a Europa concorria para a povoação do Novo Mundo com um décimo apenas da raça negra (ALENCAR, 2009, p.292)

Alencar sugere que não foi o Brasil do século XIX que inicia o processo de escravização nessas terras, mas o Europeu; o português, ávido de lucros com a exploração da colônia. Exigir que se corrigisse um erro de uma hora para a outra é uma sandice, mesmo por que este (o europeu) espera ainda os produtos tropicais com preços baixos, o que uma brusca mudança no processo de produção não conseguiria manter, o que acarretaria perdas tanto para os produtores como para os mercados consumidores. O escravo não entrou na conta! A passagem é esclarecedora nesse sentido:

O filantropo europeu, entre a fumaça do bom tabaco de Havana e da taça do excelente café do Brasil, se enleva em suas utopias humanitárias e arroja contra estes países uma aluvião de injúrias pelo ato de manterem o trabalho servil. Mas por que não repele o moralista com asco estes frutos do braço africano?

Em sua teoria, a bebida aromática, a especiaria, o açúcar e o delicioso tabaco são o sangue e a medula do escravo. Não obstante, ele os saboreia. (ALENCAR, 2009, p.307).

Alencar explica que um necessário crescimento da população livre deve ser incrementado para que, a partir desta (sugere como a melhor forma a imigração) poderá haver a substituição do trabalho escravo. Nos Estados Unidos, nos conta, foi assim. É a imigração que colocará uma nova “cor” no país e lhe dará novo vigor. E coloca a culpa na Europa novamente, por não facilitar o envio de imigrantes para nosso país. Estes viriam de bom grado, considerando mesmo – e até como argumento comparativo – a qualidade de vida aqui é bem melhor que lá. Na verdade, como afirma Prado (2001), os princípios liberais erigiam a liberdade com

base em direitos do homem, e não pelo ponto de vista religioso. Contestar a escravidão era também contestar todo o antigo regime.

A amálgama de raças proposta por Alencar tem por base o fluxo intenso de imigrantes lusitanos para a Corte do Brasil a partir de 1850, com o fim do tráfico de escravos. Por conta disso, a população étnica se altera, mas o contingente populacional se mantém praticamente o mesmo entre 1850 e 1872, “a população escrava diminui e a população lusitana quase dobra” (NOVAIS, 1997, p.30). Ainda acompanhando este autor, temos a indicação de que ao fim da década de 1860, metade da população masculina da Corte era estrangeira, vinda principalmente de Portugal. Alencar ainda coloca em um comparativo: um operário europeu trabalhando 12, 15, 18 horas só almeja a liberdade para tentar um outro caminho, que a cidade não lhe oferece. A “condição do nosso escravo, comparada com a do operário europeu, é esmagadora para a civilização do Velho Mundo. [essa liberdade] é o meio, um direito; o fim é a felicidade⁴⁸, e desta o escravo brasileiro tem um quinhão, que não é dado sonhar ao proletário europeu” (ALENCAR, 2009,p.324).

O que se viu, dando um breve espaço ao tempo, é que as críticas de Alencar a forma como o governo processa o problema da emancipação (ou seria também a emancipação a solução do problema, em outro ponto de vista) acabam encontrando um espaço vazio onde podiam criar raízes, visto que as promessas de abolição no fim da guerra, de forma progressiva e por meio da estimulação da emigração ainda estão na forma como promessas no período, e a dificuldade de se encontrar uma solução (até a abolição completa, claro) abrem precedentes para que o pensamento de Alencar – se não o mais ético – acabe se apresentando como o mais coerente. A libertação como o quer o governo, sem um projeto que forneça condições de inserção no novo projeto socioeconômico para o recém-libertado, acabará por coloca-lo em situação de miséria, caindo na mendicância ou criminalidade. A ideia central de Alencar é que, mesmo que haja abolição geral e irrestrita, se consiga garantir que o escravo “se for libertado, permanecerá em companhia do senhor; e se tornará em criado” (ALENCAR, 2009, p.329). De qualquer forma, para o senhor de escravos, na economia monocultora exportadora com um mercado flutuante,

48 Não é difícil encontrar referências aos textos do Utilitarismo de Jeremy Bentham em uma leitura de Alencar.

qualquer justificativa era boa, contanto que a escravidão não terminasse naquele momento nem em um futuro próximo. Nesse sentido, o argumento que Ilmar Mattos (1987) defende é de que a relação do Estado com os interesses da classe “senhorial” faz com que a coroa assuma o papel de Partido (nos termos de Gramsci) não se reduzindo assim à figura do Imperador que, mesmo acuado pela crítica de Alencar, sabe que ele (e mesmo o missivista) são peças de uma organização mais complexa dentro da sociedade. Mas a coroa deve resolver, também, os problemas internos como convergências e divergências, garantindo sempre que esta se atualize.

Como parte de um jogo de relações entre políticos e opinião pública, eram aplaudidos até mesmo argumentos romantizados ao extremo, como quando Alencar defende que:

A única transição possível entre a escravidão e a liberdade é aquela que se opera nos costumes e na índole da sociedade. Esta produz efeitos salutareos: adoça o cativo, vai lentamente transformando-o em mera servidão, até que chega a uma espécie de orfandade, o domínio do senhor se reduz senão a uma tutela benéfica (ALENCAR, 2009, p.113).

As soluções que se propõem são muitas, mas uma breve reflexão faz cair por terra todo o conteúdo ideológico que estas carregam. Uma situação se dá quando da publicação em março de 1868, também de uma carta aberta endereçada ao presidente do Conselho e lida perante a câmara dos deputados em fins do ano anterior, o Imperador declara abrir mão da quarta parte de sua dotação. Conta-nos Alencar que a imprensa, noticiando o caso “em nome da opinião pública, vos retribuiu com bonitos e merecidos elogios” (ALENCAR, 2009, p.331) o ato que busca, devido à deficitária condição do Estado, auxiliar na organização da economia senão economicamente, ao menos simbolicamente. Notícia que o parlamento recebe com aplausos. Alencar encontra aí uma possibilidade de contestação do ato, afirmando ainda que não aceita, enquanto súdito e contribuinte, tal donativo, visto que a dotação não é um ordenado pago ao Imperador e a família real. É o “decoro do trono e a dignidade da nação, como diz-nos a lei fundamental (art. 108), que determina a dotação” (ALENCAR, 2009, p.332); coisas de que este é depositário, enquanto representante da nação, e não proprietário. Mais uma vez Alencar está

assumindo a participação do soberano no contrato. O missivista usa seu conhecimento do direito constitucional para denunciar as ações da coroa visando à manipulação ideológica do povo, visto que tais atitudes propriamente simbólicas como o ato de abrir mão da datação (visto que os valores pouco ou nada influenciam no ressarcimento das perdas do erário público resultantes das últimas más gestões e dos custos com a guerra, chegando mesmo Alencar classifica-las como migalhas), são uma forma de tranquilizar por meio dos jornais a opinião pública quanto a realidade econômica por que passa o país e refrear as ameaças de contestação a ordem estabelecida. Sugere que, se D. Pedro II realmente quiser ajudar a nação que seja:

pondo um termo a esse esbanjamento desordenado que tem exaurido todas as reservas do país e vai sorver os últimos recursos do futuro, não são os Vossos duzentos contos de réis que vão suprir o vácuo aberto no orçamento por uma administração imprevidente e desasada (ALENCAR, 2009, p.333)

Não poderão resolver o problema do Rio da Prata, que garantirão o crédito público ou evitarão uma possível bancarrota do império brasileiro. Alencar, então, aconselha que o Imperador continue fazendo uso do dinheiro em suas obras de caridade, pois a recusa dos valores só será “um foco de imoralidade e corrupção. Carniça atirada ao tempo, que a podridão logo decompõe” (ALENCAR, 2009, p.334), visto que tal irá fluir para políticos corruptos e suas necessidades pessoais. Se quiser ajudar o país, evitai que a administração continue com a guerra que arruinará enfim o país; e termina solicitando a demissão do ministério – única solução – como única forma de salvar o Brasil e com sua integridade. É importante lembrar que D. Pedro II conhece bem a constituição e, apesar dos ataques de Alencar, nunca toma uma atitude defensiva; é preciso registrar sua permissividade e respeito à liberdade de imprensa como um traço liberal, mas, como bem anuncia Alencar, a crítica feita pela imprensa não encontra respaldo junto a opinião pública e as mudanças não são implementadas, impossibilitando mudanças na base administrativa, o que pode ser visto como um traço de totalitarismo.

Segundo Carvalho (2007), no modelo parlamentar que se desenvolve no Brasil o

parlamentarismo francês é a base, apesar das constantes referências ao parlamentarismo inglês. O gabinete ministerial é o elo entre a câmara e o imperador, a referenda do poder moderador. A carta magna é influenciada pelas Constituições francesa de 1791 e espanhola de 1812, e uma das mais liberais da época. Nesse modelo, é o gabinete que deve explicar-se com a câmara sobre os atos da administração pública, evitando que se perceba algum resquício de absolutismo. Sem o gabinete o poder moderador instituiria um “despotismo legal” nas palavras do senador Vergueiro (CARVALHO, 2007). É uma vitória dos liberais que tentam garantir que D. Pedro II reine e não governe, mas não é assim que sempre funciona. O senado vitalício é a sombra do imperador - não importando se é predominantemente conservador ou abriga um e outro liberal moderado - que manda e desmanda com sua influência dentro dos partidos para garantir apoio a um ou outro deputado do interior. É o tempo que irá solidificar as estruturas e o poder e isto a câmara dos Deputados não tinha para si. A essência do mecanismo é: povo dominado pelos políticos e políticos tutelados pelo imperador dentro do quadro burocrático instituído (FAORO, 2004).

Zacarias de Góes e Vasconcelos defendia que o rei absoluto deveria ser distinguido do rei constitucional, não cabendo mais o primeiro no século XIX. A garantia de constitucionalidade dos atos do poder moderador estava na referenda feita pelos ministros, que prestavam contas à câmara. O ministério deve contar, então, com a confiança do parlamento. É um dado interessante que a maioria dos ministros saísse do senado e não da câmara dos deputados, o que garantia que as propostas administrativas dos gabinetes estivessem mais afinadas com o modelo de governo esperado pelo imperador. O senador, escolhido em uma lista tríplice apresentada ao imperador, é referendado por ele. Não havia, nesse modelo, formas de burlar o domínio da oligarquia, “(...) calçada na vitaliciedade, no Senado e no Conselho de Estado” (FAORO, 2004. p. 354).

A sexta carta, datada de 23 de setembro de 1867, portando logo em seguida à publicação da carta anterior (o que permite aceitar que os textos sejam de certa forma complementares, visto a dificuldades de comunicação com as frentes de batalha) que tem a data de 20 de setembro. Intitulada está como uma carta “sobre a

guerra”; e visto que a guerra é assunto presente em todas as cartas é preciso deter-se um pouco no assunto. Alencar inicia seu argumento afirmando, de forma progressiva, que “a paz é uma grande vergonha... (...) a paz é um ato de miséria... (...) a paz é uma vilania...” (ALENCAR, 2009, p.343), mas que o momento torna a guerra algo insustentável ! Culpa o ministério por não conseguir mais alistar homens para a batalha, e, com a conseqüente falta de braços para a lavoura, a economia se retrai dia após dia, pois o escravo negro cada dia mais é presente nas fileiras da guerra. O alistamento feito para a guerra, a princípio voluntário, começa a encontrar resistência. O governo força o alistamento, e o alistado poderia mandar um escravo em seu lugar. É um impasse complexo para o liberalismo no Brasil. Como pode alguém que não dispõe de sua liberdade – nem disporá! – pode lutar pela liberdade ?

Aproveita ainda o Alencar para dar alfinetadas nos liberais, por meio da figura de Zacarias de Góis, afirmando que o temor da guerra (ou mesmo de se responsabilizar por seus rumos, que seria efetivamente o caso) afasta a possibilidade de outro partido tomar as rédeas da política nacional, garantindo a permanência do partido liberal no poder. Critica veementemente a situação de alistamento de escravos – alguns cedidos por seus senhores para que combatam por eles - no exército regular. A questão é: como alguém que não goza da liberdade pode lutar pela liberdade? “Por entusiasmo espontâneo, esposando a causa de seus senhores” (ALENCAR, 2009, p.350), afirma. Sua sugestão é que se dê fim à guerra, pelo menos por enquanto, para que se resolvam os maiores problemas que são os da política interna, começando pela reorganização (ou deposição, claro) do gabinete e o problema da escravidão, e completa, consagrando seu momento mágico no tempo, a afirmação de que só assim “o país há de recuperar as forças inertes, os brios abatidos. O império será outra vez o Brasil da independência, o Brasil de 1851” (ALENCAR, 2009, p.354). Pronto para dar uma solução os problemas do país, afirma, somente o partido conservador. Este, “não tem a cumplicidade desta guerra; não o tolhem compromissos do passado. Entraria no poder com a imparcialidade do juiz [e com] bastante civismo para arrostar as dificuldades da guerra” (ALENCAR, 2009, p.355) Um pouco de partidarismo ao fim da carta faz bem o estilo de nosso missivista.

O intervalo entre a penúltima carta publicada, em 23 de setembro de 1867 e a Última Carta⁴⁹, datada de 15 de março de 1868, é grande se comparado ao restante do conjunto. Uma nota ao final (indicada como post-scriptum) assinala que “motivos imperiosos retardaram a publicação desta carta” (ALENCAR, 2009, p.389). O uso do termo “imperiosos” é um indicio que pode se referir à condecoração oferecida ao Alencar pelo Imperador no ano de 1867, o oficialato da Rosa, pelos serviços prestados ao país por meio da literatura. Com seu habitual jeito mal educado, Alencar recusa a comenda e D. Pedro II consegue uma inteligente cartada de manipulação, aceitando desta forma as críticas e tirando o Alencar do centro do universo. O episódio da comenda, oferecida sem que haja qualquer pretensão de agradar (assim o diz) ao Alencar, mostra publicamente que há na figura do imperador, um interlocutor para as cartas. E que este sabe muito bem o que lê, e sabe também responder quando necessário for.

Inicia Alencar aludindo a seu recolhimento, explicitando o motivo na ideia de que também a situação parece ter tido uma pausa. É o período de encerramento do trabalho das câmaras; em Janeiro, Caxias assume o comando das tropas aliadas. Alguns rumores correm a cidade, conta, de que o ministério pretende mudanças e encontra certa resistência de D. Pedro II. A verdade, segundo ele, é que a situação deve ter fim. A corrupção toma conta do Estado e não se consegue uma intervenção, estando todos preocupados com a guerra não se enxerga a corrupção na administração do País. Alencar sugere que a devassidão que se dá só terminará quando a consciência do povo mudar, ou quando o país não tiver mais o que ser corrompido:

O corretivo da desmoralização sairá de seu próprio seio; quando não haja mais nada a corromper, e a dissolução tenha-se operado no país todo, entraremos necessariamente no período embrionário de uma nova existência política, em uma era de reorganização (ALENCAR, 2009, p.358).

Essa visão pessimista tem um pouco de rancor por conta da manobra da comenda oferecida ao missivista pelo Imperador, mas não deixa de levar em conta a proposta de que, agora com as mudanças na direção da Guerra do Paraguai, esta encontre

49 Intitulada “Última carta”. Alencar dava por fim seu projeto.

seu termo e tenha um fim o déficit público (que só se ampliava e seguiria D. Pedro II até sua deposição em 1889), e que agora é o momento em que D. Pedro II não deve intervir. A escolha por Caxias, sugerida até mesmo por Alencar, poderia mudar os rumos até aqui, e já havia os rumores de que finalmente o Imperador iria ceder aos apelos do Conde D’eu – marido “estrangeiro” de Isabel – para que o enviasse ao Paraguai e virasse também um herói do Brasil (ou encontrasse alguma atividade qualquer para sua real pessoa). O interesse na guerra chega a ser observado por Isabel, em carta recolhida por Schwarcz. No recorte, Isabel indica seus medos:

Papai me disse que a paixão é cega. Que a sua paixão pelos negócios da guerra não o tornem cego! Além disso, Papai quer matar o meu Gaston: Feijó recomendou-lhe muito que não apanhasse sol, nem chuva, nem sereno; e como evitar-lhe isso quando se está na guerra? (SCHWARCZ, 1999, p. 485).

Alencar não estava errado, haja vista as opções que tinha o Imperador em sua família... Mas seu conselho é a cautela. Resolve nesta última carta fazer um apanhado de suas críticas, citando o problema da especulação financeira que “assalta a riqueza pública e particular; que põem em sítio todos os interesses legítimos da sociedade” (ALENCAR, 2009, p.368). O avanço dos progressistas, dilapidando as bases do governo estruturadas em um modelo de democracia que se baseia na disputa entre os dois partidos então majoritários, o liberal e o conservador, a inexperiência dos parlamentares e demais dirigentes chamados por ele crianças, as quais “quase que saíram dos cueiros para as cadeiras da Câmara dos Deputados e para as poltronas ministeriais” (ALENCAR, 2009, p.369), lembrando a situação do golpe da maioria com que D. Pedro II chega ao poder, quando afirma que: “vós sabeis, senhor, e ninguém melhor do que vós, que moralmente é a verdade” (ALENCAR, 2009, p.369). Critica a ganância e a dilapidação do tesouro, a depravação dos costumes e da ordem pública, afirmando que o gabinete é corrupto e que tal corrupção se espalha, com o conhecimento e por vezes o apoio da casa imperial, quando permite “lançar às enxurradas títulos e condecorações por todo o país [onde] com dois contos de réis um aventureiro se condecorava com a fita que vós trazeis ao peito como grão-mestre das ordens brasileiras” (ALENCAR, 2009, p.370), tão somente com o intuito de captação de dinheiro. Culpa, novamente, o Partido Progressista, como o verme que destrói o país, se vende ao comércio, e “o comércio são alguns indivíduos, ou mais atilados, ou mais decididos, que dirigem o

pensamento dos outros” (ALENCAR, 2009, p.371), aprovando ideias, projetos e mudanças na política.

A situação do período, na opinião de Alencar não é de tranquilidade e desenvolvimento, mas de corrupção e descontrole. As figuras que aviltam o país e estão por toda a parte seguem na narrativa: são eles

o parlamentar sem escrúpulos nem convicções, que se faz servo de todos os governos, (...) o político cheio de cobiça, que errou sua natural vocação de agiota, (...) o ministro... que, para conservar-se no poder, não duvida associar-se a indignos instrumentos (...), o funcionário público sem dignidade (...)o negociante, que, em vez de desenvolver sua atividade no campo livre da indústria, anda farejando pelas cercanias do poder algum pingue contrato de fornecimento” (ALENCAR, 2009, p. 373-374)

Todos estes constituem o conjunto de forças que atuam dentro do sistema, correndo-o. A solução seria um processo de moralização do Estado. Por outro lado, sendo atingida em seus preceitos, a família, que “assiste sem querer a essa representação da comédia perigosa” (ALENCAR, 2009, p.374), que seria o último refúgio da moralidade e a base da sociedade, se sente ameaçada. Cabe lembrar que essa recusa de Alencar em aceitar mudanças na estrutura dos partidos não condiz com o pensamento liberal (KENNY, 1998). Segundo Alencar:

O domínio progressista, devido à vossa nímia complacência, não atuou unicamente sobre a política; sua decidida influência na sociedade, na vida privada está bem patente. As máximas de governo adotadas nestes últimos tempos foram insinuando na domesticidade do cidadão ideias e tendências até agora desconhecidas (ALENCAR, 2009, p. 373).

A deturpação dos valores morais do ser humano é reconhecida nos personagens da família. No pai, no marido, no filho, que assistem a tudo e – se não se reconhecem – se inspiram. A instituição forte “que repelia com indignação as mais brilhantes seduções do mal, agora flácida e lânguida, recebe quanto lhe deitam, amolda-se a qualquer pressão” (ALENCAR, 2009, p.374). E este é o retrato que se “observa em geral na vida doméstica deste país. Eis o segredo de todas estas defecções de caracteres, que diariamente registra a opinião pública”, só se tem apreço pelo dinheiro; a cobiça ao “lar brasileiro, onde outrora pendiam com as alegrias da

família, os penates da religião e do amor [agora] só há presentemente um ídolo: o bezerro de ouro” (ALENCAR, 2009, p.377). E que ouro... É ali que “todos os dias se formam almas progressistas, que devem mais tarde substituir os corifeus da atualidade” (ALENCAR, 2009, p.377). A moral, base da sociedade, está subvertida. Vale lembrar que o argumento é legal. A moral católica pregada é a ordem presente, para todos, e assumida na lei, dentro do projeto conservador de Alencar. Mesmo o herdeiro do trono, já rezava a constituição política do império do Brasil de 1824, no juramento que prestaria perante o senado ao aniversário de quatorze anos, como indica o artigo 106, se comprometia a manter a religião Católica Apostólica Romana, observar a Constituição Política da Nação Brasileira, e ser obediente às leis, e ao Imperador.

Voltando ao texto, a sugestão de Alencar é a de civilizar o negro – influência perniciosa dentro da família - pelo trabalho, e em seu contato com o branco - a “raça culta”. O escravo doméstico é aquele que está mais próximo dos patrões, do contato direto com o branco, partilhando de seus segredos, seus problemas e suas deficiências. Conhece o cotidiano da casa e partilha de um espaço de limitações com mulheres e crianças, entes de menor valor na sociedade patriarcal do século XIX. Não é nunca um igual, alguém que partilha dos mesmos direitos de seus senhores. É sempre um ser inferior, que nunca mereceria ser elevado a dignidade de seus senhores. Gorender (2002) nos conta que Thomas Jefferson, que foi o redator da declaração da Independência, dos Estados Unidos, segundo a qual todos os homens são iguais, era um grande proprietário de escravos, e não via nenhuma incoerência nisto, pois julgava que os negros pertenciam a uma raça de inteligência inferior. É como se Alencar abraçasse o princípio jurídico básico de diferenciação entre nação e população, onde sua defesa do liberalismo se refere a nação brasileira, e como se a escravidão referisse aos elementos da população – os desvinculados a nação brasileira, mas de nacionalidade africana transportados para o Brasil por meio da escravidão. Todos dentro de um mesmo território, mas com realidades diferentes determinadas pela lei.

Tornando ao texto, percebe-se aqui uma associação da cultura negra, cooptada para “dentro” da família e nas relações do patriarcado, em oposição ao elemento externo, tanto o europeu (inglês ou português ou outro mais) que se estabelece e

passa a usufruir das condições propícias que a coroa ainda permite como o imigrante, com seus valores e idiossincrasias, um elemento externo à família, mas totalmente associada ao contexto das relações econômicas do período. Alencar sugere uma escolha entre a escravidão e a imigração, os dois males presentes e ao mesmo tempo as duas soluções possíveis para a manutenção tanto do trabalho como das elites.

Podemos admitir que o Rio de Janeiro do período se caracteriza como uma sociedade onde o maior distanciamento social se manifesta com a maior proximidade social entre os pares senhor/escravo (CHARTIER, 1999); e é a própria concepção – ou usufruto – da liberdade que os diferencia. Um caso particular é o do escravo doméstico. Um escravo doméstico não é um trabalhador do campo, um escravo do eito – diretamente ligado à produção. Pertence ao mundo urbano, ao ambiente da casa-grande e não da senzala. O tratamento modelar que propõe deriva da questão para a adaptação do modelo econômico escravo para o trabalho livre a partir da demanda criada pela cidade, com novos empregos devido ao desenvolvimento do capitalismo. O modelo que propõe seria para um escravo da cidade se adaptar as relações econômicas dali, para a constituição talvez de um proletariado urbano, enquanto a massa de mão-de-obra agrícola permaneceria da mesma forma enquanto conviesse ao produtor rural, ao Senhor de escravos. E a transformação do modelo deve ser também tutelada e monitorada pela Elite. Alencar defende veementemente a tutela posterior do escravo liberto pelo antigo senhor. Em Alencar, mesmo que haja o fim do vínculo da escravidão, os laços criados permanecem com a tutela e a manutenção da mão de obra. No fim, nada muda, nem mesmo as condições de trabalho. O elemento branco, masculino, europeu, cristão, se torna também aqui, no Brasil, o modelo a ser seguido e obedecido, mesmo porque a percentagem de escravos na cidade não era pequena. Novais (1997) informa que a Corte abriga, em 1849, em números absolutos, a maior concentração de escravos urbanos no mundo, desde o império romano. Em 1850, de um total de 206 mil habitantes em área urbana, 79 mil (portanto 36%) eram escravos. Sabemos que os padrões de comportamento da sociedade acompanham as mudanças no cenário político que vem a acontecer no Brasil desde o início do século XIX, isso foi sentido também no modelo da família. Com o fortalecimento econômico do Rio de Janeiro – capital do reino – a riqueza passa a fazer parte da

cidade e o comércio se desenvolve grandemente. A escravidão ainda é uma questão mal resolvida, dentro e fora de casa, para o desenvolvimento de um liberalismo político e econômico. Mas essa amalgama proposta por Alencar é seu projeto liberal/conservador, com a moralização do Estado, a diminuição da intervenção deste nos negócios privados, um desenvolvimento do capitalismo ainda “periférico” onde há consumidores e não existe produção e a manutenção da escravidão como base para a agricultura agroexportadora se faz necessária para a manutenção dos privilégios da elite e garantia de uma indústria (agricultura) lucrativa. Alencar concorda com a pregação dos liberais moderados, em que os privilégios dos grupos ligados a propriedade de terra deve ser mantido, mesmo que a custo da manutenção da escravidão, pois é o que garante o desenvolvimento da economia e da própria nação. O argumento contra a mudança é expresso por Evaristo da Veiga em uma edição do Aurora Fluminense em 1829, quando diz que os moderados são contra toda espécie de “tirania”, contra todos os excessos que possa haver (PRADO, 2001). Mas aqui, “excessos”, para Evaristo, quer dizer atitudes que possam mudar as condições de produção de forma brusca. Extremismos dos liberais radicais que possam deturpar a ordem estabelecida.

Alencar sugere que o clima percebido no país (na opinião pública) anuncia mudanças, revolucionárias talvez... E não estamos muito distantes aqui das últimas revoluções liberais do período regencial. Zacarias de Góis, então no gabinete, é um dos grandes defensores da proposta de que o Imperador reina, mas não governa (chega a publicar um livro sobre o assunto); que D. Pedro II não deve interferir diretamente na administração – leia-se: poder moderador. Mas, segundo Alencar, o gabinete do jeito que está também não consegue levar o governo. O que há de se esperar? Propõe, já que somente com a pressão popular conseguirá mudar tal gabinete, “dai rédeas ao ministério. Quanto mais breve provoque ele o motim, com seus erros, menos sofreremos” (ALENCAR, 2009, p.382). A questão em Alencar, contudo, não é a defesa do modelo de trabalho escravo. A lei garante isto! Sua defesa visa a opinião pública, e a manutenção dos valores em um quadro em que é preciso “administrar” o conteúdo liberal a ser mostrado sob um filtro conservador. Concordando então com o que diz Bosi (1988), afirmamos que o liberalismo defendido por Alencar se apresenta como uma sinédoque, em que um conteúdo escolhido se torna representativo do todo, desvirtuando assim as ideias originais do

liberalismo e criando discurso ideológico que visa sustentar uma elite no poder, representada pelos latifundiários, ricos comerciantes e traficantes de escravos, para quem a economia agroexportadora baseada no braço escravo trazia lucros e, portanto, deveria permanecer como a base econômica do Brasil.

No último capítulo, anuncia a despedida de Erasmo, certo de que sua identidade é conhecida. Justifica o seu pseudônimo dizendo que para se dirigir a figura do Imperador com um conjunto de críticas poderoso – escolhe então o pseudônimo baseando-se na figura do filósofo e intelectual renascentista que, não casualmente, foi também professor - como o fez “era necessário ter um nome respeitado, cheio de prestígio e autoridade. Faltando [-me] esse título, só me restava o da verdade” (ALENCAR, 2009, p.385), e é a verdade (sob sua ótica, a de um intelectual do período, claro) que foi descrita aqui. A solução para o cidadão comum é rir disto tudo; da comédia que se tornou o país. O cidadão cordado, diz, ou chora ou gargalha. E parece cada vez mais ser isolado de uma efetiva participação política, extremamente necessária nesse regime constitucional. Anuncia que não acredita ser tudo isto culpa de D. Pedro II, mas das elites que dominam o povo. Termina, com letras garrafais, afirmando que “a liberdade nos países constitucionais não depende do rei, e só do povo (...) Mas infelizmente, do povo que não sabe governar-se” (ALENCAR, 2009, p.389).

A resposta de D. Pedro II viria logo depois, com a queda do gabinete Zacarias de Góis. Para o novo ministério, a pasta da justiça é entregue a Alencar, por sugestão do presidente do gabinete, Itaboraí, no chamado gabinete-bomba, sob a presidência de Itaboraí. A solução é bem simples para o Imperador, e pode parecer como uma pequena vingança pessoal: como Alencar parece conhecer tão bem os problemas do Brasil, ele que os resolva...

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das antigas religiões e escolas, como a dos partidos e revoluções modernas, nos ensina que o preço da sobrevivência é o envolvimento prático, a transformação de ideias em dominação.

Adorno e Horkheimer

Para o conjunto das cartas - aqui analisado de forma não exaustiva - há muitos outros aspectos relevantes que, dada a dimensão do trabalho, não pudemos alcançar. Não se pretende aqui um diagnóstico geral e futuro da sociedade brasileira mas, sobretudo, a partir do texto, a compreensão da situação política, econômica e social do período, na visão de um agente político que se apresenta como um intelectual orgânico. Sua práxis transformadora é a crítica ao sistema em forma de mobilização da opinião pública. Esse é um exemplo do processo ao qual Gramsci (1999) chama de catarse, a elaboração da estrutura em superestrutura, quando da tomada de consciência destes leitores da capacidade de transformação social que lhes é possível conseguir, e que só se efetiva a partir da participação de cada indivíduo. Alencar consegue mobilizar-se (e usar...) em um veículo de comunicação, com um novo formato e distribuição com as cartas e alcançar um público leitor que caracteriza a maior parte da opinião pública do período. Dissemos anteriormente que o alcance é dado importante na consolidação da ideologia, que é preciso partilhar com o grupo o discurso. Deixamos claro também que discurso em favor da manutenção da escravidão não era novo; está em debate já com as ideias de José Bonifácio no primeiro reinado, com os produtores de cana nordestinos e seus representantes, com Euzébio de Queiroz, com o grupo saquarema e vários outros deputados e senadores que se apresentavam com seus prós e contras. Alencar poderia escrever livros e livros justificando a escravidão, mas tinha a clareza de que seu argumento é injustificado – considerando-se alguém que se propõe um liberal - e que a abolição era, mais dia menos dia, inevitável. Diferindo da ação de Gramsci

que pretendia reduzir desigualdades entre todos os homens, o núcleo transformador de Alencar era mais segmentado (afinal, ele nunca deixou de ser um representante da aristocracia), como pudemos observar examinando dos dados sobre o nível de formação intelectuais desses grupos, mas é a disseminação de suas ideias que as tornará comum a todos (era esta a sua proposta), determinando assim o curso contínuo da ideologia.

Pudemos observar que o diferencial de Alencar foi identificar uma mudança na conjuntura política, com grupos de pressão os mais diversos alimentando a ideia de uma abolição da escravidão em um momento que a imprensa – então em emergência na Corte do Brasil – traz novas ideias, baseadas no liberalismo político e econômico europeu, para os grupos periféricos da elite que se configuram como uma opinião pública, centrada em uma burguesia cidadina que se desenvolve grandemente no período. Com isso, Alencar busca usar um veículo de comunicação de grande alcance para tentar mobilizar esta opinião pública em seu favor; no caso aqui tratado, em favor das ideias de manutenção da escravidão. Dessa feita, observamos também que as cartas políticas de Alencar, objeto de nosso estudo, são uma obra de teor crítico político-social, mas também tem como objetivo divulgar o pensamento de Alencar e consolida-lo como figura valorosa no cenário político da Corte. Seu caminho já foi escolhido: é o do partido conservador; ser-lhe-á fiel até o fim. Mas, como pudemos observar, as diferenças entre os dois partidos não eram tão acentuadas, e os dois acabavam por defender o sistema monárquico. O Rio de Janeiro, com a onda de independência política nos séculos XVIII e XIX, é o reduto monarquista da América Latina, é bom lembrar.

O que também pudemos observar no texto de José de Alencar é a tentativa, a partir de estratégias discursivas múltiplas, de disseminar um conteúdo ideológico sugerindo a manutenção de um conservadorismo, de molde monarquista e baseado no regime escravagista. Tais estratégias buscam um “lugar” diferenciado para o discurso, longe das disputas partidárias, longe da possibilidade do debate direto. Isso é mostrado na opção para a publicação das cartas em “folhetins”; textos impressos também em gráficas, mas não no “corpo” de um jornal (o que poderia ter sido relativamente fácil para Alencar no momento visto sua posição como editor de um importante jornal na Corte). Deslocar o texto da mídia “jornal” para um veículo

alternativo desloca também o discurso e cria uma situação confortável de hegemonia, podemos assim dizer – mesmo porque era ele o único a fazê-lo no momento. Um traço do manifesto de Alencar no texto é acreditar que o intelectual tem o dever de iluminar o caminho do desenvolvimento, e o desenvolvimento político e econômico pregado nas ideias de Alencar tem base nas ideias liberais. D. Pedro II se guiaria pela opinião pública, que pode – segundo dados de Alencar – ser medida na publicitação dos atos do governo pelos jornais. E os jornais da Corte, nos garante ele, já estão todos nas mãos do ministério, e o Imperador prefere sempre o caminho da conciliação; os partidos conservador e liberal não detêm espaços na imprensa de grande circulação e seus pequenos jornais políticos não são de grande alcance, o que apresenta um campo aberto para o texto de Alencar. É dessa forma que entendemos o que pode ser aqui descrito pelo conceito de bloco histórico (GRAMSCI, 1999), que é a articulação de um conjunto de práticas e concepções para garantir a manutenção de uma situação histórica determinada.

Cabe lembrar que para que a ideologia seja eficaz, o discurso deve se manter o mesmo, ignorando as mudanças que possam vir a acontecer (CHAUI, 1997). Mesmo com o fim da escravidão, que Alencar sugere eminente, é preciso que ela se mantenha por mais algum tempo (e enquanto for possível). A decorrente captação de Alencar para o ministério vem disso. Sua capacidade de reflexão e mobilização foi reconhecida e este, que já foi deputado e pertence às fileiras do partido conservador, seria devidamente enquadrado nos quadros do governo, onde sua “língua” pudesse ser reduzida via cargo público, juntando-o à burocracia, passando assim a fazer parte do governo que criticara. Não é de todo correto o que os biógrafos pesquisados aqui como Menezes (1965), Neto (2006) e Aguiar (1984) dizem sobre a relação de desconfiança ideológica que D. Pedro II teria por Alencar quando não escolhe em lista tríplice seu nome para uma cadeira no senado, o motivo não é somente este. Com as cartas, o imperador vê que Alencar é mesmo um elemento importante do conservadorismo, e que poderia confiar em suas ideias e, em suas atitudes, colocando-o sob os braços do governo. A captação de Alencar para o ministério, apesar de ele revelar-se extremamente competente, segue o mesmo caminho das condecorações e concessões de títulos, que é criar uma aristocracia dependente dos favores da coroa, tendo no caso da burocracia o elemento controlador e deixando o “perigo” bem a vista do imperador. Os motivos

também parecem ser de ordem pessoal, em um relacionamento que nunca teve tanta cordialidade. D. Pedro II, como mostramos, sequer queria demitir o Alencar do cargo de Ministro da Justiça, atestando assim a competência deste.

Novamente com Gramsci, entendemos que o discurso desenvolvido nas cartas de Erasmo tem todas as características da ideologia partilhada pelas classes dominantes. Alencar tenta se localizar acima do lugar comum, acima das outras mídias como o jornal ou mesmo os folhetins que ajudou a popularizar, acima até dos partidos; reafirmamos que essa proposta conservadora – baseada em uma ética moral cristã – é parte de um conjunto ideológico partilhado pelas classes dominantes (mesmo por segmentos liberais e conservadores) e que tem em vista – agora com Alencar – a criação de uma utopia.

A partir de nossa análise sustentamos aqui que - segundo Chauí - a utopia, nasce como gênero na literatura, constituindo a narrativa sobre uma sociedade perfeita e feliz e ao mesmo tempo como discurso político, na exposição sobre uma forma para a cidade justa (CHAUÍ, 2008). O termo *topos*, em grego, significa lugar e o prefixo “u” indica um sentido negativo, como um “não lugar”, ou lugar desconhecido, ou ainda no sentido da obra, o diferente do que conhecemos e praticamos; é a possibilidade de interação com a alteridade (CHAUÍ, 2008). É esta a proposta de Alencar: a utopia no sentido possível, alcançável, por meio de um conjunto de ideias baseadas no liberalismo clássico, com traços marcantes de conservadorismo. Seu texto – não lugar – é lugar de passagem, rumo a construção de um fim possível, que ele acredita indicar como uma postura para a sociedade que começa a se desenvolver no país. Mas uma sociedade em que as classes são bem definidas: a elite, o povo, e os outros⁵⁰... Vale argumentar, como já comentado anteriormente no capítulo que refere a biografia de Alencar, sua prática de leitura para um grupo de pessoas. Em Chartier (1999), por exemplo, observamos tal prática (dentro da família até, com grupos próximos ao núcleo familiar) na Europa ainda nos séculos XVII e XVIII, com a venda avulsa de livros sobre a vida dos santos, contos de fadas e romances de cavalaria – para citar os gêneros com maior venda - por toda a parte para as

⁵⁰ Um dado interessante é o de que Tomas Morus, autor do clássico *Utopia* a que nos referimos aqui, não chega a publicar seu livro, sendo decapitado a mando de Henrique VIII em 1535. O livro seria publicado poucos anos depois na Basileia (Suíça) por Erasmo, a quem este estava ligado por laços de amizade.

camadas populares, não só nas cidades mas também em lugares os mais distantes. As ideias de Alencar poderiam chegar a mais e mais pessoas, sem que o próprio autor tivesse condições de mensurar tal alcance. Mas, por outro lado, não podemos ser ingênuos e acreditar que tais condições de leitura não fossem - mesmo que parcialmente - conhecidas por Alencar, sendo este um jornalista e autor literário de renome, e um dos poucos que puderam dizer ainda em vida que vendiam suas obras!

Alencar estava ciente da força de seu projeto e tinha consciência da repercussão que conseguiu logo depois da publicação da primeira carta. Na segunda edição das cartas ao Imperador, datada de 1866 e impressa na Typographia de Cândido Augusto de Mello no Rio de Janeiro, Alencar escreve na advertência ao texto – referindo-se a publicitação da primeira edição, que “a tentativa foi bem decidida. O favor público a acompanhou e deu-lhe forças e estímulos, para progredir” (ALENCAR, 2009, p.08). Não há uma poetização da política nem a utopia romântica nesse momento, apenas as estratégias discursivas no texto com o objetivo específico de disseminar um discurso ideológico para a construção da verdadeira utopia. O seu modelo de nação que, como advogado, segue o princípio geral do Direito e apresenta uma clara separação entre povo e população.

Alencar bem sabia o que estava a fazer com as cartas, e sabia também que estava sendo acompanhado pelos leitores e tinha condição de sugerir “opiniões” para esse público, enquanto reafirma constantemente sua opção pela aristocracia e a monarquia – confirmando também as ideias em defesa da escravidão. Em seu modelo de transformação/conservação opta pela afirmação de valores tradicionalmente aceitos pela burguesia, pela moral cristã e a preservação do modelo da família cristã, do patriarcado e pelo liberalismo econômico. Um modelo que deve – segundo suas convicções - perpetuar-se, mesmo com as transformações sociais que o desenvolvimento da cidade e da sociedade brasileira prenuncia.

Cabe lembrar que pode ser observado que os grupos representativos das elites no Rio de Janeiro já demonstravam um misto de preconceito racial e econômico tanto com a população livre e mestiça como a população de escravos e ex-escravos que se multiplicava, vendo nessas pessoas apenas instrumentos para o trabalho e

obtenção de lucros. E sua ideia, nos parece claro, é que permanecessem assim. Cabe lembrar que, quando da publicação das “novas cartas ao Imperador” entre 1868/69 a Inglaterra, país que exercia forte influência na sociedade brasileira tanto política quanto economicamente, já dava os primeiros sinais das mudanças de relações trabalhistas, com a liberação dos sindicatos trabalhistas e o direito de greve e outros direitos que viriam a integrar o conjunto, até 1875 (HOBBSAWN, 2011), e com certa resistência também na França, o que conseqüentemente poderia se estender e chegar aqui junto com trabalhadores imigrantes europeus, modificando as relações entre patrão e empregado - que seriam inevitavelmente muito diferentes da anterior relação senhor/escravo. Acreditamos que, nessa perspectiva, o estudo do trabalho de Alencar e suas ideias frente à escravidão se torna pertinente visto que as teorias que se podem classificar como “racistas” e de valorização da raça branca só vem a se instalar no Brasil em uma época, senão posterior, ao menos contemporânea ao nosso recorte. Destacamos aqui, baseado no que mostra Skidmore (1989), o trabalho do historiador inglês Henry Thomas Buckle, a “História da civilização na Inglaterra”, publicada em vários volumes entre 1857 e 1861, que defendia uma filosofia do determinismo climático, onde as raças oriundas de lugares de climas mais quentes seriam mais bem adaptadas para o trabalho braçal. Seu contemporâneo, Arthur de Gobineau, um francês que chega a trabalhar no Brasil como diplomata em 1869, edita seu “Essai sur l’Inégalité des Races Humaines” em 1853, aonde defende que a sociedade multirracial que se via aqui só servia para a degeneração tanto de negros como de europeus, criando uma mestiçagem fraca e estéril. Outros teóricos tiveram suas ideias divulgadas em um período posterior, e alguns ficaram bastante conhecidos aqui como no caso do argentino José Ingenieros, e do francês Louis Couty, que publica um diário de sua viagem pelo Brasil em 1868, feita com o auxílio de sua esposa três anos antes (SKIDMORE, 1989). Cabe lembrar também que a questão do preconceito é somente uma parte da história.

A defesa da instituição familiar, em seu modelo cristão católico também é uma característica do pensamento do missivista. Segundo Alencar faz-se necessário, dentro deste projeto, submeter-se a instituição a certos ajustes optando pela reafirmação de valores tradicionalmente aceitos; reafirma todo seu modelo como o adequado, e defende que este deve perpetuar-se, em detrimento das transformações sociais que vem ocorrendo com o desenvolvimento da cidade, e que

acusa como degradadoras dos valores morais. Que é preciso acabar com a inércia do povo (talvez se referindo a necessidade de braços para a lavoura, não a revoluções populares...), com o egoísmo dos estadistas e a distância que o Estado – na figura do Imperador – tem da administração pública. A constante crítica a inércia do povo configura a afirmação de que, no constitucionalismo, todos participam do processo decisório a partir do “contrato social”. Então, todos devem se mobilizar, pois são corresponsáveis por tudo na sociedade.

A título de organização das ideias, podemos afirmar que Alencar, um intelectual militante no oitocentos, busca na imprensa uma forma de educação e ao mesmo tempo de mobilização de determinadas camadas sociais que estão na periferia da elite e que vem estruturando-se como uma opinião pública na Corte, com um discurso ideológico e moralizante, marcado pela valorização das tradições e pelo pensamento liberal – devidamente adaptado para a realidade escravagista do Brasil, o que vem a se tornar um sistema com características ao mesmo tempo liberais e conservadoras. No caso, Alencar serve como instrumento para uma multiplicação da ideologia da elite aristocrática que se forma no Brasil depois da independência, tendo na Corte do Rio de Janeiro e na defesa das instituições seu núcleo de poder e seu norte de dominação. Alencar se forma no curso de Direito em 1849 (na turma de 50) e, já no início de sua militância jornalística, observa os reflexos da restauração da Europa depois das malsucedidas ações da primavera dos povos. E, segundo Hobsbawm (2011), as economias se recompuseram e a partir daí países como a Alemanha, Itália, o império dos Habsburgos (para citar alguns) tiveram um desenvolvimento econômico acelerado. Era esta a referência direta observada pelo Alencar para a defesa da monarquia, e este deveria ser o modelo para o Brasil. Monarquia e constitucionalismo.

Observa-se assim, concordando com o que propõe Foucault (2004), que o poder não se restringe ao Estado, a uma pessoa determinada ou a um grupo de pessoas; este é múltiplo e diversificado, aparecendo de modo diferente em diferentes esferas da sociedade. O poder, no sentido aqui descrito, é algo que se mantém a partir do aceite do grupo a que este se refere. Norberto Bobbio apresenta um conceito de poder que vai ao encontro do que procuramos: Poder é “a capacidade do homem em determinar o comportamento do homem” (BOBBIO, 1998, p.933). Mais adiante,

o autor alarga seu conceito de poder, explicitando:

O conceito em que convém basear este alargamento da noção de Poder é o conceito de interesse, tomado em sentido subjetivo, isto é, como estado da mente de quem exerce o Poder. Diremos então que o comportamento de A, que exerce o Poder, pode ser associado, mais que à intenção de determinar o comportamento de B, objeto do Poder, ao interesse que A tem por tal comportamento. As relações de imitação, por exemplo, onde falta a intenção no imitado de se propor como modelo, se incluem em Poder, se a imitação corresponde ao interesse do imitado (como em certas relações entre pai e filho), mas não se incluem, se à imitação não corresponde o interesse do imitado. (BOBBIO, 1998, p. 934).

Entendemos que há sempre alguém predisposto a aceitar o poder. Mas, como se dá tal aceite? É justamente nas relações interpessoais, as quais se constituem por meio da internalização de discursos alheios. No caso de um texto como o apresentado por Alencar nas “Cartas de Erasmo”, é por meio de uma relação de confiança que o leitor passa a ter com o autor, como alguém que compreende a realidade e a mostra para este, o que sustenta uma relação de confiança entre as partes. Entendemos também que essa construção subjetiva da realidade, que passa a ser “social” a partir do compartilhamento de sua leitura, é histórica porquanto assume significação para os grupos a que se referem. A obra é entendida como uma conceptualização do mundo, onde se constitui como conjuntos de enunciados e é o enunciado o portador da significação (MORSON, 2008). Isso se dá a partir da construção de uma representação social, onde há sempre a perspectiva da alteridade em forma de resposta imediata ao texto ou retomada posteriormente. É por meio desta leitura das representações e do poder que entendemos - na concepção de Gramsci - a função do intelectual de disseminar ideias, propostas e conceitos. E mesmo de forma indireta, como um agente de mobilização. É preciso lembrar que os reflexos da “primavera dos povos” ainda estavam presentes na memória de uma elite que desenvolvera laços econômicos e sociais com nações europeias; e as elites tinham a dimensão do que poderia acontecer com a mobilização da massa. Hobsbawm (2010) nos mostra a importância dos intelectuais na revolução de 1848 enquanto sujeitos de uma práxis política que, senão imprescindível, é relevante na caracterização do que tais movimentos viriam a apresentar:

Eles [os intelectuais] não eram mais importantes nesta revolução que em quaisquer das outras que ocorreram, assim como nesta, em países

relativamente atrasados, onde o melhor do estrato médio consistia de pessoas caracterizadas por sua escolarização e comando da palavra escrita: graduados de todos os tipos, jornalistas, professores, funcionários. Mas não havia dúvida de que os intelectuais eram proeminentes: poetas tais como Petöfi na Hungria, Herwegh e Freiligrath na Alemanha (que pertencia ao corpo editorial da *Neue Rheinische Zei-tung*), Victor Hugo e o consistente moderado Lamartine na França (os professores franceses, ainda que suspeitos para os governos, permaneceram quietos sob a monarquia de julho e supõe-se terem feito frente com a "ordem" em 1848); acadêmicos em grande número na Alemanha (a maioria no lado moderado); médicos como C. G. Jacoby (1804-51) na Prússia, Adolf Fischhof (1816-93) na Áustria; cientistas como F. V. Raspail (1794-1878) na França; e uma vasta quantidade de jornalistas e publicistas dos quais Kossuth era entre todos o mais celebrado e Marx provava ser o mais formidável.

*Como indivíduos, tais homens podiam exercer um papel decisivo; como membros de um estado social específico ou como membros de uma pequena-burguesia radical, não o podiam*⁵¹. (HOBSBAWN, 2010, p.36)

Tornando ao texto de nossa análise, pudemos perceber como Alencar se aproveita dos veículos de comunicação a que tem acesso para divulgar suas ideias, e como consegue adapta-las aos diferentes formatos que tais mídias exigem, conseguindo assim alcançar não somente uma maior quantidade de pessoas, mas uma variedade grande de camadas sociais, e a propalada “opinião pública” com maior intensidade, tentando fomentar a ampliação da participação política ativa (ao menos, enquanto conscientização de um maior grupo, tirando a exclusividade da atividade política apenas do recinto parlamentar), podendo – e por isso mesmo - ampliar as possibilidades de alcance do conjunto da dominação. Essa mesma opinião pública, que temos alguma dificuldade de representar numericamente, mas que é elemento fundamental no período. E é também com intenção de “construir” uma opinião não somente na elite, mas em seus representantes mais diretos, como o funcionário público; representante de uma administração centralizadora que, fatalmente, deveria promover pelo país a ideologia do Estado. No dizer de Uruguai, o agente da administração pública é efetivamente um agente da centralização (MATTOS, I, 1987). D. Pedro II chega a escrever à princesa Isabel, em um dos momentos que esta assume a regência, prevenindo-a contra uma possível má interpretação das notícias e críticas publicadas nos vários jornais da Corte, considerando que o “sistema político do Brasil funda-se na opinião nacional, que, muitas vezes, não é manifestada pela opinião que se apregoa como pública.” (FAORO, 2004. p. 343). Mas não podemos esquecer que, até o momento (estamos no segundo reinado) não

⁵¹ O grifo é meu.

há como mensurar tal opinião pública, ou a dimensão das ações que esta possa alcançar. A preocupação imediata de D. Pedro II seria com o que poderíamos chamar de os “formadores” de uma opinião pública. Com o texto dos agentes políticos publicados em jornais ou outras mídias em um momento privilegiado de liberdade de imprensa.

Fica claro que a defesa da escravidão é, para Alencar, necessária no momento - tendo mesmo a certeza de a abolição não tardaria -, funcionando como um discurso que busca retardar a disseminação de ideais progressistas e abolicionistas para o conjunto da opinião pública, conquanto esta passa a ser um elemento de pressão sobre as elites que controlavam o sistema econômico vigente, e ele busca seus argumentos nos teóricos liberais europeus. O que se vê em Alencar não é uma discussão sobre o direito de propriedade de um ser humano sobre o outro; isto está posto pela legislação: a prática do cativeiro é legitimada pelo Estado brasileiro. O que temos são as críticas de Alencar a forma como o governo trata o problema inevitável da emancipação, com promessas de abolição ao fim da guerra, de forma progressiva e por meio da estimulação da emigração. Tais promessas não se efetivam, o que abre um precedente para que o pensamento de Alencar – se não o mais ético – acabe se apresentando como o melhor aceite pelas elites, e sendo reproduzido. Outro ponto a ser lembrado é que, com o fim do tráfico a partir de 1850 e a expansão das lavouras cafeeiras no interior do Rio de Janeiro e São Paulo, há também uma transferência gradual de escravos urbanos para essas regiões. Com o aumento do valor do escravo no mercado interno, várias famílias venderam seus cativos para as fazendas, causando uma conseqüente diminuição no percentual da escravaria na corte e outros núcleos urbanos (NOVAIS, 1997). A pulverização da posse de escravos na cidade regride, o que em pouco tempo pode levar a uma mudança de consciência da opinião pública, centrada na Corte, sobre a escravidão. Em uma fórmula simples: Quando todos possuíam escravos, isto era visto como algo comum. Quando só os ricos cafeicultores passaram a possuí-los, isto se tornava errado e antiquado para um país em desenvolvimento. Alencar vai contra isto, e confirma, em seu texto, os valores do conservadorismo, assumindo uma postura que podemos chamar de liberal/conservadora. Admitindo isto, concordamos com o que propôs Bosi (1988) que o liberalismo defendido por Alencar pode ser resumido em

uma figura de linguagem, uma sinédoque, em que uma parte do conteúdo é tomada como um todo uniforme, desvirtuando assim as ideias originais do liberalismo e criando novo discurso, ideológico e conservador, para sustentar um grupo que se impõe no poder. Em Alencar se vê a escolha da “parte pelo todo”, como em uma sinédoque: Alencar defende que, se uma parte da população está na direção do Estado e da economia e tem privilégios, é porque essa parte conseguiu consolidar seu poder pessoal e pode organizar um projeto político de desenvolvimento para que o todo da nação se desenvolva, então são essas pessoas que tem o “direito” de representar a nação. É o que podemos observar.

Constatou-se também que a situação do Brasil no período, segundo Alencar, não é de tranquilidade e desenvolvimento, mas de corrupção e descontrole. Com o parlamento repleto de elementos sem escrúpulos ou convicções, que tomam as riquezas o país com sua cobiça. Alencar defende um Estado de leis com pulso forte, e mesmo a interferência do Imperador para garantir que isto não mais acontecesse. Era apenas assim que se garantiria a ordem pública e as “necessidades públicas” seriam supridas; o que não era apenas uma opinião de Alencar, mas uma visão do Estado compartilhada por boa parte dos homens que passaram pela administração pública no segundo reinado (MATTOS, I. 1987). Os gabinetes que se seguem, sem estrutura ou conhecimento administrativo, levam o país à bancarrota com seus erros constantes devido a sua inépcia com a coisa pública. O conjunto de instituições que atuam dentro do sistema estão corroendo-o, por conta da ganancia da elite com o dinheiro do Estado. Do outro lado, sendo atingida em seus preceitos, a família, que “assiste sem querer a essa representação da comédia perigosa”. O que seria o último refúgio da moralidade e base da sociedade.

Por fim entendemos que, como o sugeriu Carvalho (2007) em uma reflexão sobre o império, os fatos mostrados aqui podem até ser reconhecidos pelos estudiosos e já trilhados, mas as explicações tendem a ser insatisfatórias, por isso a necessidade constante de revisitar textos do período e teorias. Ao mesmo tempo, lembrando Norberto Bobbio (1997) em uma reflexão sobre seus escritos ao enfrentar o tema da relação entre os intelectuais e a política, em frente ao oceano de textos sobre o tema, dizia sentir-se como a criança que, despejando um copinho d’água no mar,

acreditava estar aumentando o seu nível. É como nos vemos aqui! Porém, acreditamos ter conseguido demonstrar a presença de um discurso liberal/conservador nas cartas de Erasmo, como estratégia discursiva de disseminação ideológica. Os dados obtidos nos permitem dizer que nossa hipótese, de que por meio de um discurso político conservador vinculado as propostas ideológicas das elites escravocratas, disseminado pelos jornais e panfletos do período, os intelectuais construíram uma imagem paradoxal do liberalismo para o Brasil no segundo reinado, pôde ser confirmada.

As confluências entre tais extremos (liberalismo x conservadorismo) não são inéditas, visto que Hobsbawn (2010), por exemplo, pode demonstrar a mobilidade de agentes políticos partícipes de movimentos liberais moderados e, até mesmo, radicais para as linhas dos partidos conservadores quando os movimentos revolucionários da “primavera dos povos” em 1848 tendiam a modificar a “ordem social”, organizando liberais e conservadores em movimentos unificados – onde as ideias de ambos os lados acabavam por se adaptar as necessidades de sobrevivência de tais grupos - para uma retomada do poder para as elites europeias, ; No Brasil a elite, nem por um minuto, descuidou de estar com as duas mãos nas rédeas do poder.

Por fim, esperamos também que nosso trabalho tenha sido útil para exemplificar algumas das muitas relações de poder que existiram (e existem) na relação Estado – cidadão, mediadas pela ideologia, através de um de seus muitos colaboradores, os intelectuais, e ajudar na compreensão de tema tão complexo como a relação dos intelectuais com a elite e o poder.

5. BIBLIOGRAFIA

ABAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bozi. 5ª. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007

ARISTÓTELES, **Política**. Texto integral. Tradução Nestor S. Chaves. São Paulo. Ed. Escala, 1998.

ABREU, Eide Sandra A., **O projeto de descentralização de Tavares Bastos e a luta política no Império**. In: **COSTA**, Wilma Peres; **OLIVEIRA**, Cecília H. Salles (org), **De um Império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Aderaldo e Rothschild: Fapesp, 2007.

AGUIAR, Flávio. **A comédia nacional no teatro de José de Alencar**. São Paulo: Ática, 1984.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. Volume 01, 4ª edição. Editora Ática, São Paulo, 1990.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4a. Ed. São Paulo. Saraiva 1990.

BASILE, Marcello. **Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)** in: **NEVES**, L.M.B.P.;**MOREL**, M.;**FERREIRA**, T.M.B.da C. (org), **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do Estado e ciência política**. 4ª ed. São

Paulo: Saraiva, 1999.

BECKER, Jean-Jacques. **A opinião pública**. In **REMOND**, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.

BOBBIO, Norberto, **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1a ed., 1998.

_____, **Os intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo. Editora UNESP, 1997.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo. Malheiros Editores. 10a. Edição, 2000.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____, A escravidão entre dois liberalismos. **Estud. av.**, São Paulo, v. 2, n.3, Dec. 1988. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300002&lng=en&nrm=iso>. Aceso em 05 Março 2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000300002>.

BOURDIEU, Pierre. **A opinião pública não existe**. In: **THIOLLENT**, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo : Polis, 1981.

BOUVIER-AJAM, Maurice. **Essai de méthodologie historique**. Paris: Le Pavillon, 1970.

BÚSSULA, Carlo. **Filosofia política para principiantes**. Vitória. EDUFES, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 3ª. Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____, **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CABECINHAS, Rosa. Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise (p. 51-66). In **BAPTISTA, M.M. (ed.) Cultura: Metodologias e Investigação.** Lisboa: Ver o Verso Edições. 2009

CÂNDIDO, Antônio. Iniciação a literatura brasileira. 3ª. Edição. São Paulo. Humanitas. 1999.

CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil) in **ARANTES, Antônio Augusto (org.), Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil,** Campinas. Unicamp, 1993.

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2009.

_____ **A história cultural – entre práticas e representações.** Lisboa e Rio de Janeiro: Difel e Ed. Bertrand, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas. 7ª. Edição. São Paulo: Cortez, 1997.

_____ **Notas sobre Utopia.** Cienc. Cult., São Paulo, v. 60, n. spe1, July 2008. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000500003&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Oct. 2012.

COSTA, Emilia Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 4ª. Edição. Rio de Janeiro. Rocco, 1996.

_____ **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** 6ª. Edição. Rio de Janeiro. Rocco, 1997.

EAGLETON, Terry. Una introducción a la teoría literaria. Cidade do México. Fondo de cultura económica S. A. de C.V. 1998.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 16a. Ed. São Paulo: Globo, 2004.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP: Fundação Para o Desenvolvimento da Educação, 2001.

FOUCAULT, Michael. Microfísica do poder. 20ª ed. São Paulo : Graal : Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 10ª. Edição. Ed. Record. Rio de Janeiro, 1998

GADAMER, Hans Georg. Historia de efectos y aplicación. In: **WARNING, Rauner (Ed). Estética de La recepción.** Madrid: Visor Dis. S, 1989.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade; tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo. Companhia das letras, 2007.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro. UFRJ, 1997.

GRAMSCI, Antônio. Intelectuais e a Organização da Cultura. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

_____ **Cuadernos de la carcel.** Segunda edición. México. Ed. Era/
Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 1999 (Era, tomo 2).

GORENDER, Jacob. **Liberalismo e escravidão.** **Estud. av.**, São Paulo, v. 16, n. 46, Dec. 2002. Available from <http://WWW.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-142002000300015&lng=en&nrm=iso> . Acesso em 15 de fevereiro de 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000300015>.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 2ª. Ed. São Paulo. Ed. DP&A, 1998.

HOBSBAWN, Eric. **A era do capital.** 15º Ed. São Paulo: Paz e terra, 2010.

KENNY, Anthony. **História concisa da filosofia ocidental.** Ed. Sociedade Industrial Gráfica Ltda. Lisboa, 1998.

LEVILLAIN, Philippe. **Os protagonistas: da biografia**, in **REMOND**, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.

LIMA, Luiz Costa. **História, ficção, literatura.** São Paulo: Companhia das letras, 2006.

MACFARLANE, L.J. **Teoria política moderna.** Trad. Jório Fauster M. e Silva. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia.** 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editora. 1976.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema**. São Paulo : HUCITEC ; [Brasília, DF] INL, 1987.

MENEZES, Raimundo de. **José de Alencar: literato e político**. 2a. Ed. Rio de Janeiro, livros técnicos e científicos, 1965.

MINAYO, M. C. S. de. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica**. In **P. Guareschi & S. Jovchelovitch** (Orgs). **Textos em representações sociais**. (2nd ed., pp. 89-111). Petrópolis, RJ: Vozes. 1995.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais. Investigações em psicologia social**. Petrópolis. Editora Vozes. 2004.

NETO, Lira. **O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil**. São Paulo. Globo, 2006.

NEVES, Fábio Luiz Silva. **A força do nacionalismo nas leituras críticas da literatura brasileira do século XIX: o caso de José de Alencar e do Visconde de Taunay**. Disponível em Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo, nº 15 – Janeiro-Junho 2010 – ISSN 1679-849X <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num15> - Acesso em 15 de Janeiro de 2011.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. **Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820,1823)**, in **GUIMARÃES**, Lúcia Maria Paschoal; **PRADO**, Maria Emília (ORG). **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

NOVAIS, Fernando Antônio. **A independência política do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **História da vida privada no Brasil. V.2. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

PARIS, Edmond. **A história secreta dos jesuítas**. 1ª Edição. São Paulo: Chick publicacions, 1997

PESAVENTO, Sandra Jatahy, « **História & literatura: uma velha-nova história** », Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 janvier 2006. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Consultado el 02 novembre 2011.

_____ **Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional**. In: **LEENHARDT, J. e PESAVENTO, S. J.** (orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: UNICAMP, 1998.

PINTO, Virgílio Noya. **Comunicação e cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 2003.

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do Ideário político**. Sergio Miceli, (org.) - São Paulo : EDUSP, 2003.

PRADO, Maria Emília. **Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambiguidades do Império do Brasil**. In **GUIMARÃES**, Lúcia Maria Paschoal; **PRADO**, Maria Emília (ORG). **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

REMOND, René. **Uma história presente**, in **REMOND**, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.

RENAULT, Delso. **Indústria, escravidão, sociedade. Uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX**. Civilização brasileira: Brasília, INL, 1976.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. **José de Alencar: O poeta armado do Século XIX**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

RODRIGUES, Márcia Barros F. O liberalismo conservador do grupo moderado no Brasil regencial pela ótica da imprensa: o Aurora Fluminense e O Sete de Abril, in **CAMPOS, Adriana Pereira (ORG.) Os impérios e suas matrizes políticas e culturais**. Vitória: Flor&cultura: Universidade de Paris, 2008.

ROMANCINI, Richard. História do jornalismo no Brasil. Florianópolis: insular, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. 2ª Ed. – São Paulo: Duas cidades, 1991.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro : Zahar. 1984.

SEMERARO, Giovanni. Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. Disponível em Revista Eletrônica Educação e Sociedade, ano XX, nº 66, abril/99. <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v20n66/v20n66a3.pdf>. Acesso em Janeiro 2011.

_____. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. 2ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Roberto Acízelo Quilha de. Teoria da literatura. 10ª Ed. São Paulo. Ática, 2007.

STAN, Robert. Bakhtin. Da teoria literária à cultura de massa. São Paulo. Editora Ática. 1992.

WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política.1º volume. 13ª edição. São Paulo. Ática, 2001.

WINOCK, Michel. As ideias políticas, in **REMOND, René. Por uma história política.** Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.

FONTES IMPRESSAS

ALENCAR, José de, Cartas de Erasmo / José de Alencar ; organizador, José Murilo de Carvalho. – Rio de Janeiro : ABL, 2009.

_____ **Cartas a favor da escravidão** (organização Tâmis Parron) – São Paulo: Hedra : 2008.

_____ **Teatro completo.** Rio de Janeiro. Serviço Nacional de Teatro, 1977.

MENEZES, Raimundo de. Cartas e documentos de José de Alencar. 2a. Ed. São Paulo, HUCITEC; Brasília, INL, 1977.

6. ANEXOS:

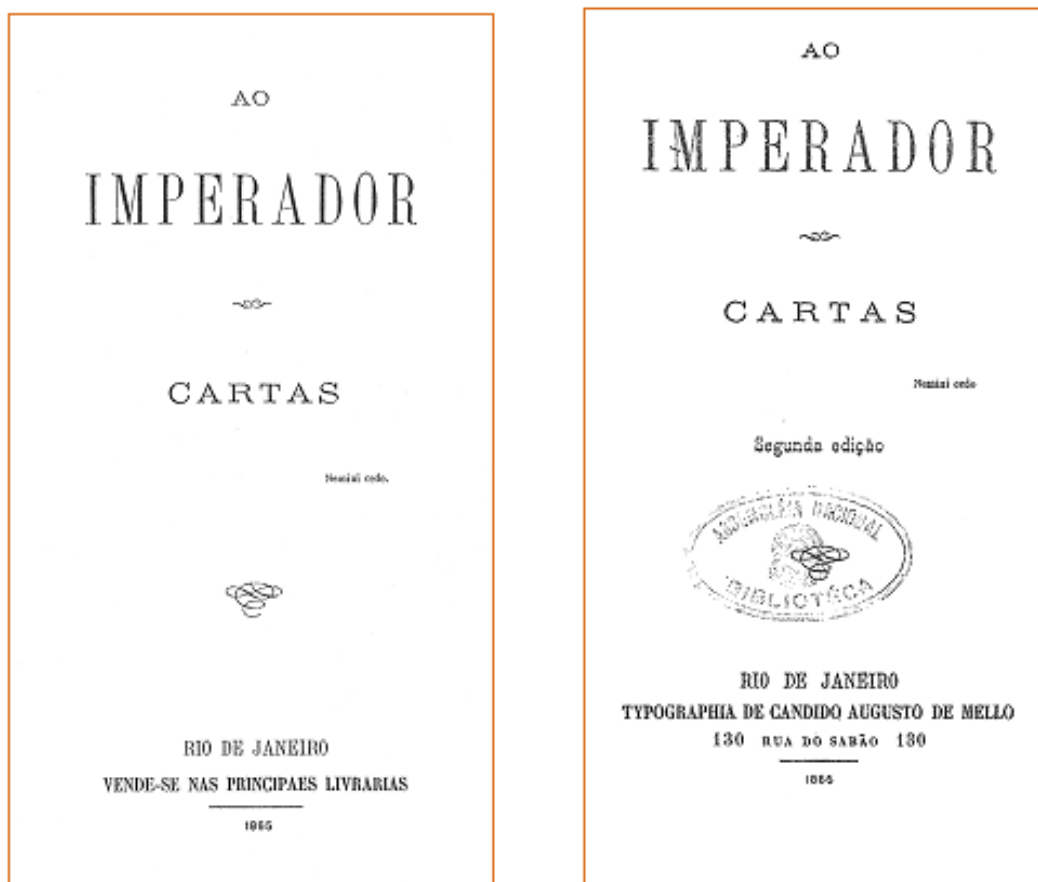
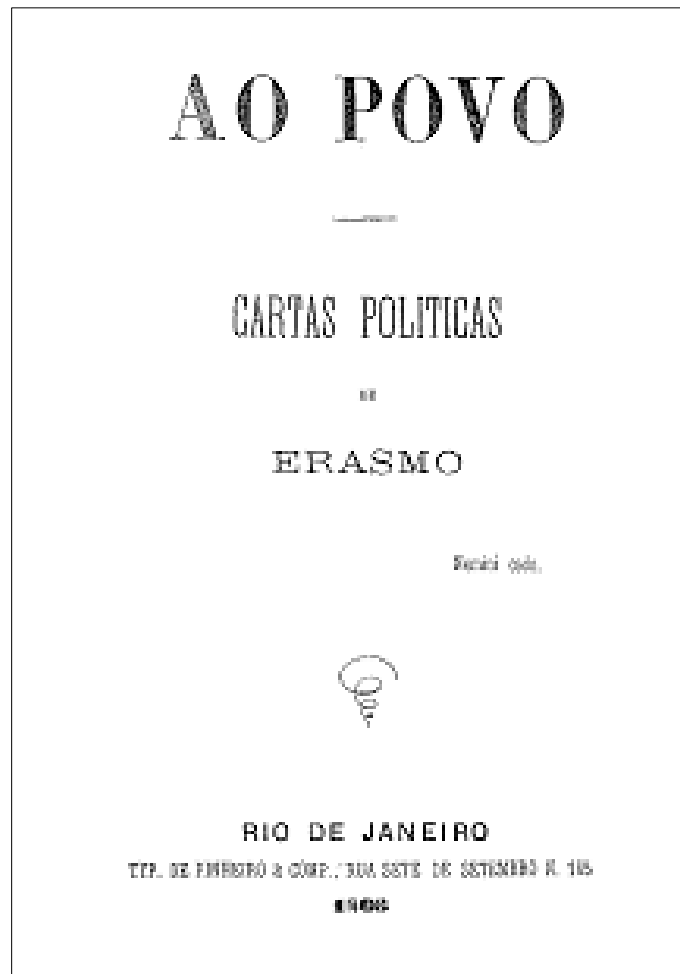


Figura 1: Fac-símile da segunda edição das Cartas ao Imperador, impressa na Typographia de Candido A. de Mello em 1866. Alencar era um autor reconhecido ainda em vida, conseguindo publicar – e vender – não somente obras literárias, mas também estudos sobre política e legislação.



São publicadas regularmente nas terças-feiras.
Cada carta conterá nunca menos de oito paginas.
As pessoas que as desejem receber em suas casas terão a
bondade de deixar seus nomes em qualquer livraria.
Não se aceitam assignaturas.

O Editor.

Figura 2: Fac-símile da edição das Cartas ao Povo, impressa na Typographia de Pinheiro e Companhia em 1866. Logo abaixo, texto da contra capa indicando, pelo editor, o modo de distribuição do material.

Figura 3: Folha de rosto da carta ao M. de Olinda, onde se vê a citação de Jó, 33,3.

